

2.º CONGRESSO NACIONAL DO SECTOR TÊXTIL

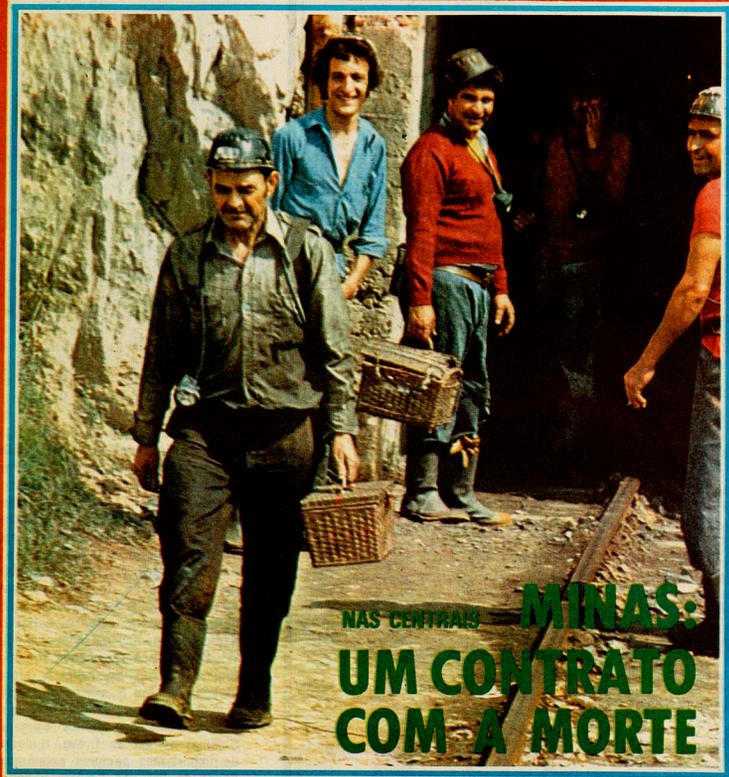
alavanca

CGTP-IN

ANO 2 — N.º 16

JUNHO DE 1978

PREÇO 15\$00



NAS CENTRAIS **MINAS:**
UM CONTRATO
COM A MORTE

A POSIÇÃO DA CGTP-IN SOBRE DECRETOS-LEI: SALÁRIOS MÍNIMOS,
PRAZOS DE VIGÊNCIA E LIMITES DAS TABELAS SALARIAIS (PÁG. 11)

alavancas

CGTP-IN

ÓRGÃO MENSAL DA CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
— INTERSINDICAL NACIONAL

Rua Vitor Cordon, N.º 1, 2.º — LISBOA

DIRECTOR: JOSÉ ERNESTO CARTAXO

LEIA NESTE NÚMERO:

Editorial	2
Evolução da Situação Económica Portuguesa em 1977	5
O Direito do Trabalho	8
Posição da CGTP-IN sobre os Decretos-Lei: Salários mínimos, Prazos de Vigência e Limites das Tabelas Salariais	11
Entrevistas com: Alfredo Gonçalves, da União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA); e Jan Furstemborg, da Confederação dos Sindicatos da Finlândia (SAK)	12
O 2.º Congresso Nacional do Sector Têxtil	14
1.ª Conferência Nacional dos Reformados Pensionistas e Idosos	18
Nas Minas do Peão: Um Contrato com a Morte	18
Informação Jurídica: Férias e Feriados	22
«Secura 78»: Protecção do Homem no Ambiente de Trabalho	28
Balanço das Actividades Sindicais em 1977: Vitória da Unidade	25
Conversando com Sindicatistas Açorianos	26
Conflitos Laborais	28
Conselho Geral da CGTP-IN: Aprovação da Posição do Movimento Sindical sobre o Anteprojecto do Serviço Nacional de Saúde	40
Teatro • Cinema • Artes Plásticas • Desporto • Passatempo • Notícias e Comentários • Correspondência dos Leitores, etc.	
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA VÍTOR CORDON, N.º 1, 2.º, LISBOA COMPOSTO E IMPRESSO NA RENASCENÇA GRÁFICA, SARIL DISTRIBUIÇÃO: CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA	

edi- to- rial

O contínuo agravamento das condições de vida dos trabalhadores é o resultado inevitável da Política que o Governo está a seguir, a qual é, cada vez mais, ditada pelo imperialismo, através do Fundo Monetário Internacional.

O Governo ao aceitar exigências do FMI, tais como a imposição de limites máximos para os aumentos salariais, a elevação das taxas de juro, a subida dos preços dos produtos e serviços essenciais, o aumento dos impostos que atingem principalmente os trabalhadores, a desvalorização da moeda, a liberalização progressiva da importação de bens de luxo e supérfluos, compromete gravemente a resolução da crise económica que o País enfrenta, limita o seu desenvolvimento, e sujeita-o, cada vez mais, às consequências da crise geral que abala actualmente todo o sistema capitalista.

É evidente, que tal política significa austeridade principalmente para os trabalhadores e outras camadas desfavorecidas do Povo Português, compromete a sobrevivência das pequenas e médias empresas, favorece e protege o grande capital nacional e os «trusts» internacionais e lança no desemprego muitos milhares de trabalhadores.

Tal política, corresponde, também, aos desejos e interesses do patronato reaccionário — CAP, CIP e CCP — e encoraja as suas acções desestabilizadoras e reaccionárias contra a liberdade, e de democracia e a independência nacional.

Hoje, essas forças que foram o suporte do regime fascista, acentuam e reforçam os seus ataques contra o regime democrático, exigem a revisão imediata da Constituição da República, a eliminação dos direitos consagrados na Lei Sindical na Lei da Greve, a desnacionalização de importantes sectores económicos e a liquidação da Reforma Agrária, a liberalização total dos despedimentos — como o demonstram as últimas decisões das reuniões realizadas pela



CIP e p
com as
forças p
truíção
Da
zada a
se abate
legados
plos re
Sindica
sindica
e deleg
Por
e fome
sindica
ches. M
mesmo
como é
no lanç
to para
Os
dos tra



Em unidade defenderemos o que sobbemos conquistar

classe são um factor decisivo para o reforço da nossa capacidade organizativa e de luta contra as arbitrariedades do patronato e contra as medidas antipopulares tomadas pelo Governo.

Foi, precisamente, esta unidade e esta capacidade de luta que permitiram arrancar ao Governo a redução de 18 para 12 meses do período de vigência das tabelas salariais e de outras cláusulas com expressão pecuniária, assim como a fixação do salário mínimo nacional em 5700\$00 e do salário mínimo dos rurais em 4600\$00.

No entanto, o Governo, ao mesmo tempo que accitou tais reivindicações do Movimento Sindical Unitário, procurou, através da introdução de várias disposições no Decreto-Lei n.º 113/78 (Salário Mínimo) e no Decreto-Lei N.º 121/78 (Contractação Colectiva) anular parte dos efeitos positivos obtidos.

Tal facto mostra a necessidade de reforçar, ainda mais, a nossa unidade, com vista a combater todas as tentativas divisionistas no Movimento Sindical, assim como a lutar para defender as grandes conquistas da Revolução, pela revisão imediata dos contratos colectivos de trabalho e sua aplicação, contra o aumento do custo de vida, pelo direito ao trabalho, contra o desemprego e os despedimentos.

Da mesma forma, é necessário continuar a lutar contra as prepotências do Governo e do patronato, pelo exercício efectivo da liberdade sindical, pelo direito ao tempo de antena para o Movimento Sindical, como forma de combater a desinformação fazendo chegar a voz dos trabalhadores a toda a população portuguesa.

Importa, cada vez mais, que luteemos pela satisfação das reivindicações do Plenário de 4 de Fevereiro.

É, ainda, da maior importância o reforço e a reestruturação da organização sindical como meio de consolidar a unidade dos trabalhadores portugueses e aumentar a sua capacidade de luta.

CIP e pela CAP, em consonância e articulação com as acções conspirativas desenvolvidas pelas forças políticas fascistas que pretendem a destruição total do 25 de Abril.

Daí que se assista, também, a uma generalizada actuação repressiva do grande capital que se abate, fundamentalmente, sobre dirigentes, delegados e activistas sindicais, de que são exemplos recentes o despedimento do presidente do Sindicato da Hotelaria do Funchal, dos delegados sindicais da Petrogal (Porto) e dos dirigentes e delegados sindicais da Philips.

Por outro lado, não cessam de encorajar e fomentar todas as tentativas de se criarem sindicatos paralelos e centrais sindicais fantoches. Neste campo, inadmissivelmente, contam mesmo com o apoio de membros do Governo, como é o caso da acção do ministro Gonelha no lançamento da ideia de criação de um sindicato paralelo no sector da metalurgia.

Os nossos inimigos sabem que a unidade dos trabalhadores e das suas organizações de



01/ DELIBERAÇÕES DO CONGRESSO

Manifesto, Caderno Reivindicativo, Resolução. — Preço 2850



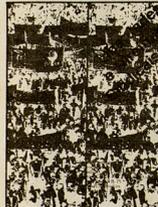
03/ POSTER PARA 1978

Poster com hino da CGTP-INT. — 2080



2/ CONTRATAÇÃO COLECTIVA E POLITICA DE SALÁRIOS

Um volume a rodado, com 250 págs. — Preço 2080



4/ LIBERDADE E DIREITOS SINDICAIS

Lei Sindical comenda. Projectos: CGTP-INT, PPD/PSD, PCP. Decretos Lei 215-B/75. Textos da Constituição e da Constituição do COT. — Preço 3080



6/ ESTATUTOS DA CGTP-INT REGULAMENTO DO CONSELHO GERAL

Contém o organograma do Movimento Sindical. — Preço 7550



02/ FORMAÇÃO SINDICAL

(4.ª edição) 6 tiras por estado, com 130 págs. — Preço 10850



1/ PROGRAMA DE ACÇÃO

Aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos. — Preço 7850



3/ SE O PACOTE 2 FOR APLICADO

2.ª EDIÇÃO — Preço 15800



5/ POSIÇÃO DA CGTP-INT FACE A SITUAÇÃO SOCIAL E POLITICA

Medidas de acção adoptadas para defesa dos interesses dos trabalhadores. — Preço 10800



Edição especial, inteiramente dedicada às grandiosas comemorações do 1.º de Maio de 1978 em todo o País, do Minho aos Açores

Recorte e envie para:
 Associação Nacional dos Trabalhadores Portugueses Intersindical Nacional
 Rua Victor Cerqueira
 N.º 1 - 2.ª - LISBOA 2.

Nome _____
 Morada _____
 Localidade _____
 Profissão _____

Desejo assinar a Revista ALAVANCA a partir do N.º _____
 Desejo adquirir os livros N.ºs _____
 Para o respectivo pagamento envio Esc. _____ Soz. _____
 em cheque N.º _____ / Vale de Correo N.º _____

Continente Semestral 85500 Anual 165500
 Ilhas Semestral 130500 Anual 260500
 Estrangeiro Semestral 250500 Anual 500500

alavanco CGTP-INT
ÓRGÃO CENTRAL DA CGTP-INT
A REVISTA DE TODOS OS TRABALHADORES

O e
 semp
 exte
 te de
 tite
 dia
 mas
 port

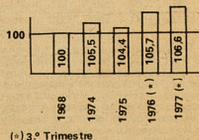
Conce
 «Cont

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA PORTUGUESA EM 1977

O emprego e o desemprego, o défice externo e o aumento de preços, constituem os três principais problemas da economia portuguesa

desemprego em Portugal também varia de acordo com as fontes: 14 por cento no primeiro caso, 7 por cento no segundo. Hoje, como ontem, verificamos que a manipulação partidária do número de desempregados continua a ser feita de acordo com os interesses de cada Governo. A estagnação do número de postos de trabalho é uma constante nos últimos anos. O índice de emprego do Ministério do Trabalho (os índices permitem comparar mais facilmente as grandezas entre si, seja num dado momento, seja no decorrer do tempo), apesar de ser constituído dum grupo que não reflecte fielmente a evolução do emprego permite constatar essa estagnação.

ÍNDICE DE EMPREGO (TOTAL)



Emprego e desemprego

Não existem dados oficiais fiáveis sobre a evolução recente da população activa com profissão, nem sobre o número de assalariados. No curto espaço de alguns meses passou-se de uma avaliação da população activa em 1976 de 3554 mil para os 4096 mil. As duas fontes destas avaliações (Secretaria de Estado de Planeamento e Instituto Nacional de Estatística) avaliam, também de forma muito diversa, o desemprego. A primeira fonte avalia o desemprego no final de 1976 em 503 mil; a segunda, avaliava-o, no segundo semestre de 1976, em 276 mil. Este último número é, seguramente, inferior à realidade, devido aos métodos que o inquérito ao emprego utilizou, não incluindo, capzamente, a avaliação do desemprego de retornados e em «bairros de lata».

A taxa de desemprego (que é a relação entre o número de desempregados e o total da população activa) é um indicador muito importante para avaliar a situação do desemprego e é mais significativa do que o número de desempregados a penas.

Como há dados diferentes sobre o número de desempregados e sobre o total da população activa, a taxa de

A estagnação do nível (que no tempo do fascismo era «disfarçada» pela emigração), significa que aumentou o nível do desemprego pois não são criados novos postos de trabalho em número suficiente para absorver as pessoas que, em cada ano, entram para o mercado de trabalho.

A nível de emigração constante, desde 1973, baixas muito grandes no número oficial de emigrantes. Enquanto nos primeiros anos da década de 70 tínhamos mais de 100 mil emigrantes por ano, a crise do capitalismo e a modificação da situação interna em Portugal, tem levado à seguinte evolução:

MAPA N.º 1

EMIGRAÇÃO	1974	1975	1976	1977
Total e Oficial	43.517	24.900	17.454	16.995
Varição em relação ao ano anterior	-45,3 %	-42,8	-29,9	-2,6

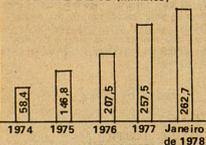


Concentração no Campo Pequeno em 14 de Abril de 1977, «Contra a alta do custo de vida»

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA EM 1977

A evolução dos pedidos de emprego, efectuados por desempregados, no Serviço Nacional de Emprego, antes de retornados e de desmobilizados das Forças Armadas, demonstra que o desemprego se agravou, também em 1977.

PEDIDOS DE EMPREGO RELATIVOS A DESEMPREGADOS (milhares)



Se tomarmos em consideração que no final de 1977 havia no SNE, para os 257.500 desempregados inscritos, apenas 7.000 ofertas de emprego das empresas e serviços, verifica-se a gravidade da situação. Na mesma data, e segundo dados oficiais, o subsídio de desemprego e o pago adicional a cerca de 30.000 desempregados.

De acordo com um inquérito aos sindicatos sobre despedimentos verifica-se que, nos anos de 1977, foram detetados pelos sindicatos cerca de 30.000 despedimentos, número bastante inferior à realidade, se tomarmos em conta que nem todos os sindicatos têm fornecido as respostas ao inquérito e que nem todos os trabalhadores despedidos se dirigem ao respectivo sindicato.

Por outro lado, de acordo com o dados do projecto do Plano para 1978 elaborado pelo Governo anterior, verifica-se que, do 2.º semestre de 1976 para o 1.º semestre de 1977, o emprego diminuiu de 3.820.000 para 3.786.000, ou sejam menos 34 mil.

CONCLUSÃO. Em 1977, o desemprego agravou-se devido à diminuição de postos de trabalho, por um lado, e ao



Maifestação em Ovar, no dia 8 de Abril de 1977 «Comissão de Aumento do Custo de Vida»

aumento de procura de trabalho, por outro lado.

Défice externo

Apesar de neste sector os dados oficiais se aproximarem mais da realidade do que em relação ao emprego, verifica-se que as sucessivas previsões oficiais feitas são depois ultrapassadas pela realidade. Um exemplo recente é o dado pela previsão do défice externo em 1977, que se previa, em meio desse ano, atingir 34 milhões de contos; que se previa, já em 1976, que atingiria 53 milhões de contos; e que se prevê, agora, que atinja 58 milhões de contos.

A balança comercial de Portugal, deficitária há longos anos, teve a seguinte evolução ao longo de:

Verificamos, exceptuada a melhoria relativa conseguida em 1975, o agravamento brutal do défice da balança comercial, nomeadamente devido ao aumento das importações de mercadorias (mais 45,9 por cento em 1977). As relações económicas externas dum país não se limitam à importação e exportação de mercadorias. No caso de Portugal assumem grande importância as remessas efectuadas pelos emigrantes que constituem entradas de divisas (moedas estrangeiras) que podem ser utilizadas pelo País para a compra ao estrangeiro. A rubrica na qual se incluem estas remessas chama-se transferências privadas, e teve a seguinte evolução:

MAPA Nº 3
TRANSFERÊNCIAS PRIVADAS

SALDO (milhões de contos)		1977	
1974	1975	1976	1977
+28,2	+26,5	+29,4	+43,4

O grande aumento que se constata em 1977 deve-se a um aumento real, mas de vida à desvalorização do escudo para o maior do que o aumento real. A quebra em 1975 reflecte, também, toda a campanha desenvolvida no mesmo sentido contra o País (lo mesmo se pode dizer quanto à evolução do Turismo. As receitas do Turismo, devido a ser superior o gasto de turistas estrangeiros em Portugal do que o gasto de turistas portugueses no estrangeiro, contribuíam positivamente para o aumento de divisas do País.

MAPA Nº 4
SALDO TURISMO

SALDO (milhões de contos)		1977	
1974	1975	1976	1977
+6,8	+2,6	+5,6	+10,9

A rubrica «RENDIMENTOS DE CAPITAIS» na qual se incluem, por exemplo, os lucros das multinacionais transferidos para o estrangeiro e a entrada de capitais devido aos investimentos estrangeiros, tem uma evolução muito significativa.

MAPA Nº 5
SALDO DOS RENDIMENTOS DE CAPITAIS

SALDO (milhões de contos)		1977	
1974	1975	1976	1977
+3,3	-0,4	-4,0	-6,5

Nesta evolução vê-se bem a sangria das divisas que desde o 25 de Abril os detentores de capital têm efectuado.

A rubrica dos «transportes» indica-nos a evolução dos encargos que são pagos aos transportadores estrangeiros que efectuam o transporte das mercadorias importadas e exportadas do País, e é também significativa:

MAPA Nº 6
SALDO DOS TRANSPORTES

SALDO (Milhões de contos)		1977	
1974	1975	1976	1977
-3,7	-3,3	-5,1	-4,4

Nesta rubrica podemos constatar os benefícios que traria para o País a maior e melhor utilização da frota nacional para o transporte internacional de mercadorias.

O conjunto das rubricas cuja evolução vimos acima, constitui a Balança de Transacções Correntes, configurada no mapa nº 7 (nó outro local deste artigo). Consta-se pela leitura desse mapa que, exceptuando o ano de 1975, se verifica o agravamento brutal do défice da balança de transacções correntes, o que tem contribuído para o aumento das divisas estrangeiras que de correm dos empréstimos efectuados.

Aumento do custo de vida

Os dados oficiais sobre a evolução dos preços, nomeadamente no consumo médio, são estatisticamente afectados por indicadores dirigidos pelo INE a um conjunto de estabelecimentos sobre a evolução de um certo número de produtos e de serviços. O Movimento Sindical não participa, nem do controlo dos inquéritos, nem na definição da sua base, pelo que, atendendo à facilidade de destruir as amostras (a amostragem é um método estatístico que permite, a partir do conhecimento de uma parte limitada da realidade, deduzir-se o que se passa em toda a realidade) a evolução dos índices de preços oficiais deve ser sempre encarada com cuidado.

As tentativas efectuadas para, por via dos sindicatos e com base na evolução dos preços de produtos alimentares nas diversas regiões do País permitem concluir que os dados sobre os preços utilizados pelo INE estão abaixo da realidade, o que se reflecte num menor aumento do IPC (índice de preços ao consumidor). Além deste critério, têm os sindicatos, nomeadamente a Federação do Comércio, a apontado as insuficiências da própria estrutura e bases dos índices utilizados.

Tendo em conta a importância que os valores do índice de preços assumem no processo de negociações colectivas, a reivindicação, feita já em 1975, de participação do M.S. na sua elaboração e controlo, que não se pode confundir com a mera discussão dos resultados, continua válida. Nos resultados do último inquérito efectuado em 1973/74, sobre a distribuição das despesas, podemos verificar que, por cada 100 contos, as despesas, em média, de todos os escalões de rendimento se distribuíam da seguinte forma:

Alimentos consumidos em casa	38,2
Habitado	10,5
Outros bens e serviços	7,7
Vestuário	7,4

MAPA Nº 2

EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL (milhões de contos)		1977			
	1974	1975	1976	1977	
Saldo da balança comercial	-50,5	-42,7	-63,3	-94,9	
Importações	-108,7	-92,1	-118,1	-172,3	
Exportações	58,1	49,5	54,8	77,4	

Transportes	6,9
Bebidas Alcoólicas	5,2
Alimentos consumidos fora de casa	4,0
Instrução, cultura e distrações	4,0
Recheio da Habitação	4,0
Combustíveis e Electricidade	2,8
Despesas com a saúde	2,7
Outras (c/ peso menos que 2% (1))	
soma	6,6
TOTAL	100

(1) Alimentos preparados fora e consumidos em casa, bebidas não alcoólicas, tabaco e despesas de fumador, calçado, água, produtos de higiene do lar, serviços domésticos, higiene e cuidados pessoais, comunicações.

É evidente que esta distribuição média das despesas é diferente da distribuição, por exemplo, de um operário ou de um empregado, pois é afectada pelas distribuições das despesas de camadas com mais altos rendimentos.

Estas por exemplo, gastam uma parte muito menor do rendimento em alimentação consumida em casa, (20,7%), enquanto as classes com menores rendimentos gastam uma parte muito maior (53,3%), sendo a média de 38,2%. Verificando-se um aumento nos preços dos produtos para a alimentação, esse aumento aparece no índice global ponderado (proporcional) à sua quota-parte no total das despesas. Por exemplo se os preços desses produtos subirem 40% isto significa:

— que, para os que ganham menos, as suas despesas aumentam 21,3%;
— que, para os que ganham mais, as suas despesas aumentam 8,3.

— que, no índice, que é global, aumentam 15,3%, o que desfavorece a verdadeira avaliação da subida do custo de vida suportada pelos que ganham menos.

Vejam os agora qual tem sido a evolução destes índices.

O mapa nº 8, «ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR TOTAL SEM HA-

BITAÇÃO (CONTINENTE)» — que para facilitar a paginação deslocámos para outro local deste artigo — mostra-nos que no decorrer de 1977 os preços aumentaram em média, 27,3 por cento, constando-se, ainda, o grande aumento nos meses de Fevereiro (+3,9), Março (+4,8) e Novembro (+2,2).

No mapa nº 9 «ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS (CONTINENTE)» pelo mesmo motivo deslocado para outro local deste artigo — podemos constatar que o aumento de preço de alimentação e bebidas atingiu, em 1977, mais de 32,1% (média de 78/média de 77) sendo de maior o grande aumento em Março de mais de 13,5%, só nesse mês, em relação ao mês anterior. Entre os produtos em que se verificaram maiores aumentos que a média, temos «frutos frescos e frigoríficos» (+60,4%); «bebidas» (+61,7%); «carne» (+33,1%); «peixe» (+31,8%); «leite» (+34,4%); e «diversos, como temperos, condimentos, etc.» (+40,8%).

+28,7%
FARO (IPC geral sem habitação):
+32,4%

O índice de Lisboa está a ser recalculado, postumamente (17%) se encontrar, claramente, abaixo da realidade.

A evolução ao longo do ano, pelo

que é possível deduzir do conjunto de índices disponíveis, mostra que os aumentos de preços maiores se concentraram na primeira metade do ano. E, também, significativo verificar que o aumento de preços ultrapassado, em muito, as previsões oficiais do início de 1977 (15%) segundo o plano para 1977.

MAPA Nº 7

BALANÇA DE TRANSAÇÕES CORRENTES

(milhões de contos)

	1974	1975	1976	1977 (*)
BALANCA COMERCIAL	-50,5	-42,7	-63,3	-94,9
IMPORTAÇÕES	-108,7	-92,1	-118,1	-172,3
EXPORTAÇÕES	58,1	49,5	54,8	77,4
SERVÍCIOS	+ 1,4	+ 4,7	+ 3,2	+ 1,5
TURISMO	+ 6,8	+ 2,8	+ 5,6	+ 10,9
TRANSPORTES	- 3,7	- 3,3	- 3,1	- 4,4
RENDIMENTO DE CAPITAIS	+ 3,3	- 0,4	- 0,4	- 6,5
OUTROS	+ 4,8	- 3,6	- 0,3	- 1,5
TRANSFERÊNCIAS	+ 28,2	+ 26,5	+ 29,4	+ 43,4
SALDO DA BALANCA DE TRANSAÇÕES CORRENTES	- 20,9	- 20,9	- 37,1	- 53

* Ainda não corrigido depois da última previsão efectuada — déficit de 58 milhões de contos.

MAPA Nº 8

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR TOTAL SEM HABITAÇÃO (CONTINENTE)

	1977												1978		
1976	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	JAN.	FEV.	
MÉDIA	100	109,5	113,0	123,0	127,7	128,7	126,5	126,6	130,7	130,1	133,0	134,8	137,8	139,4	139,8

MAPA Nº 9

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS (CONTINENTE)

	1977												1978	
1976	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	JAN.	FEV.
MÉDIA	100	111,0	114,1	129,5	134,6	135,8	133,5	134,9	133,8	134,8	138,0	142,9	145,8	146,5

Esta característica das previsões oficiais, vai-se tornando cada vez mais habitual e é o reflexo da política que vem sendo seguida. Dizendo que se quer minorar os problemas (do desemprego, do défice externo e da inflação) o Governo actual adopta o mesmo tipo de medidas que os dois precedentes, que os dados oficiais revelam ter agravado e não minorado esses problemas.

Por isso, a luta pela alteração da política económica do Governo, constitui uma tarefa do Movimento Sindical. Só uma nova política, assente nas transformações revolucionárias nacionalizações, reforma agrária — e no esforço, capacidade e iniciativa dos trabalhadores, poderá criar as condições para a radical alteração da situação, para a defesa efectiva do projecto constitucional.

MAPA Nº 10
ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR VESTUÁRIO E CALÇADO CONTINENTE (TRIM.)

	1977				
1976	JAN.	ABRIL	JUN.	OUT.	
Média	100	109,3	115,6	118,0	129,2

Verifica-se que de Janeiro a Outubro de 1977 os preços aumentaram em média de 18,2% não estando ainda disponíveis os elementos mais recentes.

MAPA Nº 11
ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR DESPESAS COM HABITAÇÃO CONTINENTE (TRIM.)

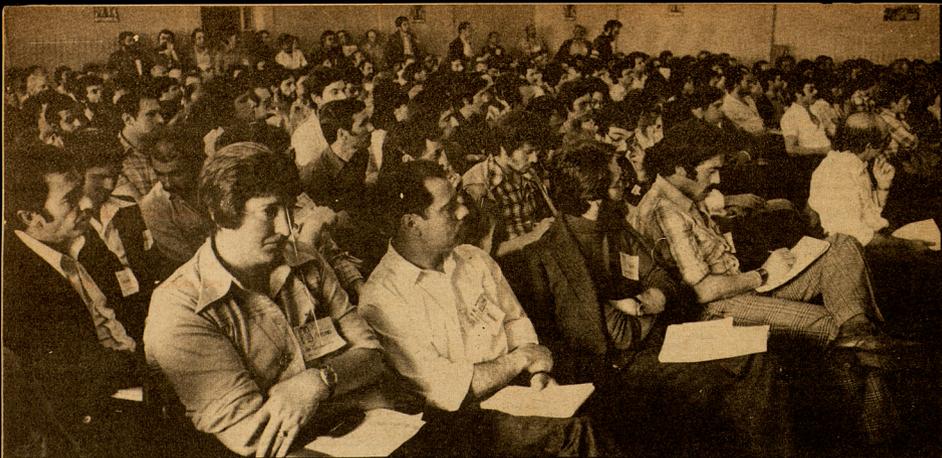
	1977				
1976	JAN.	ABR.	JUL.	OUT.	
Média	100	106,8	123,2	133,1	136,6

Nas «Despesas com habitação» verifica-se um aumento de 26,1 por cento de Janeiro a Outubro de 1977. Em «diversos», outro dos índices para o continente não existe o aumento para o mesmo período que os dois anteriores, alcança 20,1 por cento.

A nível da distribuição geográfica, cujos índices têm bases mais antiquadas

do que os constantes acima temos a seguinte evolução em 1977:

Porto (IPC geral com habitação): +29,48%
COIMBRA (IPC geral sem habitação): +24,8%
ÉVORA (IPC geral sem habitação): +27,7%
VISEU (IPC geral sem habitação):



MOVIMENTO SINDICAL DEBATEU

As leis do trabalho em vigor, especialmente as que são anteriores ao 25 de Abril, não podem continuar a ser aplicadas, designadamente pelos Tribunais de Trabalho e pelo Ministério do Trabalho, bem como pelas empresas públicas e privadas, como se a Constituição não existisse

O DIREITO DO TRABALHO

O Direito do Trabalho e as perspectivas da actividade jurídica do Movimento Sindical estiveram em foco no passado mês de Maio.

Promovido pela CGTP-IN realizou-se em Lisboa um Encontro Nacional no qual se pretendiam encontrar respostas concretas à questão de saber como defender, levar à prática e aprofundar, as liberdades, direitos e garantias conquistadas pelos trabalhadores e consignados na Constituição. A necessidade de coordenar e aperfeiçoar as actividades desenvolvidas pelas associações sindicais no plano jurídico, por forma a assegurar uma eficácia de actuação, foi um dos objectivos essenciais deste Encontro. Nele se procuraram definir perspectivas correctas sobre o enquadramento da frente jurídica na luta geral dos trabalhadores, pela sua emancipação económica, social e política.

Convocado por iniciativa da CGTP-IN, com o apoio de associações sindicais filiadas e não filiadas, o Encontro Nacional sobre o Direito do Trabalho e Perspectivas da Actividade Jurídica do Movimento Sindical congregou 136 advogados, 54 consultores jurídicos e técnicos, 100 funcionários sindicais, 190 dirigentes sindicais e 39 convidados, incluindo juizes

do Supremo Tribunal Administrativo e dos Tribunais do Trabalho, delegados do Ministério Público, docentes da Faculdade de Direito e técnicos do aparelho de Estado ligados a questões de trabalho, num total de 519 participantes.

Foram apresentadas ao Encontro e distribuídas aos participantes 52 comunicações escritas, além de outras comuni-

cações económicas, sociais e políticas.

No decorrer dos trabalhos, os participantes estudaram e discutiram os meios a adoptar, na sua esfera de acção e de intervenção para assumir plenamente as responsabilidades que lhes cabem na luta que o Movimento Sindical e os trabalhadores portugueses travam no plano social e político, para que a Constituição seja cumprida e defendida e o projecto constitucional seja levado até ao fim.

Em clima de debate aberto, rigoroso e responsável, buscaram-se alternativas, em matéria legislativa, que o Movimento Sindical possa fazer suas, tendo sido denunciada a ofensiva em curso das forças sociais e políticas, derrubadas pela Revolução de Abril contra o regime democrático e constitucional.

cações e intervenções orais feitas no decorrer dos trabalhos.

Duas dificuldades se levantavam à partida. A primeira dizia directamente respeito ao aprofundamento teórico das questões em discussão e era resultado do incipiente desenvolvimento científico e jurisprudencial do Direito do Trabalho em Portugal. A segunda, era derivada da vastidão da própria Ori-

dem de Trabalhos.

Apesar de tudo, poderá dizer-se que o Encontro cumpriu os seus objectivos de análise e discussão da legislação do trabalho, da problemática do seu controlo e aplicação no interesse dos trabalhadores, e da orientação da actividade jurídica do Movimento Sindical.

Sendo a primeira realização deste género em Portugal, o

Encontro
monstrou
capacidade
Movimento

Nel
dução le
1.º Gov
continua
do o es
contido
tituição
direitos
das suas
sa.

Os pa
trô man
cupação
lativas d
partido
Constitu
tentativa
uma nov
Trabalho
Sindical

Particip
na elab

O Enc
grande
e consci
participa
giação
fundam
res, a se
mente a
sindicat
lhadores
No en
a Constitu
no to m
publicar
as organ
mas tamb
prévio.

Mesm
os traba
sua opi
em pré
sões i
das, tem
constru
havam
Foi po
disposi
venças
da Rep
sões j
mento
pública
Lo que
particip
das leis
diarem
tal é que
lhadores
fluência
tido de
a consa

deverá
relativo
ses dos
ser sub
aprova
Assim
que as
e as cor
res sent
otivadas

A Co
como o
muitas

Encontro constituiu uma demonstração de vitalidade e de capacidade de intervenção do Movimento Sindical.

Nele foi analisada a produção legislativa iniciada pelo 1.º Governo Constitucional e continuada pelo actual, visando o esvaziamento prático do conteúdo progressista da Constituição, e pondo em causa os direitos dos trabalhadores e das suas organizações de classe.

Os participantes no Encontro manifestaram a maior preocupação pelas iniciativas legislativas do Governo, onde um partido que votou contra a Constituição surge associado à tentativa de elaboração de uma nova lei do Contrato de Trabalho e de uma nova Lei Sindical.

Participar na elaboração das leis

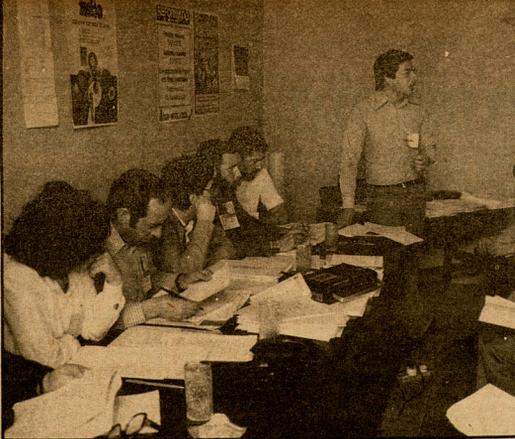
O Encontro representou uma grande afirmação da vontade e consciência do direito de participação na elaboração da legislação do trabalho, direito fundamental dos trabalhadores, a ser exercido organizadamente através das associações sindicais e comissões de trabalhadores.

No entanto, e apesar do que a Constituição consagra o Governo tem vindo a fazer aprovar e publicar legislação sem que as organizações dos trabalhadores tenham dela conhecimento prévio.

Mesmo nos casos em que os trabalhadores exprimam a sua opinião sobre legislação em preparação, as suas posições não foram consideradas, tendo pelo contrário sido consagradas soluções que eles haviam rejeitado.

Foi por isso, considerado indispensável o reforço das intervenções junto da Assembleia da República, reclamando no mínimo, a consagração das posições já expressas pelo Movimento Sindical na consulta pública sobre os projectos de lei que visam regulamentar a participação na elaboração das leis do trabalho, sem perderem de vista que o fundamental é que as posições dos trabalhadores exerçam uma influência concreta sobre o conteúdo da legislação. O regime a consagrar na futura lei não deverá permitir que um diploma lei que afete os interesses dos trabalhadores possa ser submetido à discussão e aprovação do Governo ou da Assembleia da República, sem que as associações sindicais e as comissões de trabalhadores tenham sido, anteriormente ouvidas sobre ele.

A Constituição incorporou, como direitos fundamentais, muitas das grandes conquistas



Definir perspectivas correctas sobre o enquadramento da frente jurídica na luta dos trabalhadores

alcançadas pelos trabalhadores no decurso do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974.

As leis do trabalho em vigor, especialmente as que são anteriores ao 25 de Abril, não podem continuar a ser aplicadas, designadamente pelos Tribunais de Trabalho, pela Inspeção do Trabalho e pelo Ministério do Trabalho, bem como pelas empresas públicas e privadas, como se a Constituição não existisse.

Na exploração do papel normativo determinante da Constituição, relativamente ao Direito do Trabalho, pode e deve as-

sentar no esforço da actividade jurídica do Movimento Sindical, para que os direitos e interesses dos trabalhadores sejam respeitados e promovidos.

Os participantes no Encontro sobre o Direito do Trabalho constataram a vasta e profunda inadequação de grande parte da legislação em vigor em relação ao disposto na Constituição e às características da realidade económica, social, política e jurídica nela moldada.

Essa legislação não toma em conta as transformações económicas operadas pela Revolução, não considera o contra-

ria abertamente a intervenção decisiva dos trabalhadores na dinamização e no controlo dessas actividades e empresas, e procura destruir, em vários casos, aspectos importantes da nova organização económica, como acontece relativamente às empresas com intervenção do Estado.

Pronunciando-se favoravelmente sobre a urgência de uma revisão global da legislação em vigor e da elaboração de leis novas para adaptar o regime legal ao disposto na Constituição, às conclusões aprovadas no Encontro alertam, no entanto, contra quis-

quer tentativas de destruição de direitos e regalias e conquistas, que com esse pretexto se pretendia intentar.

Foi também denunciada a prática ilegítima de publicação de despachos interpretativos pelo Ministério do Trabalho, através dos quais se procura subverter o sistema legal em vigor e a competência própria dos órgãos de soberania.

Contratos colectivos consagram conquistas dos trabalhadores

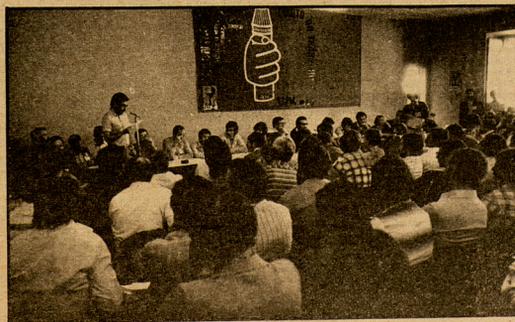
O direito à estabilidade da relação de trabalho e à segurança no emprego pressupõe a realização efectiva da proibição do despedimento sem justa causa. A apreciação e o julgamento da justa causa não pode limitar-se à análise do caso em si e ao contexto das relações entre o trabalhador e a entidade patronal, mas tem de ser inserida na protecção do direito ao trabalho e à segurança no emprego, numa sociedade que tem por objectivo constitucional a transição para o socialismo. Isso determina que aquele direito só possa ceder perante factos socialmente intolerais.

Os participantes no Encontro consideraram a necessidade do reforço das garantias de defesa do trabalhador no processo disciplinar, e da proibição de ser aplicada a suspensão preventiva. A intervenção das organizações sindicais e das Comissões de Trabalhadores deverá verificar-se em todas as fases do processo, reforçando-se os seus respectivos poderes. Os procedimentos judiciais de defesa perante o despedimento devem caracterizar-se de uma maior celeridade, sendo necessário que se garanta a eficácia da suspensão judicial de despedimento, assegurando-se, nesse caso, a imediata e efectiva reintegração do trabalhador.

No que se refere aos despedimentos colectivos, os participantes no Encontro Nacional sobre o Direito do Trabalho concluíram que se impõe a rigorosa definição dos seus motivos, o controlo desses mesmos motivos e da tramitação processual por parte das organizações de classe dos trabalhadores, e a indispensabilidade de previa autorização ministerial devidamente fundamentada.

O Encontro debateu-se também sobre a importância fundamental da contratação colectiva na criação do direito do trabalho, na defesa das condições de trabalho e de vida, e do poder de compra dos trabalhadores.

Foi, em particular, salienta-



O Encontro analisou os problemas que se põem aos trabalhadores em relação à legislação actual

ENCONTRO DO TRABALHO

Dr. Mendonça Freitas,
Juiz da 2.ª Vara do Trabalho
de Lisboa

do o contributo enorme das convenções colectivas na consagração vinculativa de novos direitos e novas relações de trabalho após o 25 de Abril, antecipando-se ao seu reconhecimento constitucional e legislativo, e ultrapassando o plano das reivindicações meramente económicas. Para além da análise do significado da política de restrições e congelamento ao direito de contratação colectiva — política essa que é contrária à Constituição — procedeu-se ainda ao debate dos problemas da Contratação Colectiva na Função Pública.

O Encontro destacou as grandes conquistas históricas no campo dos direitos sindicais, através da Lei Sindical de 1975 e da Constituição da República, e salientou o significado da ratificação da Convenção n.º 87 da OIT.

Faço às tentativas em curso de alterar a Lei em vigor — o que visa destruir legislativamente as liberdades e os direitos sindicais conquistados — novas reafirmadas as posições contidas no Projecto da Lei Sindical aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos.

Os participantes no Encontro verificaram a necessidade de levar a cabo acções concretas no plano jurídico ao nível do Movimento Sindical, contra os actos de discriminação anti-sindical, e analisaram as tentativas de limitação do direito à greve.

A morosidade nos tribunais de trabalho

Mais o Direito do Trabalho, para além das limitações já enunciadas, continua a ser um direito largamente por aplicar, devido à considerável ineficácia dos meios da sua realização judicial e sancionamento. Por isso os trabalhadores vêm frustrada, em grande medida, a realização prática dos seus direitos e garantias.

Como forma de ultrapassar este estado de coisas, a inspeção do Trabalho deverá ser impulsionada para o desempenho das funções que lhe incumbem, informada pelo princípio da autonomia funcional e em estrita obediência ao princípio da legalidade, sendo

Durante o Encontro, os problemas foram debatidos a um bom nível por técnicos interessados.

Tudo decorreu num espírito de diálogo, sem intuídos demagógicos, e em ordem a encontrar soluções para preencher certas lacunas da legislação actual.

Considero de grande interesse a realização de encontros deste tipo, pela contribuição que trazem para o esclarecimento das leis, e para o clarificar de certas questões, apontando para o encontro de soluções ideais.

É necessário que iniciativas deste tipo se repitam.

dotada dos meios humanos e materiais adequados, a fim de assegurar uma acção eficaz, célere e isenta, a nível nacional.

A actividade conciliatória não poderá constituir uma barreira e pressuposto obrigatório à resolução dos conflitos laborais, devendo estar integrada nos meios jurisdicionais. Os Tribunais do Trabalho deverão ser organizados de forma a resolver com celeridade os diferendos que lhes são sujeitos, para o que se torna indispensável reforçar os seus meios humanos e técnicos, o seu número, e a sua devida instalação e localização.

O processo do trabalho deverá ser revisto em termos de corresponder a uma efectiva garantia dos direitos dos trabalhadores, estabelecendo-se parâmetros que não permitam a sua trágica omissão, possibilitando-se a intervenção das associações sindicais e criando-se mecanismos que assegurem a execução pronta das decisões judiciais.

Debatendo as perspectivas de actividade jurídica do Movimento Sindical, o Encontro reafirmou a necessidade de esta ser inserida no contexto da luta do Movimento Sindical Unitário, dentro dos princípios definidos pelos Estatutos e pelo Programa de Acção da CGTP-INT.

Os participantes no Encontro definiram a necessidade de permanente cooperação entre as direcções sindicais e os respectivos serviços de conciliação, e a subordinação da sua

actividade às orientações definidas pelas direcções sindicais.

Foi, também, referida a necessidade de alargamento da actividade jurídica do Movimento Sindical, caracterizando-se as principais actuações a serem prosseguidas por cada uma das suas estruturas, e as normas para a constituir uma mais correcta coordenação de esforços e distribuição de tarefas.

Dr. Victor Ribeiro,
delegado do Ministério Público
da 8.ª Vara do Trabalho de Lisboa

Este Encontro foi excepcionalmente notável, enquanto empenhamento de clarificação das normas do Direito do Trabalho, que são, em Portugal, extremamente dispersas e em certos aspectos altamente inovadoras, mas, por outro lado apresentam bastantes imperfeições do ponto de vista técnico, tudo isto coloca o Jurista de trabalho em sérios embargos quando precisa de interpretar a Lei.

Dá que este encontro, promovido pela CGTP-INT, tenha sido de uma grande oportunidade e graças ao grande número de adesões que obteve e à seriedade que perdeu aos trabalhos, se possa saldar como um importante safarinho no domínio do Direito do Trabalho. Ele irá ter, por certo, consequências bastante salutares não só no campo de uma melhor perspectiva das lutas dos trabalhadores mas, também, em termos de clarificação técnico-jurídica tanto mais importante quanto é certo não haver iniciativas oficiais do sentido de coordenar as interpretações das Leis.

Notou-se, no entanto, uma grande abundância de questões para tão pouco tempo, o que levou que, em certos pontos, os problemas não tivessem uma discussão tão profunda como seria de desejar. Competirá a futuros encontros aprofundar estas questões.

O Encontro agora realizado possibilitará ao Movimento Sindical novas formas de propugnar pela alteração de certas leis, podendo também permitir uma forma de actuação conjunta dos Sindicatos, em tudo o que se refere ao Direito do Trabalho.

Dr. Amaro Jorge,
advogado de Coimbra

Na minha opinião o Encontro foi de bastante utilidade, não só pela qualidade de alguns trabalhos apresentados referentes ao Direito do Trabalho, mas também porque, independentemente dos trabalhos escritos, proporcionou uma troca de ideias e opiniões entre os participantes.

Foi a primeira organização deste tipo a nível nacional que se espera que tenha continuidade, que a mim, com o objectivo último de elaboração de uma teoria sólida e progressista no campo do Direito do Trabalho.

Há, no entanto, que ter em conta que organizações deste tipo deverão ser estruturadas com uma antecedência maior e com uma difusão prévia de textos.

O leque de participação conseguiu neste encontro fazer prever que o objectivo último atrás enunciado, será conseguido.

fas entre essas diversas estruturas sindicais ao nível da prática jurídica.

Levar à prática conclusões do Encontro

No que respeita à contratação colectiva foi considerado não só a necessidade de maior trabalho jurídico na sua elaboração, mas sobretudo a necessidade de maior coordenação no sentido de se obter uma uniformização de critérios, designadamente através da elaboração de um «classaução-tipo», no âmbito da CGTP-INT.

No sentido de manter uma permanente relação entre os

serviços jurídicos das associações sindicais e dos órgãos directivos destas, concluiu-se pela necessidade de reuniões frequentes e periódicas que permitam clarificar orientações de debater as questões jurídico-laborais e jurídico-sindicais.

Considerou-se tarefa prioritária do Movimento Sindical e, concretamente, ao nível dos seus centros locais, a realização de estudos, debates e coloquios que permitam obter um melhor conhecimento da legislação e da doutrina do trabalho e da jurisprudência.

Os participantes no Encontro Nacional discutiram e aprovaram medidas que assegurem a continuidade dos trabalhos

O Encontro representou uma grande afirmação da vontade e consciência do direito de participação na elaboração da legislação do trabalho, direito fundamental dos trabalhadores, a ser exercido organizadamente através das associações sindicais e comissões de trabalhadores

A nossa revista inicia a partir deste número a publicação de uma série de entrevistas, em exclusivo, com representantes de várias organizações sindicais estrangeiras, que aborda assuntos relacionados com a luta dos trabalhadores que representam

«ALAVANCA» oferecerá, pois, neste número, aos seus leitores entrevistas com Alfredo Gonçalves da União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA) com Jan Furustomborg da Confederação dos Sindicatos da Finlândia (SAK).

“O Imperialismo utiliza todas as armas a sua disposição contra os trabalhadores”

«ALAVANCA» — Em Angola vive-se actualmente uma situação o muito particular, originada pelas pressões exercidas pelo imperialismo que pretende, a todo o custo, utilizando todos os meios ao seu alcance, travar a Revolução Angolana. Qual a vossa posição face a esta matéria?

ALFREDO GONÇALVES — Antes do mais gostava de, através da «Alavanca», dizer que nos é particularmente grato transmitir em nome da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos — UNTA —, as mais calorosas e fraternas saudações sindicais e revolucionárias a todos os dirigentes, e através de vós à classe operária e a todos os trabalhadores deste País irmão, pela solidariedade militante na luta anti-imperialista dos nossos dois povos.

Para responder à pergunta formulada, direi que, de facto o imperialismo utiliza todas as armas à sua disposição contra os trabalhadores de diferentes países, como forma de mantê-los debaixo da mesma pata. Ontem, em Angola, o imperialismo ajudou a manter, o odioso e retrógrado regime colonial, que por acréscimo era fascista, recorrendo à religião, explorando ressentimentos tribais e instilando o regionalismo, para dividir o nosso povo e perpetuar a espoliação das nossas riquezas.

Gorados os seus planos pela determinação revolucionária dos patriotas angolanos, o imperialismo não hesitou em recorrer às or-

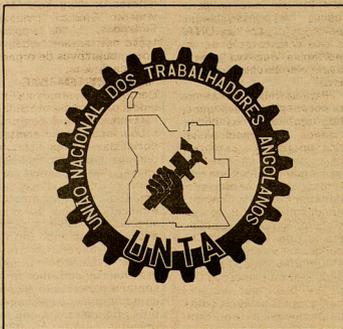


Alfredo Gonçalves, responsável provincial de Luanda, da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos, durante a entrevista que concedeu, em exclusivo, à «Alavanca».

questrações da reacção internacional, para desencadear a criminoso agressão dos exércitos do Zaire e da África do Sul contra o povo angolano.

Hoje, vergonhosamente derrotado pelos gloriosos combatentes angolanos e pela solidariedade internacionalista dos povos progressistas, o imperialismo ainda não desarmou e não desarmará até à derrocada final da reacção internacional. Enquanto isso, o imperialismo utiliza a colónia, a infâmia dos seus lacaios acoitados na Europa e não só, as mercenárias recrutadas entre marginais das sargetas da Europa, para tram novias agressões ao heróico povo angolano.

«ALAVANCA» — Foi facto sobejamente conhecido que o actual Governo português tem permitido, no pos-



so território, a actualção de grupos neocolonialistas, a soldo do imperialismo. Referimo-nos naturalmente aos grupelhos contra-revolucionários UNTA e FNLA, cujos representantes fazem declarações públicas injuriosas para o vosso País e desenvolvem actividades paralelas, como o recrutamento de mercenários. O que se te oferece dizer sobre isto?

ALFREDO GONÇALVES

Cabe às forças proletárias da Europa, cabe às forças revolucionárias e organizações progressistas de Portugal, demonstrar ao Povo português e aos seus governantes, que o recrutamento de mercenários e o apoio aos fantoches aqui acoitados, para desencadear ataques contra Angola, não serve os superiores interesses dos nossos dois povos. Antes, favorece os desígnios do imperialismo que luta por impedir a normalização das relações entre os nossos dois Governos, já que não pode impedir a determinação dos nossos dois povos, enquadrados pelas suas organi-

zações de classe, e estreitar cada vez mais os laços de amizade, cimentados na luta comum contra o fascismo e contra a exploração do homem pelo homem.

O imperialismo sabe e muito bem, que não poderá impedir as boas relações de cooperação e amizade que ligam a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional.

Além, se mo permites, gostaria de aproveitar esta tribuna do proletariado e dos trabalhadores portugueses em geral, para reafirmar, em nome dos trabalhadores angolanos e da sua Central Sindical — UNTA —, que nenhum ressentimento deve persistir entre as massas trabalhadoras dos nossos dois povos, por terem sido vítimas da mesma opressão e exploração sofridas pelas mesmas massas de outros países africanos limitrofes.

É com base nesta questão central e na mesma opção política que determinamos a nossa estratégia e as nossas táticas revolucionárias, e determinamos os nossos aliados. Claro que, ao falarmos de Socialismo, falamos do Socialismo Científico — Marxista-Leninista.

Na África Austral, o imperialismo e os regimes africanos, investem contra os Estados independentes que se decidiram por uma via de desenvolvimento socialista, de modo a impedir o seu exemplo mobilizador sobre as massas trabalhadoras de outros países africanos limitrofes.

Mas as classes trabalhadoras angolanas, responderão às agressões do imperialismo, aplicando os ensinamentos genéricos do marxismo-leninismo sobre as condições concretas da luta de classes do nosso

País e o

em que

«ALAVANCA»... avanço... lana, que... pais tar... cam ao... Sindical

ALFRE

Na... objetivo... revolucion... lano, di... Revoluç... marada... nito Ne... seu I... Col... titudo... do do... pela id... ninista... trução d... lista.

As O... cais, rec... gola ob... letariado... comesta... golano... como te... reforço... elevaçã... ciência... a irradi... mo, o a... no o s... e o a... da pro...



Eis os r...

País e da região do globo em que Angola se situa.

«ALAVANCA»... Sendo assim, e tendo em vista o avanço da Revolução Angolana, quais são as principais tarefas que se colocam ao vosso Movimento Sindical?

ALFREDO GONÇALVES

Na prossecução deste objectivo, a Vanguarda Revolucionária do povo angolano, dirigida pelo líder da Revolução Angolana, o camarada presidente Agostinho Neto, decidiu-se no seu Congresso, pela constituição do MPLA em Partido do Trabalho, orientado pela ideologia marxista-leninista, base para a construção da Sociedade Socialista.

As Organizações Sindicais, recém-criadas em Angola sob a ideologia do proletariado, congratularam-se com esta opção do povo angolano, e tomam para si, como tarefas principais, o reforço da organização, a elevação do nível de consciência dos trabalhadores, a irradiação do analfabetismo, o reforço da disciplina no seio da classe operária e o aumento da produção e da produtividade; tudo is-

so como base do progresso e do bem-estar.

Pois que hoje, na República Popular de Angola, são os operários em estreita aliança com os camponeses e demais trabalhadores e intelectuais revolucionários, que detêm o poder e as novas tarefas que se apresentam à Pátria conferem-lhe um novo papel e novas responsabilidades, pelo que o papel da UNTA e dos Sindicatos é de importância decisiva para o avanço da Revolução Angolana.

Para terminar, lançamos o nosso apelo para que a luta organizada na solidariedade internacionalista dos operários e camponeses e dos nossos dois povos, conduzam à vitória definitiva contra a exploração do homem pelo homem, conduzam à vitória do socialismo sobre o capitalismo e, por consequência, conduzam ao entendimento e à amizade, cada vez mais sólida, entre os nossos dois povos, posto que, queiram os Governos ou não, avante de dos povos é e será sempre a Paz, o Progresso e o Bem-Estar, no respeito mútuo pelas respectivas soberanias, e não ingerência nos assuntos internos.

Entrevista com Jan Furstemborg da Confederação dos Sindicatos da Finlândia

«ALAVANCA» — Pode dar-nos a conhecer alguns aspectos fundamentais para uma melhor compreensão, por parte dos nossos leitores, da situação do Movimento Sindical Unitário Finlandês, a sua implantação nas massas trabalhadoras, objetivos de organização e de luta.

JAN FURSTEMBORG — Como sabem, temos na Finlândia um Movimento Sindical Unitário, que é composto por social-democratas, socialistas e comunistas. A unidade não foi fácil de alcançar mas, depois de vários períodos difíceis, a unificação do Movimento Sindical Finlandês foi conseguida em 1969 e, a partir dessa data, ganhou um indesejável apoio por parte dos trabalhadores, uma vez que organizamos presentemente cerca de 80 por cento de todos os trabalhadores finlandeses o que representa quatro quintos da nossa força laboral.

Com vista à manter a unidade, claro que tanto o grupo socialista como o grupo



Jan Furstemborg, da Confederação dos Sindicatos da Finlândia

comunista se viram na necessidade de estabelecer compromissos de modo a conseguir políticas comuns que sirvam os interesses comuns dos trabalhadores. Nós acreditamos muito fortemente na unidade do Movimento Sindical porque tivemos exemplos muito negativos sobre os efeitos do divisionismo sindical, de acordo com as várias linhas políticas. Mas, por outro lado, também acreditamos que manter a unidade do Movimento Sindical é

uma tarefa que exige uma grande boa vontade por parte da maioria, com vista a ganhar condições de trabalho à minoria, pelo menos no momento presente.

«ALAVANCA» — Quais são os vossos objectivos imediatos, quais as finalidades da vossa luta?

JAN FURSTEMBORG

Claro que o desemprego é o problema número um. Cerca de 1 décimo dos trabalhadores finlandeses estão desempregados e cerca de um entre cada 5 jovens, com menos de 25 anos, está desempregado. Isto cria-nos problemas muito, muito grandes, porque a Finlândia é um país que em muitos aspectos é bastante pobre, o que significa que temos que pedir muitos empréstimos, para criar novos investimentos.

Por isso diria que a primeira meta do nosso Movimento Sindical é, por um lado, criar novos postos de trabalho e salvaguardar os que existem; e, por outro lado, tentar manter o nível de vida dos trabalhadores.



Eis os resultados do ataque imperialista das tropas da África do Sul, à aldeia de Cassinga, no Sul de Angola, em 4 de Maio de 1978 (foto Sipa-Press)

O que há a fazer depois do Congresso

Antes e depois da aprovação do «Plano de Acção» apresentado ao Congresso, que foi aprovado com alguns aditamentos decididos na discussão por temas, e cujos resultados obtidos podem ser considerados de largo alcance e de muita valia para o reforço da unidade da classe dos trabalhadores dos têxteis, falaram vários dirigentes sindicais, membros da Federação e um representante da CGTP-Int. Eis aqui passagens de intervenções de certos dirigentes. Começamos pela intervenção da camarada Camélia Pereira, presidente da mesa do Congresso. Na sessão de abertura, e depois de saudar todos os presentes, disse:

«O Movimento Sindical Português e a Organização Sindical do Sector Têxtil em particular, enfim, neste momento, a mais difícil situação verificada desde o 25 de Abril. Uma crise económica profunda é acompanhada duma crise social e política de implicações múltiplas e que põe em causa a Democracia, o projecto de transição para o Socialismo consagrado na Constituição, a Independência Nacional e faz irromper, de forma violenta, no nosso dia-a-dia, os aspectos do desemprego e da miséria... «Camaradas: E por tudo isto que a nossa responsabilidade é grande. E por tudo isto, camaradas, que temos de assumir perfeita consciência do que temos de fazer neste Congresso sobretudo, para além de... «Em síntese: urge que precisemos quais as perspectivas de luta e quais os princípios organizativos que devem caracterizar a nossa Federação e os nossos Sindicatos».

Um membro do Secretariado cessante da Federação, depois de saudar os camaradas presentes, as organizações sindicais e as delegações estrangeiras, disse: «O nosso II Congresso decorre num momento particularmente difícil da vida do País. O avanço desordenado das forças fascistas e a forma címplice como o Governo tem aceite as imposições do Capitalismo nacional e internacional, estão a provocar uma crise importante, que tem vindo a repercutir sobre as condições de vida dos trabalhadores, particularmente das do nosso sector. A política seguida pelo Governo conduzirá, a breve trecho, à saída das pequenas e médias empresas e a consequente desemprego em massa. É nesta hora difícil que nos reu-

nimos aqui para, em conjunto, milirmos sobre este problema, procurando dar-lhe a resposta consciente, organizada e de classe». «Que todos nós, no final deste Congresso, possamos dizer: VALEU A PENHA.

Defesa do emprego e da economia do País

Na sessão de encerramento, houve várias intervenções. O camarada Manuel Correia Lopes, membro do Secretariado da Federação e da CGTP-Int. e depois de saudar o povo trabalhador da Covilhã, «que nos recebeu de forma extremamente carinhosa e cujas tradições de luta procuramos honrar», e todas as delegações sindicais presentes, incluindo as estrangeiras, «que aceitaram o nosso convite para estarem presentes neste Congresso, saudando-nos e os trabalhadores de todo o mundo», disse: «Saudo igualmente a delegação da CGTP-Int. presente neste Congresso e nela saúdo todos os trabalhadores portugueses. Finalmente, camaradas, desejo saudar todos os congressistas e nela saúdo calorosamente os 500 000 trabalhadores libéres portugueses!». «A política do Governo coloca a nossa Pátria de joelhos perante o imperialismo. E em vez de resol-

ver os problemas da...essa economia e os desequilíbrios da nossa balança de pagamentos, apenas se agrava. Para o nosso Povo, tal política poderá significar miséria e até fome, pelo aumento desenfreado do custo de vida e do desemprego. As pequenas e médias empresas serão atacadas e destruídas, a maioria do nosso Povo será prejudicado por esta política que apenas serve o imperialismo e uma minoria privilegiada... «O Congresso definiu, ainda, quais as verdadeiras soluções para os problemas do Sector, quais as exigências imediatas que fazemos ao Governo e quais as tarefas organizativas que os Sindicatos e a Federação terão de suportar para que a reconversão do Sector se faça sem desemprego e sem a destruição sem alternativas das pequenas e médias empresas, sobretudo nas zonas de mono-indústria em que o encerramento das empresas significaria o desemprego, sem esperança... «Outro ponto largamente debatido foi o das liberdades sindicais e das formas de organização e luta necessárias à sua defesa na prática, para dar combate à crescente repressão e autoritarismo dos patrões nos locais de trabalho... «Em síntese, as nossas propostas apontam o sentido de defesa do emprego e do desenvolvimento assente no aproveitamento de todos os recursos económicos e sociais do País, na defesa da indepen-

dência Nacional, na satisfação das necessidades colectivas da população e na melhoria das condições de vida e de trabalho». «A melhor forma de dar combate ao divisionismo é a efectiva prática da democracia interna do Movimento Sindical, o que passa pela luta contra todos os tipos de sectarismo, oportunismo, pela aplicação rigorosa dos princípios porque se rege o Movimento Sindical Unitário, da base ao topo... «Gostaria de terminar com três apelos:

«Um apelo à defesa da Unidade dos trabalhadores nos locais de trabalho e em torno dos Sindicatos, que no nosso sector se integram, todos eles, na Central Única, a CGTP-Int. Um apelo à organização, com especial atenção à necessidade, cada vez maior, da máxima implantação nos locais de trabalho, condição essencial ao reforço da unidade e sem a qual não há vitórias possíveis.

«Um apelo que, ao reforço da nossa unidade e organização, corresponde um avanço geral da nossa luta pela defesa dos nossos interesses de classe, ligadas à luta mais geral de todo o Povo, por melhores dias, luta essa que passa conduzir à uma alteração do correlato de forças neste País.

«No que diz respeito ao caderno reivindicativo, aprovado no congresso, o camarada Manuel Freitas, membro do Secre-

triado da CGTP-Int, afirmou que esse documento define claramente os objectivos imediatos dos trabalhadores e das associações sindicais para combater o flagelo do desemprego, para a segurança dos postos de trabalho e seu alargamento.

A de mocracia dos responsáveis do M. I. T.

Foi a vez da camarada Kallidas Barreto, membro do Secretariado da CGTP-Int. (que foi eleito para o Secretariado da Federação) afirmar, a propósito do Plano de Acção aprovado: «Não se trate de uma proposta realista ou demagógica. É um documento equilibrado, realista, que reflecte a firmeza e a vontade de participar. No momento a que muitos de nós desfalca o ânimo ante o espectro do desemprego, o Programa de Acção é a arma que servirá a todos os trabalhadores do sector têxtil para uma completa mobilização de esforços e energias.

Sobre o problema da unidade sindical, Kallidas Barreto diria: «É preciso que todos tenhamos consciência das dificuldades que ainda temos na constituição e reforço da Unidade,



Ao longo de três dias de intensa actividade foram debatidos os problemas do sector têxtil



2.º CONGRESSO TEXTIL

◀ e do quanto é necessário e urgente conjugar esforços para o conseguirmos.

Alvaro Rana, representante do Secretariado da CGTP-IN, fez uma larga intervenção sobre a maneira prática e oportuna como decorreram os trabalhos, afirmando a certo passo: «Este II Congresso Nacional dos Têxteis é um forte contributo, bastante preciso, para a resolução dos problemas que afectam um dos sectores mais importantes da economia nacional...» «Os resultados obtidos constituem alternativas que passam pela intervenção criadora dos trabalhadores no quadro e pelos objectivos que a Constituição da República consagra. O Plano de Acção aprovado fica, a partir de agora, nas mãos dos trabalhadores como um instrumento de luta...» «A demagogia dos respon-

O novo secretariado da Federação dos Trabalhadores Têxteis

Em consequência da alteração introduzida nos estatutos desta federação, foi alargado de 9 para 11 o número dos membros que constituem o novo secretariado eleito, que ficou composto pelos seguintes camaradas: António Carlos Andrade (Lanifícios de Castelo Branco), António Jesus Marques (Têxteis do Sul), Camilo Pereira (Vestuar do Norte), Diamantino Carrola dos Santos (Têxteis do Centro), Joaquim José Machado de Carvalho (Têxteis do Porto e de Aveiro), José Manuel Morais Marques (Têxteis de Braga), Luís Maria Kalidás Barreto (Têxteis do Centro), Manuel António Teixeira de Freitas (Têxteis do Porto e Aveiro), Maria do Céu Ferreira de Jesus (Lanifícios da Guarda e de Viseu), Manuel Correia Lopes (Têxteis do Sul) e Maria José Correia Costa (Têxteis do Porto e Aveiro).

sáveis do M.I.T., que dias antes do Congresso estiveram aqui na Covilhã a aceitar, com miragens, as quais a força organizada dos trabalhadores contrapõe propostas concretas e responsáveis, de nada valeu. Com tal demagogia, os senhores do M.I.T. pretenderam «tantar e sondar» este grande encontro, que foi o II Congresso dos Trabalhadores Têxteis. A nossa resposta à está criadora e activa, com a força da Unidade e o imperativo da transformação social que a Constituição da República obriga».

Em cada dia que passa pioram as nossas condições de vida, a miséria é o nosso dia-a-dia, em muitas das nossas casas há três meses que não entram salários. Como se isso não bastasse para nos fazer a vida negra, sofremos diariamente a repressão nas fábr-

Continua na pag. 39

Moções aprovadas

Durante este II Congresso, foram aprovadas várias moções. Uma delas referia-se ao protesto contra o fabrico da bomba de neutrões, contra o apartheid e o sionismo, e pela paz mundial. Outra denunciava as manobras que se intensificam contra o Movimento Sindical unitário, repudiava todas as tentativas de divisões mo e alertava os trabalhadores para o facto de que esta divisão só iria servir os interesses do patronato e do imperialismo, afirmando que «sindicatos paralelos são sindicatos a mais», e que só «unidos os organizados vencemos».

Finalmente a terceira moção foi de repúdio contra os crimes cometidos pelo regime fascista português, ao longo de 48 anos, e contra o regime de Américo Tomás, um dos maiores responsáveis desse regime. Esta moção terminava dizendo: «Contra o fascismo e pelo cumprimento desta Constituição da República».

CONFLITOS LABORAIS

● CONSTRUÇÃO CIVIL

Greves em defesa do contrato

O sector da Construção Civil irá paralisar em todo o País no próximo dia 15.

Esta é a resposta dos trabalhadores à recusa do patronato em negociar a passividade do Ministério do Trabalho que, embora reconhecendo que os trabalhadores têm razão em muitos pontos, nada faz para desbloquear a situação.

O processo de negociação do Contrato Colectivo de Trabalho para o sector da Construção Civil encontra-se numa situação de quase ruptura em virtude de o patronato de recusar a negociar, não apresentando contrapropostas às pro-

postas dos trabalhadores.

Os trabalhadores da Construção Civil realizaram já no passado dia 18 de Maio uma paralisação de meio dia, manifestando assim a sua disposição em lutar pela conquista do CCT, tendo essa jornada de luta obtido uma adesão, em termos nacionais, superior a 90 por cento. A título de exemplo, pôde mesmo afirmar-se que as grandes empresas do sector localizadas em Lisboa paralisaram totalmente.

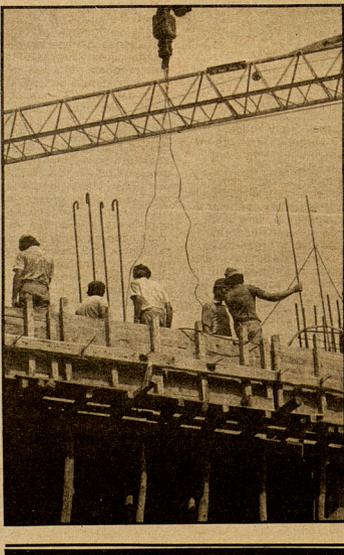
Na sequência desta paralisação, a Comissão Sindical Negociadora pressionou o Ministério do Trabalho e o Ministério da Habitação e Obras Públicas no sentido de procura rápida de uma solução para o impasse em que se caiu, para a situação de estrangulamento que atingiu a negociação do contrato.

◀ Mas desde o dia 18 nada de concreto aconteceu que pudesse alterar este estado de coisas.

Nestemomento, os principais pontos de litígio entre a Comissão Negociadora Sindical e o patronato giram em torno das tabelas salariais, do enquadramento profissional, e das cláusulas relativas a deslocações e transferências.

Preferindo objectivamente entravar as negociações e provocar situações de conflito, a Comissão Negociadora Patronal recusou-se, ao longo das reuniões de conciliação, a negociar com os representantes dos trabalhadores, não acatando as propostas destes, mas também não apresentou quaisquer contrapropostas.

Provocatoriamente, é mesmo depois de reconhecer a necessidade de serem feitas actualizações dos salários em vigor, a CNP decidiu finalmente lançar para cima da mesa das nego-



ciações ur-

rial que é

mentos

tuamente

ou sep-

esse a

ram bem

Os sep-

trabalhad

eles já re

tuamente

da de pr

mente in

suas subsi

Mas os

Constru

anteriore

ram bem

tos a per

tipo pe

nato, de

plia grev

defesa d

ções

Deste r

dia 15 e

demonst

que não

● INDU

Pub

o C

◀ Ao cat

o difícil

res da

gar o RH

ho a pu

que mig

as cond

no sector

Por cen

res quer

to, algo

foi cons

signa por

lhadores

ção de

ram fund

E prec

que, par

tos poss

de defes

dos tra

lhadores

PRT é o

to de o

de trab

dos os

sector.

Até ago

contratos

em dat

zação d

BREVES

● Valfar continua quase parada

Os 1200 trabalhadores da Valfar estão quase totalmente paralisados desde há vários meses, em consequência da falta de matérias-primas, por sua vez originada pelo corte de crédito feito pelo BPA.

No entanto, apesar do arastamento no tempo, não a administração da Winnem, associada da Valfar, nem a banca, nem sequer o Ministério da Indústria e Tecnologia se têm interessado por uma resolução satisfatória dos problemas que ali se levantam.

Daí resulta a exigência de que o Governo adopte medidas imediatas com o objectivo de salvaguardar os postos de trabalho e os salários.

● Verticalização sindical

Em 18-4-78, foram depositados no Ministério do Trabalho, o projecto de "Estatuto do Trabalho" e "Estatuto do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas.

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, nova designação do Sindicato dos Electricistas do Sul, irá abrangar maioritariamente os trabalhadores do sector de Produção, Transporte e Distribuição de Energia Eléctrica e do sector de Fabricação de Material Eléctrico e Electrónico.

Estes novos Estatutos Sindicais visam apetrechar o Sindicato com os requisitos necessários para levar à prática as directrizes do Congresso de Electricistas do Sul e Ilhas, decididos no sentido da Verticalização Sindical. Isto é transformar o âmbito horizontal profissional do Sindicato dos Electricistas do Sul numa organização sindical mais forte e coerente de âmbito pluriprofissional vertical dos sectores designados. O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas.

ciões uma proposta salarial que é — nem mais nem menos — igual à tabela actualmente em vigor.

Ou seja, dá o dito por não dito, e como se estivesse a negociar alguma coisa, pretende pagar aos trabalhadores aquilo que eles já recebem, e que, actualmente, com toda a subida de preços, é completamente insuficiente para a sua subsistência.

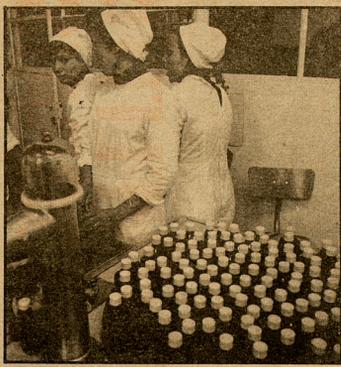
Mas os trabalhadores da Construção Civil que já em anteriores situações frisarão bem não estar dispostos a permitir jogadas deste tipo por parte do patronato, decidiram enveredar pela greve como forma de defesa das suas reivindicações.

Deste modo, no próximo dia 15 eles vão paralisar e demonstrar aos patrões que não estão dispostos em

servir de carne para canhão em qualquer política de recuperação capitalista.

Forma de luta, a greve, será também uma forma de os trabalhadores reforçarem a sua organização ao torno das suas estruturas sindicais.

Deste modo, e durante o período de greve, realizar-se-ão nos locais de trabalho plénários, no decorrer dos quais serão discutidas questões relacionadas com o contrato e com a forma como têm estado a decorrer as negociações. Nessas reuniões, os trabalhadores procurarão formas de apoiar a actividade da Comissão Negociadora Sindical, confinando-lhe uma maior força, no sentido de reforçarem a sua capacidade de negociação perante o patronato.



mente com a publicação da PRT, e as paralisações foram desconvocadas.

Mas o ministério pretendia apenas ganhar tempo e viria ainda a apresentar uma proposta de que consistia na existência de três tabelas salariais. Não concordando com este princípio, as reuniões gerais de sócios do Sindicato da Indústria Farmacéutica, convocadas para analisar a proposta do MIT, decidiram

endurecer a sua posição e convocar uma greve do sector para o dia 1 de Junho. Nessas reuniões os trabalhadores, recusando a existência de 3 tabelas, denunciaram também as pressões a que o patronato estava a submeter o MIT, no sentido de levar este a baixar os quantitativos salariais previstos nas tabelas.

Entretanto, e estava-se já na véspera do dia previsto para a realização da greve nacional, o MIT fez sair a portaria, embora sensivelmente alterada em relação aquilo que dera a conhecer ao sindicato.

O CCTV-PRT agora publicado contém, no entanto, pontos que os trabalhadores consideram extremamente importantes e que se irão defrontar com as sabotagens do patronato, o qual irá por todas as formas pro-

CONFLITOS
LABORAIS

● INDÚSTRIA FARMACÉUTICA

Publicado o CCTV-PRT

Após o cabo de uma longa e difícil luta, os trabalhadores da Indústria Farmacéutica conseguiram obrigar o Ministério do Trabalho a publicar o CCTV-PRT que regulará futuramente as condições de trabalho no sector.

Por certo que não era esta a PRT que os trabalhadores queriam, mas, no entanto, algo de muito positivo foi conseguido e ela consigna pontos que os trabalhadores e a sua organização de classe consideram fundamentais.

É preciso não esquecer que, para além dos aspectos positivos que contém de defesa dos interesses dos trabalhadores, esta PRT é o primeiro instrumento de convenção colectiva de trabalho que abrange todos os trabalhadores do sector.

Até agora existiam vários contratos parciais feitos em data anterior à verticalização do Sindicato da In-

dústria Farmacéutica.

O surgimento de um instrumento legal para regular as condições de trabalho de todo o sector, vem consolidar a verticalização, eliminar situações de flagrante injustiça e reforçar a posição dos trabalhadores.

Mas só a organização e o espírito de luta por eles manifestado conseguiram vencer as sabotagens do patronato, e obrigou o MT a publicar o CCTV-PRT.

No decorrer de um Encontro Nacional dos Trabalhadores da Indústria Farmacéutica em Abril passado, foi decidido a realização, em Maio, de três paralisações de trabalho.

A primeira cumpriu-se no dia 4, com um elevado índice de adesão, e as seguintes estavam marcadas para os dias 9 e 10.

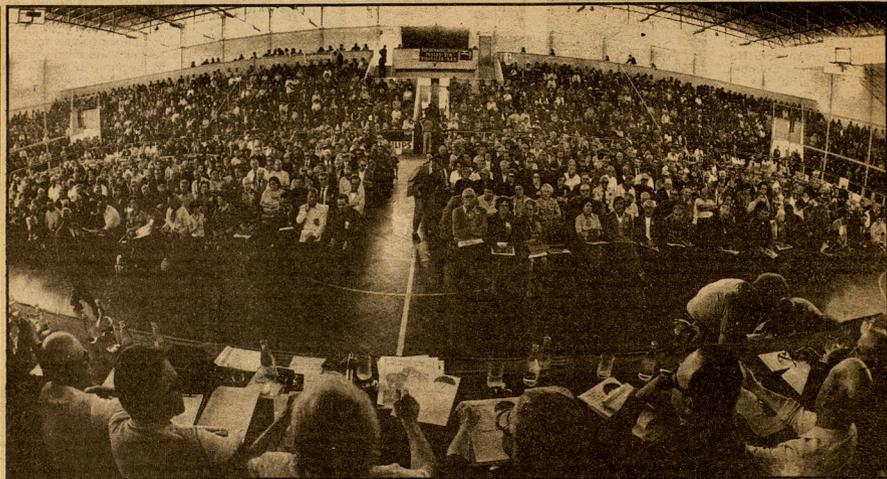
No entanto, estas duas últimas não se chegaram a concretizar pois, a 5 de Maio, o MT apareceu a comprometer-se a public-

dores.
as da
lisaram
18 de
ção de
ndo as-
em lu-
CCT,
de luta
em ter-
rior a
ulo de
no afir-
das em-
localiza-
lisaram
ta para-
Sindica-
lhou
balho e
bitação
o senti-
do de im-
pate, u-
para an-
a nego-

18 nada
ceu que
estado

o prin-
cio entre
ciadora
nato gi-
tabelas
tramen-
e das
desloca-
ções.
o que at-
viva-
negocia-
ção si-
a, a Co-
Patro-
o longo
conci-
com os
trabaja-
do as tam-
o quis-
as.

e mes-
conhecer
terem fei-
do de-
NP ac-
par a nego-



1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS

SÓ O PORTUGAL DE ABRIL RESPEITARÁ O OUTONO DA VIDA

Contou com a presença de 3112 delegados, vindos de todos os pontos do País, a 1.ª Conferência Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos, que decorreu no passado dia 27 de Maio, no Pavilhão da Académica da Amadora.

No decorrer dos trabalhos, a que assistiram cerca de 5 mil pessoas, os trabalhadores no passivo aprovaram, o Relatório da Actividade da Coordenadora Nacional e um importante Caderno Reivindicativo tendo, ainda, os delegados presentes à Conferência decidido, por unanimidade e aclamação, constituir a sua organização representativa de âmbito nacional que passou a designar-se por Movimento Unitário dos Refor-

mados, Pensionistas e Idosos (MURPI) e que passará a reger-se por estatutos aprovados igualmente nesta conferência.

No preâmbulo do Caderno Reivindicativo os Reformados, Pensionistas e Idosos, afirmam que «conscientes de que só o Portugal de Abril respeitará o Outono da vida» e sendo este sector da população «contigente constituído por antigos trabalhadores de todos os ramos produtores de riqueza, perspectivarão a sua luta no combate que todos os trabalhadores portugueses suster: tam contra o ofensiva de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo de coligação PS/CDS e contra as manobras de saudosos do passado fascista que nos

tentam instrumentalizar explorando as carências que tão duramente sentimos».

Reafirmando a sua disposição de continuarem a bater-se ao lado de outros trabalhadores pela defesa e garantia das conquistas alcançadas com a Revolução de Abril e consagradas na Constituição da República, os Reformados consideram ainda naquele documento que «após o 25 de Abril foram dados passos significativos no campo dos benefícios; não só foi estabelecido o princípio da pensão mínima não ser inferior a metade do salário mínimo nacional, instituído o 13.º mês para os Reformados e o pagamento de 1200\$000 à maioria das viúvas, como tornou possível a participação dos trabalhadores

na gestão e controlo da Previdência e, ainda, a nossa Organização num amplo Movimento que exprimisse a nossa voz, que veiculasse a defesa das nossas aspirações».

Os Reformados, Pensionistas e Idosos elegeram durante o decorrer da sua 1.ª Conferência Nacional a Comissão Coordenadora do MURPI que passa a ser constituída por 30 elementos efectivos e 4 suplentes.

No final da Conferência foram aprovadas as conclusões que passamos a transcrever na íntegra:

«1 — Conscientes da razão que lhes assiste os Reformados, Pensionistas e Idosos, reunidos, com verdadeiro entusiasmo e espírito de unidade, na sua 1.ª Conferência Nacional,

onde tiveram oportunidade de debaterem em profundidade os problemas que mais os afectam e com o objectivo de encontrarem as soluções mais adequadas para a situação angustiante em que se encontram, decidiram:

— Constituir um Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI);

— Reconhecer que o MURPI se tornará uma condição imprescindível à realização prática dos seus objectivos pois, de há muito que tinham tomado consciência de que só bem organizados e fortemente unidos conseguirão defender e levar à prática os seus direitos consignados na Constituição da República, como uma das grandes

conquist
Abril.
De
entusias
tório das
missão
cional e
para or
Confêre
total êxi
cou, os
rência
eleitos,
nimidad
Estatuto
Unitário
Pension
(MURPI)
institui
ganizaç
seus ob
importã
lientam;
a)
Reforma
seus int
b)
reivindic
ra alcan
rettos;
c)
accões,
à sua r
mens liv
d)



A C
virm
e ld
do
reun
dica

conquistas do Portugal de Abril.

Depois de aprovado entusiasticamente o relatório das actividades da Comissão Coordenadora Nacional eleita em Coimbra, para organizar a sua 1.ª Conferência Nacional, com total êxito, como se verificou, os delegados à Conferência democraticamente eleitos, aprovaram por unanimidade e aclamação os Estatutos do Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas e Idosos (MURPI). Esses estatutos institucionalizam a nova organização e apontam os seus objectivos de enorme importância, de que se salientam:

a) organizar e unir os Reformados e Idosos dos seus interesses comuns.

b) promover acções reivindicativas e outras para alcançarem os seus direitos;

c) levar à prática acções, com vista à defesa da sua natureza humana e à sua realização como homens livres;

d) procurar a unidade



de acção com todos os trabalhadores do activo, e em particular com a sua Central Sindical Unitária a CGTP-Intersindical Nacional, e com todos os órgãos das organizações populares de base.

2. Perspectivando a sua luta no combate que todo o Povo Português sustenta para deter e vencer a ofensiva dirigida pelas forças reaccionárias em que tem graves responsabilidades o actual Governo, e para derrotar a conspiração fascista — os Refor-



mados, Pensionistas e Idosos bater-se-ão lado a lado com os seus filhos e netos. Com a confiança dei-



resultante elegeram a nova Coordenadora Nacional, isto é a aqueles que, neste momento, consideram ser, de

Saudação do Secretariado Nacional da CGTP-IN

De entre as largas dezenas de saudações recebidas de todos os pontos do País, que reflectam bem o interesse manifestado por esta realização dos trabalhadores no passivo, a Mesa que presidiu aos trabalhos da conferência deu especial relevo à saudação enviada pelo Secretariado Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores portugueses-Intersindical Nacional, que passamos a transcrever.

O Secretariado da Confederação Geral dos Trabalhadores portugueses-Intersindical Nacional, saudando calorosa e fraternalmente os delegados e convidados à 1.ª Conferência Nacional dos Reformados e Idosos de milhares e milhares de trabalhadores que ao longo da sua vida deram a sua força de trabalho a este País e hoje, reformados, se vêem sujeitos a condições de vida de miséria.

Vítimas de um passado de opressão e exploração, obrigados a vender a sua força de trabalho aos grandes senhores do capital e da terra a troco de salários de fome, viram em 25 de Abril nascer a esperança de uma nova vida para si e para os seus filhos.

As grandes transformações económicas, sociais e políticas operadas na sociedade portuguesa com a revolução iniciada em 25 de Abril é fruto da luta das massas trabalhadoras e do povo português, constituem conquistas irreversíveis hoje

consagradas na Constituição da República, e criaram as condições para a construção de uma nova sociedade sem exploradores nem explorados onde a todos seja garantida uma vida digna. Mas a construção desta sociedade é obra de todos e por isso a C.G.T.P. Intersindical Nacional saudada esta 1.ª Conferência como um contributo importante e um passo decisivo na organização dos reformados, pensionistas e idosos que, integrados na sua mesa geral dos trabalhadores portugueses e em permanente ligação com o Movimento Sindical Unitário, tomarão possível a concretização do objectivo constitucional da sociedade.

A C.G.T.P.-IN realinha a sua disposição de continuar a lutar como sempre tem feito pela satisfação das justas reivindicações dos Reformados, Pensionistas e Idosos, e de continuar a dar todo o seu apoio à consolidação e desenvolvimento da sua unidade e organização.

Queridos Amigos e Camaradas: A defesa das conquistas da Revolução, a Reforma Agrária, as Nacionalizações, o Controlo Operário, a defesa das liberdades democráticas, a defesa da Constituição da República Portuguesa, o reforço da unidade das massas populares, garantirá que, como vos fizemos, «Se o Portugal de Abril respirar o Outono da Vida».

entre todos, os seus melhores camaradas de luta, para coziuzarem o MURPI com fidelidade aos objectivos para os quais foi hoje solenemente criado, e ainda seguros de que esses seus camaradas defenderão intransigentemente o lema desta conferência:

3. Confiantes, portanto, no futuro e compartilhando a determinação das classes trabalhadoras na luta pelo projecto colectivo de Sociedade que o Povo Português reclama mas, contentes de que os Reformados, Pensionistas e Idosos constituem um dos sectores da população portuguesa que enfrenta com maiores dificuldades, aprovaram a sua CARTA REIVINDICATIVA onde exigem do Governo medidas urgentíssimas, necessárias e possíveis que aliviem a angustiosa situação em que encontram, das quais se destacam:

Uma pensão mínima que acompanhe o aumento do custo de vida e que tire os Reformados e Idosos da miséria e da dependência em que se encontram.

Cuidados médicos e medicamentos gratuitos e adequados às suas enormes carências.

Uma política de habitação que tenha em conta as enormes necessidades dos Reformados e Idosos e do Povo e não os interesses imorais dos capitalistas que vivem luxuosamente.

Descontos efectivos nos transportes, sem limites de idade, quilómetros, etc.

Medidas eficazes, contra os fascistas, que são os verdadeiros responsáveis pela grave situação em que os Reformados, Pensionistas e Idosos se debatem ainda hoje.

Os Reformados, Pensionistas e Idosos afirmam também na sua CARTA REIVINDICATIVA que, não pouparão esforços para consolidar a Democracia, inabalável na certeza de que a «verdade na nossa Revolução acabará por se impor e que o PORTUGAL DE ABRIL nos há-de respeitar e que há-de ser um espelho de esperança para os nossos camaradas». Compañheiros de luta que pelo mundo capitalista fora vivem na angústia e na miséria.»



A Comissão Coordenadora Nacional do Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas e Idosos reuniu no dia 8 do corrente, tendo sido eleito o respectivo órgão executivo. A reunião decorreu na sede da CGTP-Intersindical Nacional, em Lisboa.

NAS MINAS DO PEJÃO

UM CONTRATO COM A MORTE

É difícil, para quem nunca desceu às Minas do Pejão, avaliar as condições de que centenas de mineiros ali trabalham. Disse-nos um velho trabalhador das minas que ao mineiro, depois de reformado, está pronto a enterrar. Infelizmente são muitos os casos que comprovam a veracidade desta observação, à primeira vista « excessivamente trágica.

AS Minas do Pejão, situadas na margem esquerda do rio Douro, a cerca de duas dezenas de quilómetros da cidade do Porto, fornecem grande percentagem da sua produção de carvão à Termoelectrica do Douro, situada relativamente perto do local de extração.

Com capital belga e luxemburguês antes do 25 de Abril, passou à situação de empresa intencionada pouco depois da Revolução dos Cravos. A «Empresa Carbonífera do Douro», nome empresarial das Minas, pertence ao «grupo A» das empresas extractivas, isto é, tem uma facturação superior a 100 mil contos.

A continuação ou encerramento das minas a médio prazo, depende, segundo nos informou o camarada dirigente do Sindicato dos Mineiros do Norte, Carlos Alberto, do financiamento

da exploração a um nível de 300 metros de profundidade, já que o actual nível de exploração a 250 metros não se prolongará indefinidamente. Sem financiamentos, são centenas os trabalhadores que irão engrossar o número de desempregados do País. Outro dos aspectos focados pelos dirigentes sindicais, explicando o défice actual da exploração da empresa carbonífera, é o do preço de venda do carvão: ele é vendido a menos de mil escudos a tonelada, enquanto que o «fuel-oil», necessário para produzir a mesma energia eléctrica, é vendido a mil e quinhentos escudos.

Grandes famílias maior miséria

O mineiro Arlindo Pinto levanta-se às 6 horas da



Trabalho no «abatimento».

manhã. Pega às 7 horas. Trabalha até às 15 horas.

«Tenho 7 filhos. Falta-me o ar. Canso-me facilmente. Trabalho na mina há 20 anos. E os «exames ao pulmão» me dez por cento de silicose. Mas eu sei que tenho mais. Vim para aqui porque não pude ir para outro lado».

O salário médio ronda os seis mil escudos. Muitos trabalhadores são obrigados a trabalhar um pedaço de terra arrendada ou à jorna, para poderem aguentar famílias normalmente numerosas. Muitos não têm férias, trabalham no campo arreadado ou os tostões que a mina lhes nega.

O ambiente no interior das minas, para quem lá entra pela primeira vez, é pouco menos que insuportável. Gelado em certas zonas, atinge 40 graus de temperatura em locais onde «o carvão até queima». O pó de carvão entranha-se nos po-

ros, na roupa. Minúsculas partículas de sílica alojam-se nos pulmões e provocam a tristemente célebre silicose, doença profissional vulgaríssima entre os mineiros.

A silicose e os exames

A silicose, atingindo certa percentagem, provoca dores horríveis e acaba, ao fim de alguns anos, por «arrumar» o trabalhador. Antes do 25 de Abril, não eram raros os casos em que o mineiro saía da mina gofando sangue pela boca, sinal que a doença se encontrava em estado muito adiantado. Agora, atingindo certa percentagem de acumulação de sílica nos pulmões, os mineiros passam das «marcas» de extração, dos «abatimentos», para a superfície,



Manuel Luís (à esquerda)

adiando a morte por alguns anos.

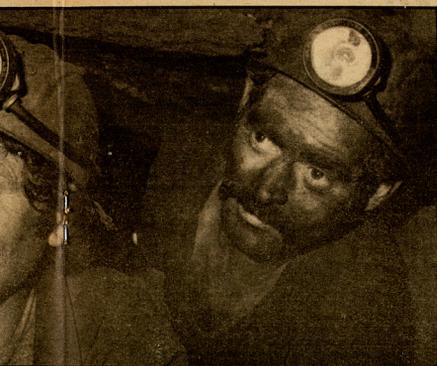
Esta característica da vida do mineiro, que se manifesta não só nas Minas do Pejão, mas em quase todas de exploração subterrânea, sugeriram ao camarada Adriano Rodrigues a designação de «contrato com a morte» para o modo de vida destes trabalhadores. Apesar destas condições de trabalho, há casos como o do mineiro Belmiro Santos (31 anos no interior da mina e 20 por cento de silicose), que passa mais de dez anos no pó, no calor, na humidade, no frio, antes de terem o direito a reforma (aos 55 anos), com uma pensão que não atinge os 70 por cento do salário actual.

Uma questão muito citada pelos mineiros do Pejão, é a forma com se procede aos «exames ao pulmão». Os trabalhadores não chegam nunca a saber ao certo a percentagem de sílica que têm acumulada nos pulmões. O Manuel Luís confessa-nos um caso que resume, de forma exemplar, os «cuidados» na avaliação do grau de silicose: «Um tio meu tinha 20 por cento de silicose, segundo os resulta-

dos o pouco com...
Par...
plo d...
tais r...
cas»...
do P...
toros...
que...
apod...
tro m...
o qua...
incon...
que...
sam...
rior d...
telos...
de oi...
so, p...

Acidente de trabalho

Jo...
fundo...
«Vim...
cora...
mero...
abafa...
Arl...
que...
altura...
Pa...
provo...
saba...
feiz...
res,...



Manuel Luis (à esquerda) referenciado no texto

alguns
da vi-
e man-
inas do
e todas
subter-
cama-
gues a
ontrato
do modo
alhadro-
con-
há ca-
iro Bel-
no in-
or cem-
passa m-
pó, no
no frio,
reito à
s), com
atinge o
salário

dos do exame, e passados poucos meses foi internado com 100 por cento.»

Para dar mais um exemplo das condições ambientais no interior das «marcas» ou galerias das Minas do Peão, refira-se que os toros de eucalipto ou pinho que servem de escoras, apodrecem em três ou quatro meses. Para enriquecer o quadro, necessariamente incompleto, acrescenta-se que muitos mineiros passam horas e horas no interior das «marcas» com martelos-picadores vibratórios, de oito quilogramas de peso, perfurando o minério.

Acidentes de trabalho

José Maria, mineiro «no fundo» há mais de 10 anos: «Vi morrer um colega. A escora cedeu, o terreno desmoronou-se e ele morreu abafado.»

Arturo Pinto: «Houve um que caiu de 100 metros de altura. Morreu redondo.»

Para além das mortes provocadas por quedas, desabamento de terras, etc., felizmente não muito vulgares, os acidentes de traba-

lho mais frequentes, como referiram alguns mineiros e o encarregado de segurança Fernando, são os de dedos cortados, pernas esfaceladas. Muitos trabalhadores ficam incapacitados, recebendo a reforma

Unidos aos seus sindicatos, lutando pelos mesmos objectivos, os mineiros portugueses encontrarão formas de luta que dêem resposta aos seus justos anseios e os conduzam à vitória

mínima por invalidez. Em caso de acidente profissional que incapacite temporariamente o mineiro, este recebe cerca de 135 escudos diários, se for mineiro de primeira... A este propósito, Manuel Luis adiantou-nos que: «A empresa não tem os trabalhadores bem seguros. Tanto a companhia de seguros como a empresa, devem estar a «comer» à custa dos acidentes de trabalho.»

São estes trabalhadores, nestas condições, que ganham salários que os clamam à volta dos seis mil escudos mensais. É esta injustiça flagrante que leva os

dirigentes do Sindicato dos Mineiros do Norte, há pouco eleitos pelos trabalhadores, a desenvolver toda uma acção que garanta um futuro melhor para os mineiros. Que acabe, de vez, com os «contratos com a morte».

Horário de 40 horas em cinco dias

Neste momento, as principais frentes de luta dos sindicatos mineiros respaldam a consagração contra-

tual de um horário de trabalho de 40 horas em 5 dias de trabalho, com recusa intransigente de trabalho ao sábado; diturnidades; vigência prática dos contratos por 12 meses; aumentos salariais substanciais, que tenham em conta o aumento do custo de vida, as difíceis condições de trabalho dos mineiros e o facto de há dois anos e meio não terem havido aumentos salariais; retroactividade a partir de Julho de 1977.

Os salários pretendidos pelos trabalhadores e a vontade intransigente dos pa-



Plenário de trabalhadores das Minas do Peão

três de prolongarem por seis dias a semana de trabalho, são as razões fundamentais que levaram ao rompimento das negociações em 13 de Fevereiro deste ano. Em conciliação, posteriormente tentada, os patrões mantiveram-se irredutíveis, com uma pequena alteração à contra-proposta inicial, para pior: enquanto que no início os patrões propunham um aumento de salários de 5 por cento para cinco dias de trabalho, a última proposta patronal previa um aumento de 10 por cento sobre os salários actuais, com trabalho ao sábado. Na prática, a última proposta patronal pressupunha um aumento de 10 por cento sobre os salários actuais, com trabalho ao sábado. No entanto, a última proposta patronal pressupunha um aumento de 10 por cento sobre os salários actuais, com trabalho ao sábado. No entanto, a última proposta patronal pressupunha um aumento de 10 por cento sobre os salários actuais, com trabalho ao sábado.

Características de sector

Pela boca dos camaradas Carlos Alberto e Adriano Rodrigues, ambos dirigentes do Sindicato dos Mineiros do Norte, ficamos a saber que o sector das minas se divide em três grupos: o «grupo A», cujas Minas do Pejão e da Panasqueira, engloba as empresas com facturação superior a 100 mil contos, e os salários médios rondam os 6 mil escudos; «grupo B», caso das Minas da Borralha e de Jales, com facturação até 50 mil contos e salários médios de 5 mil escudos; «grupo C», todas as restantes, em número aproximado de duas dezenas, com facturação até 20 mil contos e salários médios de 4 mil e quinhentos escudos.

Os mineiros têm vindo a desenvolver paralisações de trabalho nas diversas minas, de uma maneira geral por razões ligadas à con-



Arlindo Pinto, referido no texto

quista de melhores salários.

Na Panasqueira, os trabalhadores paralisaram há meses contra a decisão da administração que aumentou os quadros técnicos na ordem dos 27 por cento. Os trabalhadores exigiram aumentos salariais de 1500 escudos, pretensão rejeitada pela administração, o que provocou a citada forma de luta.

No Pejão, no Vale das Gatas e em Jales, os mineiros têm vindo, também, a desenvolver acções conduzidas a ultrapassar as actuais condições de prestação de trabalho.

As maiores lutas, no entanto, estão para vir. Neste momento, como adiantou o camarada Carlos Alberto, os mineiros aguardam a publicação de uma PRT. A não se concretizar a satisfação das mais que justas reivindicações da classe, os trabalhadores mineiros de todo o País saberão dar a resposta necessária ao sucessivo adiar de soluções para o sector.

Unidos aos seus sindicatos, lutando pelos mesmos objetivos, os mineiros portugueses encontrarão formas de luta que dêem resposta aos seus justos anseios e os conduzam à vitória.

INFORMAÇÃO

As actuais disposições legais e convencionais sobre o regime de férias e feriados, constantes do DL n.º 874/76, de 28 de Dezembro, têm de ser interpretadas no quadro mais geral da Constituição da República.

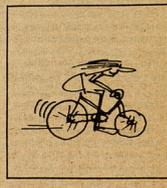
Esta afirmação deve, porém, antes de ser desenvolvida e fundamentada, ser precedida por uma referência clara ao progresso legislativo verificado, nomeadamente no que diz respeito ao direito a férias, com a publicação da actual legislação sobre a matéria.

JURÍDICA

NA verdade, ao abrigo da legislação anterior sobre férias (Secção II do Capítulo IV do DL n.º 49 408, de 24 de Novembro de 1969, hoje revogada) o número de dias de férias era proporcional ao tempo de serviço prestado na empresa em que o trabalhador exercesse a sua actividade, variando o período mínimo de férias entre 6 e 18 dias úteis. Ora, hoje, o art. 4.º do DL n.º 874/76 fixa a duração do período de férias entre um mínimo de 21 dias e um máximo de 30 dias consecutivos, o que permite uma forma clara que as convenções colectivas de trabalho venham a garantir um período de férias em que os trabalhadores se possam efectivamente fazer de desgaço produzido por um ano de trabalho.

Também os trabalhadores sazonais, eventuais e contratados a prazo inferior a um ano têm direito a dois dias e meio de férias por cada mês completo de serviço, contando-se o período de férias para todos os efeitos como tempo de serviço, nomeadamente para a passagem de eventual a permanente.

Merece ainda referência especial a concessão expressa pela lei do direito a subsídio de férias de montante igual ao da retribuição correspondente àquele período, a qual, por sua vez, não pode ser inferior à que receberiam se estivessem



em serviço efectivo e deve ser paga antes do início daquele período.

Uma conquista dos trabalhadores

Estes aspectos, que representam um indubitável progresso legislativo, mesmo em termos absolutos, não podem ser desligados da luta por uma desenvolvida nos diversos sindicatos por uma melhoria do direito a férias nos respectivos contratos e acordos colectivos de trabalho.

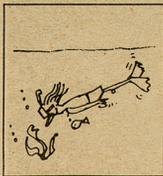
Foi de facto a luta persistente e organizada dos trabalhadores no seio das suas organizações de classe que, em especial nas novas condições de liberdade conquistadas com o 25 de Abril, permitiu, que ao progresso legislativo referido,



quer os termos em que a Constituição da República veio a tratar deste direito.

É assim que a Constituição da República, no seu artigo 53, alínea d), reconhece a todos os trabalhadores sem discriminação o direito ao repouso e aos lazeres, a um limite máximo da jornada de trabalho, ao descanso semanal e a férias periódicas pagas. É é bom que isto suceda, nestes precisos termos, pois o direito ao repouso e a tempos livres não pode, como é evidente, circular-se sobre o direito a férias anuais, mas tem necessariamente que abranger também o repouso diário resultante da limitação do horário de trabalho e o repouso semanal obrigatório, sem prejuízo do di-

ta, a exclusão dos trabalhadores rurais, do serviço doméstico e dos trabalhadores a bordo do âmbito de aplicação da actual lei sobre férias, que remete os direitos a férias, feriados e faltas, daquelas categorias de trabalhadores para legislação especial, até à data na publicação. É certo que algumas destas categorias de trabalhadores têm este tipo de direitos previstos nos respectivos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho. Mas não é menos certo que apesar de recentes resoluções do Conselho da Revolução no sentido de ser dado cumprimento, pelos órgãos legislativos competentes, às normas constitucionais sobre direito ao descanso semanal, ao horário de trabalho e ao di-



o princípio geral quanto à marcação do período anual de férias é o de que se fará por mútuo acordo entre a entidade patronal e o trabalhador. Po-

último, embora se trate talvez do seu aspecto mais importante, o carácter irrenunciável que legalmente reveste. Não pode, na verdade, o direito a férias ser objecto de transacção ou de renúncia por parte dos trabalhadores ou dos sindicatos que os representam, o que se justifica plenamente se tivermos em consideração a natureza de tal direito. Para salvaguardar manobras sempre possíveis do patronato no sentido de intensificar a exploração dos trabalhadores jogando com as suas dificuldades económicas, a lei é expressa ao proibir a substituição do direito de férias "... por qualquer compensação económica, ainda que com o acordo do trabalhador" (art. 2.º do DL n.º 87476).

trabalho vigentes ou futuros...» que se disponham de férias de preferência nos legítimos prazos.

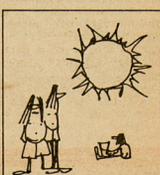
Sobre um despacho do ministro do Trabalho

No n.º 15 do Boletim do Trabalho e Emprego, de 22-4-78, foi publicado um despacho interpretativo do ministro do Trabalho sobre o regime jurídico de férias, feriados e faltas. Este despacho, para além de vir corroborar uma prática corrente do ministro do Trabalho que consiste em tentar preencher lacunas ou interpretar questões dúbidas através de "despachos de discutível consistência jurídica, pouco ou nada de positivo adianta sobre a matéria em causa.

Repetitivo, ambíguo, pouco e mal elaborado juridicamente, este despacho interpretativo apenas contera, quando muito, como aspecto positivo a aceitação expressa no seu 2.º da aplicabilidade do regime geral às relações de trabalho rural, com base no art. 58.º da Lei n.º 7177. Mas mesmo o carácter positivo que o despacho poderia ter com base neste aspecto se dilui quando daquela lei expressamente se ressalvarem os casos em que a existência de condições especiais inerentes à actividade agrícola justifique tratamento diverso.

Nada adiantando, pois, quanto à interpretação do mesmo positivo actual, este despacho interpretativo deve ser visto na perspectiva dum interpretação pseudo-autoritativa de texto legal, sem outra utilidade que não seja a de ser assinado pelo ministro do Trabalho, revelando o intuito de se sobrepor aos tribunais em matéria que claramente da competência destes.

Estas, as breves notas com que, pristinamente, se clarificaram alguns dos aspectos práticos que, com a frequência, se colocam na interpretação da lei sobre férias, feriados e faltas.



rito ao repouso nos dias legalmente considerados como feriados.

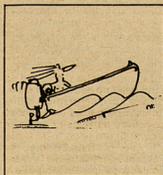
Mas complementamente a esta norma, o art. 54 da Constituição impõe ao Estado a obrigação de assegurar as condições de "... repouso a que os trabalhadores têm direito, nomeadamente..." garantindo "O desenvolvimento sistemático de uma rede de centros de repouso e de férias, em cooperação com organizações sociais (alínea d) do mesmo artigo).

No quadro do texto constitucional, o direito a férias surge, pois, como consequência necessária da prestação de trabalho, integrando-se no direito ao repouso, isto é, a condições indispensáveis à recuperação e composição física e psíquica da força de trabalho e uma normal integração e convívio social dos trabalhadores. Ou, dito por outras palavras, o direito ao repouso, em geral, e o direito a férias, em especial, são factos indispensáveis do direito fundamental ao trabalho, constitucionalmente previsto e garantido.

Trabalhadores rurais, domésticos e a bordo

Em função do que se referiu com base no texto constitucional, figura-se não incorreto, mas também contrário à letra e ao espírito da lei fundamen-

to a férias periódicas pagas, no que respeita aos trabalhadores do serviço doméstico estes continuam a estar, nestes, como noutras matérias, condições marginalizadas em relação ao conjunto dos trabalha-



dores portugueses. De forma semelhante, também os trabalhadores rurais, designadamente os da zona de intervenção da Reforma Agrária, continuam a encontrar todas as resistências da parte do Governo, em especial do Ministério do Trabalho, quanto à publicação da respectiva PRT que, entre outros, contempla o direito a férias.

A marcação das férias

Importa ainda, mencionar os direitos que aos trabalhadores assistem quanto à marcação do período de férias. De facto,

em, na falta de acordo, a lei determina que é a entidade patronal quem tem a competência para elaborar o mapa de férias, não sem que sobre o assunto tenha consultado "... a comissão de trabalhadores ou a comissão sindical ou inter-sindical ou os delegados sindicais, pela ordem indicada" (n.º 2 do art. 8.º do DL n.º 87476).

É de sublinhar, em consequência, o progresso legislativo verificado em relação ao DL 49408, uma vez que deixa de existir um poder discricionário do patronato quanto à marcação do período anual de férias. Aliás, convém acrescentar que a intenção das estruturas organizadas dos trabalhadores em questões como estas, deveria acentuar-se, na lógica do desenvolvimento do processo revolucionário e democrático iniciado em 25 de Abril de 1974 e, em especial, após a entrada em vigor da Constituição da República. Ora aquilo a que na prática temos assistido é a diminuição, que vai até muito próximo da anulação, do papel das organizações de classe dos trabalhadores, quer na elaboração das leis do trabalho, quer na intervenção dessas organizações por força dessas mesmas leis, quer no controlo da aplicação da legislação laboral, o que contraria normas expressas na Constituição da República.

Como aspecto essencial do direito a férias refira-se, por

Os feriados

A matéria de feriados é tratada pelo DL n.º 87476 apenas em quatro artigos.

Nos artigos 18 e 19 define-se, respectivamente, férias obrigatórias e feriados facultativos. Estes distinguem-se dos primeiros por poderem ser gozados além deles e sem prejuízo deles, podendo ainda ser substituídos "... por qualquer outro dia em que acordem a entidade patronal e os trabalhadores". Note-se, porém, que mesmo em relação aos feriados facultativos à lei os restrições apenas a dois casos (... apenas poderão ser observados...).

Por sua vez o art. 20 garante a atribuição de todos os feriados, sejam obrigatórios ou facultativos, "... sem que a entidade patronal os possa compensar com trabalho extraordinário". É casado encarecer o interesse desta norma uma vez que ela claramente proibe procedimentos abusivos nesta matéria da parte do patronato.

Por fim, o art. 21.º do DL 87476 vem conferir carácter imperativo às normas legais que estabelecem quais os dias feriados (arts. 18 e 19 do mesmo diploma), estatuidos a nível da República. A publicação de disposições de contrato individual de trabalho ou de instrumentos de regulamentação colectiva de

FORMAÇÃO SINDICAL

mem que ali vai trabalhar. O seu objectivo é o lucro, o máximo lucro. Para o atingir, ele dispõe-se a tudo: transforma a planta inicial de fábrica a seu bel prazer, adquire máquinas sem os dispositivos de protecção, não fornece aos trabalhadores meios de protecção, dificulta a acção sindical de consciencialização dos trabalhadores, etc., etc. etc.

Os governantes não agem de melhor forma. Aliás, existem para servir o capital, criam os mecanismos (ou não os criam, claro), de forma que a que os seus interesses de classe sejam o melhor possível defendidos.

Aos Sindicatos cabem, então, diferentes e variedíssimas tarefas para contrariar toda esta acção e política.

Têm de preparar os seus próprios quadros, organizá-los e dirigí-los na acção consequente da luta diária. Enquadrar esta acção na luta mais geral dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho contra o aumento do custo de vida, contra o regime de exploração de que são vítimas, enfim, contra o regime capitalista por uma sociedade mais justa e mais livre, onde não se faça possível a exploração do homem pelo homem.

Ora atingir estes objectivos não é fácil, nada fácil mesmo, nada disto se faz e consegue sem luta.

Também nesta frente, as tarefas fundamentais são o esclarecimento e a organização das massas trabalhadoras. Um vasto campo de trabalho como se pode verificar.

As experiências são no entanto as mais variadas. O grau de evolução depende de muitos e variados factores, onde tem relevo a tradição de luta dos trabalhadores, a sua organização, a correlação de forças em cada país, etc.

Para ilustrar eis alguns exemplos: em França, a Confederação Geral dos Trabalhadores ministrou cursos de Higiene e Segurança no Trabalho aos seus filiados, cursos que ela própria prepara. No entanto o Estado compartaça com boa parte dos custos destas despesas sem se imiscuir na sua orientação.

Em Espanha, o próprio Estado criou um sistema, por intermédio do Ministério do Trabalho e Segurança Social, que se estende a todo o País, numa acção de razão vel envergadura.

Nalguns países, a conciliação levou a uma luta reivindicativa dos trabalhadores, mas claro, é uma situação transitória. Mais tarde ou mais cedo os trabalhadores tomam consciência

A actividade Sindical do ano de 1977 tem características diferentes da actividade do ano anterior. O ano de 1976 foi marcado pelas consequências dos acontecimentos militares de 25 de Novembro que introduziram uma grande alteração na correlação de forças político-militares.

A fase de avanço das conquistas da revolução é alterada para uma fase de defesa e consolidação dessas conquistas.

Em 1976 foi realizado o trabalho preparatório do Congresso de Todos os Sindicatos, com reuniões e plenários em todo o País. São realizados importantes encontros regionais, sectoriais e nacionais de quadros e dirigentes sindicais. A par do intenso trabalho de massas de carácter defensivo, realizou-se um trabalho de organização de quadros, sem precedentes na história do Movimento Sindical (1) que culminou com a realização do Congresso de 27 a 30 de Janeiro de 1977.

Surgem, também, as manobras divisionistas dentro do Movimento Sindical, pretensões democráticas e pluralistas, em torno da chamada «Carta Aberta» corrente de opinião essencialmente reformista que, a partir do interior do Movimento Sindical, lança uma campanha de calunias à Inter-sindical sem, todavia, conseguir formar qualquer projecto de alternativa que mobilize trabalhadores.

A actividade sindical no ano de 1977 é caracterizada pelas seguintes factos: aumento generalizado da luta dos trabalhadores contra a política de recuperação capitalista e contra o aumento do custo de vida; fortalecimento e consolidação do Movimento Sindical Unitário, através



BALANÇO DAS ACTIVIDADES SINDICAIS EM 1977

Vitória da unidade

das eleições sindicais; isolamento progressivo do grupo reformista e divisionista da «Carta Aberta».

Estes três factores estão relacionados e condicionam-se mutuamente. A vitória das listas unitárias corresponde à elevação da consciência de classe de amplas mas-

sas trabalhadoras e ao reforço da sua unidade; mas essa vitória é consequência directa da participação das massas nas listas sindicais travadas durante o ano.

Nas eleições em 111 Sindicatos, abrangendo 685 mil trabalhadores, as listas unitárias obtiveram os seguintes resultados.

COMPOSIÇÃO DAS LISTAS	SINDICATOS	TRABALHAD. REP.	%
UNITÁRIAS	86	582 000	82
REFORMISTAS E OUTRAS	25	123 000	18
TOTALS	111	685 000	100

O aumento generalizado da luta dos trabalhadores, teve no Movimento Sindical uma das principais componentes. As frentes de actividade sindical podem agrupar-se em torno dos seguintes objectivos:

Contra a devolução das empresas intervencionadas ao patronato sabotador;

Contra a devolução de terras, gados e máquinas das cooperativas e U.C.P.'s aos latifundiários;

Pela contratação (saída de novos C.C.T.; aplicação e cumprimen-

to deste aspecto, a actividade sindical pode ser agrupada no seguinte modo:

1. Actividade Sindical dos trabalhadores nas empresas nacionalizadas, intervencionadas, privadas;

2. Actividade sindical por sectores ou ramos de produção — construção civil, têxtil, metalúrgicos e função pública.

A Actividade sindical a nível nacional: 1º de Maio, Jornada Nacional de 22 de Junho, Comemoração do 7º Aniversário da CGT-IP, Jornadas Nacionais de 18 e 19 de Novembro.

Ha outros aspectos da actividade sindical que, pela sua importância, devem ser referidos:

A solidariedade e apoio material aos sindicatos das ilhas, que teve efeitos positivos no desenvolvimento da actividade Sindical nos dois arquipélagos.

A entrada dos trabalhadores da função pública, pela 1ª vez depois do 25 de Abril, na luta sindical;

O reforço da organização sindical através da criação de 16 sindicatos em sectores que não estavam organizados, nomeadamente os agrícolas do Centro e Norte do País.

Não cabe no âmbito deste artigo — nem para tal — sistememente suficientes — fazer o inventário pormenorizado de tão intensa actividade sindical. O que importa fixar é que a luta sindical contribuiu para elevar a consciência de classe de amplas camadas de trabalhadores, para alargar a base social de apoio ao Movimento Sindical e para anular, no essencial, os objectivos da política governamental de recuperação capitalista.

(1) Entre outros encontros, igualmente importantes, não podemos deixar de referir o Encontro de 6 de Novembro de 1976, no Instituto Superior Técnico, que teve a presença de cerca de 4 mil Dirigentes, Delegados Sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores.

MANUEL DE SOUSA SOARES

«Encontrámos uma classe de trabalhadores muito unida e forte»

Deram-nos uma lição de unidade que nunca mais poderemos esquecer»



CONVERSANDO COM SINDICALISTAS AÇORIANOS

Na compreensiva necessidade de se intensificar e reforçar as relações fraternais com os trabalhadores das ilhas, veio ao Continente, a convite do Movimento Sindical Unitário, aquando da criação da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, efectuada em Évora, uma delegação de trabalhadores sindicalistas açorianos. Essa delegação, inicialmente composta por José Reis, Manuel de Sousa Soares e José Lopes, os dois primeiros de S. Miguel e o último da Terceira, foi sempre acompanhada pelo camarada Fernando Maurício, um dos membros do Departamento Agrícola da CGTP-Int. Por dificuldades pessoais, José Lopes teve de regressar aos Açores, mas, depois de ter visitado o Centro e o Norte do País.

Nas conversações que «Avançam» manteve com os dois primeiros mencionados amigos açorianos, fez parte, igualmente, Artur Teixeira, membro da CAMS (Comissão de Apoio ao Movimento Sindical nas Ilhas).

ALAVANCA — Quais as impressões dos amigos açorianos sobre o problema agrícola no continente?

FERNANDO MAURÍCIO — É preciso esclarecer, antes de mais, que, até agora, só o amigo Manuel Sousa Soares fez parte de um sindicato agrícola, ou seja, do Sindicato dos Agricultores do Livramento. Os outros dois amigos, antes de se decidirem intrinsecamente a família sindicalista, preferiram ver pessoalmente como as coisas se passam a esse nível, por estas bandas.

JOSÉ REIS — Quando fui convidado para vir ao continente, julguei que viria, principalmente, a zona da Reforma Agrária. Mas começámos pelo Centro e Norte. Fomos à região de Coimbra. Depois, à do Porto. Do Porto para Lamego. E só então viemos para Portalegre. No Porto, gostei muito do que vi. Em Coimbra, também. Mas quando chegámos à parte alentejana, especialmente, é que vimos um outro desenvolvimento sobre agricultura, outra forma de vida, outra consideração pelas pessoas. No Porto, por exemplo, a questão é diferente. Existem organizações de camponeses e rendeiros, como sejam Sindicatos, Ligas de Pequenos e Médios agricultores, o MARN

e outros, que realmente defendem os interesses dos mais pequenos. Quando cheguei ao Sul, ainda vinha sob a impressão do que se dizia nos Açores sobre a Reforma Agrária, que não se trabalhava quase nada, que se castigava, que eram malandros (mandriões), que tinham terras ao desprezo. Mas o que vi, o que

vimos, era completamente ao contrário. Desejaram-me que de há dois anos para cá, o aumento de produção foi de 50 a 60 por cento. De produção e de construção. Verificámos, assim, mas um exemplo bem claro da mentira que nos diziam os Açores. Cheguei a uma Cooperativa, onde estava um senhor que me deu um frasco de mel. E ao sair de lá, encontrei trabalhadores da cooperativa a reconstruir uma igreja, que estava completamente abandonada e abatida. Ora, dizem lá nos Açores que os progressistas são assim e assado e, afinal, até trabalharam para reconstruir nessa Cooperativa uma igreja!

Digo aquilo que vi...

ALAVANCA — É um dos muitos casos da liberdade religiosa, nos campos do Alentejo, que os amigos viam e podem depois contar nos Açores.

J.R. — Isso vi eu com os meus próprios olhos, no real,

e não em fotografias. Foi ao pé de Évora. Eu tenho isso tudo escrito, para poder contar melhor aos meus amigos açorianos. Quanto à camaradagem, tanto no Norte, no Centro, como no Sul, por onde quer que passássemos, foi sublime. Não tenho palavras para agradecer a forma como sempre fomos recebidos no continente, por todo o lado. É claro, em desenvolvimento agrícola, encontrei muito mais no Sul. Digo aquilo que vi, aquilo que sinto. São estas as minhas impressões.

ALAVANCA — O amigo diz que ficou espantado com a excelente camaradagem com que foram recebidos no continente. Mas não acha isso absolutamente natural entre trabalhadores agrícolas portugueses, que eles sejam do continente, que sejam das ilhas? Não acha que é uma manifestação natural da solidariedade de classe?

J.R. — Antes do 25 de Abril, isso não parecia ser assim. Agora, há uma maior cons-

ciência nos trabalhadores do campo e da cidade, que os leva a unirem-se mais, pois todos compreendem que só com a unidade da classe explorada é possível fazer face à crise e ao patronato ganancioso.

F.M. — É conveniente salientar que foi o Departamento Agrícola da CGTP-Intersindical, em contacto com os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, que organizou a vinda e o programa desta delegação de açorianos ao continente. E isto para proporcionar aos amigos açorianos uma perspectiva, primeiro das duas condições de trabalho, de uma situação no Centro e Norte, que mais se assemelha à situação nos Açores, onde há rendimento, onde há ligas de pequenos agricultores, etc. Além dos lugares mencionados, estiveram no Sindicato de Barcelos, em Braga, no Vila Real e em Viseu, e onde vieram para Portalegre. Também, por uma questão de datas é que começámos a visita pelo Centro e Norte, a fim de poderem depois assistir à Assembleia de um Sindicato de Évora, para a aprovação do Relatório e Contas, em 25/7/78. E no mesmo dia, seguiram para Beja, onde assistiram às eleições para a direcção do Sindicato Agrícola dessa cidade. Assim, puderam aperceber-se de todo um processo de democratização sindical, que, penso, lhes será muito útil. Por outro lado, puderam assistir pessoalmente a uma grande acontecimento, que foi o Plenário Geral dos Sindicatos, onde foi constituída a Federação de Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul. Os nossos amigos açorianos tiveram, aí, a ocasião principal da sua viagem e de terminá-la com tão grande acontecimento de intervenção de trabalhadores agrícolas. Até leram uma mensagem sua própria (o lugar publicámos) em nome dos trabalhadores agrícolas açorianos.



DA ESQUERDA PARA A DIREITA: Fernando Maurício, Artur Teixeira, Manuel de Sousa Soares e José Reis

Já se
numa

MA
De
Evora
nos o
se no
no zo
a uni
que ex
res e
pres
catos,
nos q
aqui,
Sindi
sua F
esta e
nos A
já há
da na

Mas
algum
sindica
de bal
thador
também
mente
dos aç
a uni
«muda
agricul
voivida
ram-h
ma lut
se de
da e
lição
mais
Abraç
e mu
de mu
de gra
sas m

ALAVANCA —
a vos
na e a
causa
m da
de pre
sua m

ARTUR —
que co
se san
do ab
tém re
de que
no M
a uni
o, o t
trito
condes
Mand
não h
falava
disca
M.M.
e os c
cal. A
Abril
guns

Já se está a entrar numa fase superior

MANUEL SOUSA SOARES
É facto, o que vimos em Évora e na sua região poro o quanto está firme e desenvolvida a nossa agricultura na zona da Reforma Agrária, a unidade e o camaradagem que existe entre os trabalhadores e os seus órgãos mais representativos, que são os Sindicatos. Portanto, aporobemo-nos já que se está a entrar,

aqui, numa fase superior. Os Sindicatos conseguiram criar a sua Federação. E penso que esta experiência seria ótima nos Açores, embora lá se esteja numa fase muito mais atrasada na formação de Sindicatos. Mas qualquer experiência de alargar e reforçar a unidade sindical nos Açores é de grande importância para os trabalhadores. Porque a luta dos trabalhadores do campo do continente é a mesma luta que a dos açorianos. Mas a verdade é que encontramos muitas diferenças (mundança), a agricultura muito mais desenvolvida. Além de tudo, celebraram-nos como irmãos da mesma luta. Encontrámos uma classe de trabalhadores muito unida e forte. Deram-nos uma lição de unidade que nunca mais poderemos esquecer. Abraçavam-se à gente, homens e mulheres. E foram momentos de muita fraternidade e mesmo de grande emoção. Foram coisas muito lindas.

ALAVANCA — Os trabalhadores continentais sabem que a vossa luta tem sido muito dura e difícil. Não está a mesma causa dessa exuberância, essas manifestações de fraternidade e de solidariedade expressas assim.

ARTUR TEIXEIRA — Penso que os camaradas ilhéus têm esse sentido, até agora, um pouco abandonados. E em parte têm razão de que. A realidade que não havia condições, no Movimento Sindical, para uma ajuda mais efectiva. Agora, o Movimento Sindical Unido pode ajudar, com casos concretos, tanto aos trabalhadores dos Açores como aos da Madeira. Antes, por um lado, não havia dinheiro. Por outro, falavam quadros sindicais inapetíveis para um bom trabalho.

M.S.S. — Até não existia nenhuma comunicação entre nós e os continentais, à base sindical.

A.T. — Só depois do 25 de Abril é que se começaram a surgir quadros síndicos, mas

que ainda não são suficientes. Finalmente, estão dadas as condições para entrar no tempo inteiro. E isso é já muito importante assinalar. Hoje, graças à solidariedade dos sindicatos das ilhas, a tarefa desses quadros é bem mais efectiva e real.

Uma inequívoca prova de solidariedade

J.R. — Efectivamente, hoje, os trabalhadores das ilhas já começaram a beneficiar da solidariedade. Através dos metalúrgicos do continente, estão chegando aos Açores materiais para cooperativas agrícolas e de pescas. E até ao fim do mês, chegará um tractor, uma camioneta, atrelada (a que a gente chama reboucos) e outra maquinaria, entre a qual alfaias. Isto é uma prova efectiva da verdadeira solidariedade.

F.M. — Quería apenas dizer algo que me parece muito importante. Por todo o lado onde batemos à porta, Sindicatos, Movimento Agrário, Açorianos, Rendeiros, de Campones, ajuda sempre, na realidade, grandes manifestações de amizade, uma ligação imediata e espontânea, uma forte camaradagem de trabalhadores, trocados os primeiros abraços. Os amigos açorianos, procurando documentar-se melhor, puseiram perguntas e dúvidas e isto foi muito importante para eles e para nós. A franqueza com que lhe eram explicadas as coisas, deixou-nos muito satisfeitos.

Mas também eles puderam transmitir aos trabalhadores do Norte, Centro e Sul, as suas experiências, as realidades que se vivem nos Açores. Aparentar casos em que havia, até da parte açoriana, uma ligeira melhoria de processos e de situações de trabalho; e, outros, muito piores que os do continente. Vou, contudo, melhor documentados, mais enriquecidos, mais apetrechados para o desenvolvimento da luta sindicalista. Também os trabalhadores camponeses do continente puderam, dessa forma, ficar melhor informados sobre a luta de seus irmãos de classe açorianos.

ALAVANCA — Quais as impressões gerais de este trabalho? Que é que mais o impressionou durante a missa?

Abraçamos-nos chorando de emoção...

J.R. — Tudo para nós foi emocionante, todos os contac-

tos dos meus irmãos. Mas foi a Planície açoriana a que a União da Federação dos Sindicatos, que mais nos emocionou. Abraçamos-nos uns aos outros, chorando, até de emoção. De tal maneira, que não pude dizer as palavras de saudação que queria dizer. Tive de escrevê-las. E com voz embargada pelas lágrimas é que pude ler essa saudação. Nunca tive na minha vida uma emoção tão forte como aquela. Entre camaradagem, toda a gente estava chorando, emocionada e emocionada, como eu. Não tenho palavras para descrever tamanha alegria de me encontrar ali, pressionando os trabalhadores agrícolas dos Açores, no meio dos trabalhadores da Reforma Agrária. O camarada não sabe o que é a gente sair de uma terra tão mal informada, mal impressionado por tudo quanto nos tiramos e chegamos e ver completamente o contrário daquilo que nos tinham dito. Não tenho palavras para agradecer à Intersindical a forma como fomos recebidos e tratados no momento, por todos os trabalhadores.

Quanto ao futuro?

ALAVANCA — Quanto a perspectivas futuras, como podemos aplicar nos Açores as experiências vividas no continente? Como estão organizados os trabalhadores agrícolas ilhéus?

M.S.S. — Tudo isto é muito difícil, pelo seguinte: os Sindicatos que existem, referente a nós, são os primeiros do S. Miguel. Mas são poucos. E existe uma grande dificuldade na parte económica, pois dificilmente os trabalhadores podem pagar a quotização. Além disso, os trabalhadores não estão mentalizados ao aspecto sindical. Não viram, ainda, que é através do Sindicato que a sua força pode ser uma grande força para a defesa dos seus interesses de trabalhadores. Quisemos fazer isso a nível de freguesias. Mas, pelo seu diminuto número, não deu resultado. Pretendemos todos os sindicatos de S. Miguel num Sindicato único da ilha. A nível da ilha, é claro, é logo outra coisa. Criámos mais força, houve mais vontade da parte de todos. E a primeira ideia que tive foi a de ir à Maia. Ali eu disse ao José Maria: — É pá, esta gente tem uma grande vontade de trabalhar. Há um tractor ou lá o que lhe chamam, um rebo-

que, com isto já se poderia ir levantando a coisa. À Maia, à vista da minha freguesia, e mais pequena. A minha freguesia talvez seja, em tamanho, a do Rêbo de Paiva. Os trabalhadores agrícolas de S. Miguel são aproximadamente 15 mil. É a maior ilha. Se conseguirmos sindicalizar essa gente, que grande força que seria o nosso Sindicato! Seria o mais forte das ilhas. E com a experiência do que vimos por nós, iremos tentar a unidade sindical de todos os trabalhadores açorianos, como deve ser e é justo.

ALAVANCA — Como por todo o lado, é na Unidade forte e decidida que reside a força dos trabalhadores. Isto é fazer o máximo esforço para que assim seja nos Açores?

J.R. — E evidente que sim. Mas, para isso, há que trabalhar sério, de esclarecimento, com os pequenos rendeiros, que venha a resultar grande

trabalho.

M.S.S.

Tudo isto é muito difícil, pelo seguinte: os Sindicatos que existem, referente a nós, são os primeiros do S. Miguel. Mas são poucos. E existe uma grande dificuldade na parte económica, pois dificilmente os trabalhadores podem pagar a quotização. Além disso, os trabalhadores não estão mentalizados ao aspecto sindical. Não viram, ainda, que é através do Sindicato que a sua força pode ser uma grande força para a defesa dos seus interesses de trabalhadores. Quisemos fazer isso a nível de freguesias. Mas, pelo seu diminuto número, não deu resultado. Pretendemos todos os sindicatos de S. Miguel num Sindicato único da ilha. A nível da ilha, é claro, é logo outra coisa. Criámos mais força, houve mais vontade da parte de todos. E a primeira ideia que tive foi a de ir à Maia. Ali eu disse ao José Maria: — É pá, esta gente tem uma grande vontade de trabalhar. Há um tractor ou lá o que lhe chamam, um rebo-

JOSÉ REIS — Abraçamos-nos uns aos outros, chorando até de emoção. De tal maneira, que não pude dizer as palavras de saudação que queria dizer.

M.S.S. — Não temos palavras para agradecer, eu e o meu camarada, a forma carinhosa com que foram recebidos e tratados, em toda a parte por onde passámos. Mas, se eu subisse agradecer, diria que levamos o passado em Évora, no Planície para a fundação da Federação dos Sindicatos Agrícolas. E que lá, nessas experiências, tanto chorei eu, de emoção, como choraram os meus camaradas alentejanos. Ficamos muito gratos ao Movimento Sindical Unitário por nos ter dado este grande oportunidade de vermos o que vimos. Aqui deixamos uma grande abraço para todos os trabalhadores do continente.

Açores este modo de ordenar. Não com tanta higiene, é certo, nem tão bem feita como a nossa. Mas sabemos que a máquina não deve chupar a vaca para não dar leite. E a máquina quando devota-se a uma cooperativa, vi que talvez 60 por cento dos animais estaria em perigos, se não continuasse a ser o processo mecânico de as ordenar, como até aí. E não é a culpa do animal. E não é a culpa da vaca, é a culpa do processo que lá trabalhava, que estava a trabalhar muito mal, como mas quatro chupadores mecânicos. Todos estavam a chupar, a chupar, e só naquela altura, entre 6 vacas, 4 estavam a meu ver, perdidas. Então mostrei papéis e expliquei que, nos Açores, a ordena mecânica é feita até um certo ponto. E que o resto do leite que cada vaca ainda tenha é retirado manualmente. Só assim se pode evitar que as chupadeiras mecânicas continuem a chupar o animal, mesmo quando este já não dá leite nenhum. Isso é o que eu já vi aqui. Se eu não tivesse perguntado o que é que eu via nos Açores, não teria conhecido a verdade de que vi. Quanto a porcos e galinhas, nada vi. Não quero dizer com isto que não haja. Mas não vou. Quero que, em aviários, nos Açores isso está mais desenvolvido que por aqui. Vou ao caso de dizer que têm gado madeirense, que vive na minha freguesia, só à parte dele, tem um aviário com mais de 30 mil galinhas, o que não é brincadeira nenhuma!

ALAVANCA — A finalizar, gostáramos que transmitissemos a todos os Açorianos algumas palavras de saudação aos nossos amigos continentais e açorianos.

M.S.S. — Não temos palavras para agradecer, eu e o meu camarada, a forma carinhosa com que foram recebidos e tratados, em toda a parte por onde passámos. Mas, se eu subisse agradecer, diria que levamos o passado em Évora, no Planície para a fundação da Federação dos Sindicatos Agrícolas. E que lá, nessas experiências, tanto chorei eu, de emoção, como choraram os meus camaradas alentejanos. Ficamos muito gratos ao Movimento Sindical Unitário por nos ter dado este grande oportunidade de vermos o que vimos. Aqui deixamos uma grande abraço para todos os trabalhadores do continente.

Trocas de experiência

J.R. — Embora tenha muito porcos na minha agricultura, preciso um pouco de vacaria. Vi como os amigos ordenavam as vacas. E faziam-nos muito mal feito. Era ordena mecânica. Nós também temos os

BREVES

● Fome, desemprego e miséria

O espectro da fome para sobre os 350 trabalhadores da Sociedade Industrial de Gouveia.

Numa das «empresas» de maior dimensão das do daquela zona do país, as dificuldades arrastam-se, e o fim do mês passou com desespero.

Os trabalhadores sabem que a empresa é privada, mas não desconhecem que os accionistas pouco se interessam pelo seu futuro.

E, perante uma situação prolongada de «fome, desemprego e miséria», aguardam há mais de três anos um contrato de viabilização que «quando chegar a ser concluído não virá viabilizada».

● Greve nas Minas do Pejão

Os trabalhadores das minas do Pejão fizeram uma paralisação de trabalho de 24 horas para pressionar a administração das minas a aceitar o seu caderno reindicativo.

A entidade patronal tem-se vindo a recusar a satisfação a reivindicação dos trabalhadores, argumentando com a necessidade de o Governo proceder à actualização do preço do carvão. Com a sua greve, os trabalhadores manifestaram também o seu repúdio pela inoperância governamental que tem vindo a provocar o sucesso pelo protelamento de decisões, e o agravar de uma situação que os mineiros do Pejão consideram insustentável.

A greve que foi decidida pelo plenário dos trabalhadores e contou com o apoio do Sindicato dos Mineiros do Norte, registou a adesão que constitui no subsolo do Pejão, não vendendo a sua força de trabalho em troca de salários de miséria.

Disposto a não recuar, os trabalhadores do Pejão irão prosseguir as suas lutas até a satisfação integral das suas reivindicações.

Esta nota actualiza a nossa reportagem nas páginas centrais «NAS MINAS DO PEJÃO» UM CONTRATO COM A MORTE.

CONFLITOS LABORAIS

CONTRA A POLÍTICA DO MEC A RAZÃO DOS PROFESSORES

Os professores de todo o País poderão vir a fazer greve às provas de avaliação final caso o MEC insista na sua posição autoritária e antidemocrática de recusar, negociar com os professores.

A renitência do MEC poderá vir a obrigar os professores a envolver-se por meios de luta que eles não desejam, mas que saberão assumir, se a tanto foram obrigados.

O que está em causa não é a satisfação integral das reivindicações dos professores, mas a recusa, por parte dos responsáveis daquele ministério, em discutir com os representantes dos trabalhadores os principais pontos em litígio, no sentido de encontrar soluções, e de apontar vias para a resolução dos diferentes.

Cego a todas as evidências, o MEC recusa-se a ouvir seja quem for, disposto a governar por decreto ou por despacho, aprofundando pontos de conflito e usando sistemas que há muito se pensava terem sido banidas da prática política portuguesa.

Ao invés de tentar, pelo diálogo, resolver os problemas que a sua actuação criou, aquele Ministério só corre-se da rádio, da televisão e dos jornais que controla, para lançar uma maré de calúnias sobre aqueles trabalhadores, pretendendo fazer crer à opinião pública que o que os professores querem, é não trabalhar.

Sem se preocupar sequer com a criação de condições mínimas para o funcionamento das instituições de ensino em Portugal, o MEC aparece a ameaçar, a tentar lançar a divisão no meio dos professores, pretendendo fazer confundir tudo e todos, sem reparar sequer que os grãos de areia que pretendem arremear são tão grandes que até um cego seria capaz de os sentir.

Quase por ironia das coisas, os resultados que a sua política tem alcançado são, perfeitamente contrários daquilo que esperava: Ao invés do isolamento das direcções sindicais que pretendia provocar, o MEC tem apenas conseguido fazer um número cada vez maior de professores con-

teste a sua actuação exija medidas que ponham termo a este estado de coisas.

A última greve nacional foi uma afirmação por demais evidente de que os professores estão dispostos a unidos e organizados, levar por diante a sua luta pelo reconhecimento dos direitos que lhes assistem, nomeadamente no que se refere a um direito fundamental de qualquer cidadão, e que a constituição consignava: o direito ao trabalho.

Os sindicatos representativos dos trabalhadores deste sector têm vindo a realizar um intenso trabalho de esclarecimento, com o qual pretendem explicar aos pais dos alunos e à população em geral as razões da sua luta, e os motivos que os podem levar a envolver pela greve às provas de avaliação final.

De qualquer modo, os professores não se recusam a fazer provas de avaliação final, pelo contrário, eles estão dispostos a efectuar logo que o MEC decida assumir uma posição mais coerente com as orientações que emanam do texto constitucional.

Interessante será sublinhar que foi na véspera do dia marcado para a realização, nas escolas, de reu-

nidas de análise às medidas a tomar perante a atitude prepotente do MEC, que aquele tornou público um comunicado em que se mostrava disposto em participar em reuniões com os órgãos representativos dos professores. No entanto, nenhum passo concreto deu para a resolução deste conflito.

A manter-se nesta posição de intransigência, o MEC poderá vir a tornar-se responsável pelo desenvolvimento de toda uma série de formas de luta e pela agudização da situação. O que até nem será incoerente com a sua prática anterior, caracterizada pela procura de situações de confronto e de conflito, que uma prática incoerente e autoritária vai ainda agravando.

Não se pode aqui deixar de referir o que aconteceu com os professores da Juremehna, na sua quase totalidade suspensos das suas actividades e posteriormente substituídos por pessoas não habilitadas.

Práticas deste tipo nem sequer foram usadas durante os tempos do fascismo. Mas agora, já ministro de um Governo que jurou a defesa da Constituição não tem qualquer jeito em se socorrer delas.

CONSERVEIROS

ASSINADO O NOVO CONTRATO DE TRABALHO

Os trabalhadores das conservas conseguiram obrigar o patronato a assinar o seu contrato colectivo de trabalho.

Foi uma dura luta, ao longo da qual se viram obrigados a recorrer à greve como forma de pressionar o patronato a negociar.

Perante aquela manifestação de unidade na luta, os patrões começaram a comparecer às reuniões de conciliação.

Assim se iniciava uma nova fase negociadora de corer da qual a organização e o espírito combati-

vo manifestado pelos trabalhadores haveria de contribuir para a obtenção de uma satisfação, por parte dos patrões, do essencial das suas reivindicações.

O texto final do contrato foi assinado no dia 30 de Maio, cabendo agora ao Governo a sua publicação no Boletim do Ministério do Trabalho.

De acordo com a lei actual, o contrato terá de ser publicado 15 dias após ser depositado no Ministério do Trabalho, passando então a ter força de lei.

A partir dessa data, o patronato ficará obrigado a



O Teatro Popular, podendo servir-se de concepções estéticas diferentes, tem que ser portador de uma ideologia

Teatro

TEATRO INDEPENDENTE, POPULAR ...E O MAIS QUE ADIANTE SE VERÁ

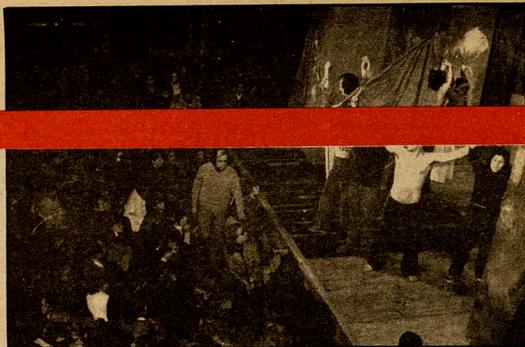
QUANDO iniciámos a colaboração no «ALAVANCA» solicitámos depoimentos sobre TEATRO POPULAR aos grupos de teatro, críticos, escritores e encenadores.

Hoje publicamos dois que, em nosso entender, são polémicos.

«A luta continua das elites contra o povo determina no âmbito restrito do teatro, a luta continua de certas elites intelectuais contra o teatro popular. Esta disputa só se concluirá com a vitória do povo no âmbito mais geral da sociedade... Para determinar concretamente quais são as categorias de teatro popular, é necessário estabelecer primeiro a diferença fundamental entre «população» e «povo». População é a totalidade de habitantes de um país ou região. Mais restrito é o conceito de povo. Este inclui só aqueles que vendem a sua força de trabalho... Se estas definições são correctas, teremos então duas categorias de teatro que abrangem o povo. Na 1.ª, a perspectiva do espectáculo é a do povo. Na 2.ª, essa perspectiva é a dos senhores.

A 1.ª revela o mundo em permanente transformação, com as suas contradições e o movimento das massas, assim como os caminhos

30



TEATRO A NÃO PERDER

ADÓQUE — Roupas Velhas

BARRACA — José do Têlhado
 Texto: Hélder Coelho
 Música: Zeca Afonso
 Encenação: A. Boal

CAMPOLIDE — As Aventuras de Till Eulenspiegel
 Texto: Virgílio Martinho
 Encenação: Joaquim Benite

CORNUCOPIA — Woyzeck
 Texto: Georg Buchner

GRUPO 4 — O Caso da Mãeinha Misteriosa
 Texto: Ary dos Santos e A. Sobral
 Música: P. Tordo, P. Carvalho, P. Osório
 Encenação: Rui Mendes

TEATRO ESTÚDIO LISBOA — Temas e Variações
 Texto: Raul Brandão
 Encenação: Luzia Maria Martins

TEATRO INFANTIL

CASA DA COMÉDIA (sábados) — Ai Não Fazem de nós Gato Sapato!

COMUNA (Sáb. e Dom.) — Viagens Fabulosas de Simão e Zacarias

S. LUIS (Sáb. e Dom.) — Teatro de Fantoches Branco Flor

T.N.T. (Sáb. e Dom.) — Ai, Ai, Ai, Minha Machadinha (Pelo O. T. C.)

de libertação dos homens. Mostra que os homens escravizados pelo trabalho, os hábitos e as tradições podem mudar a sua situação. Tudo está sempre em transformação e tem que se impulsionar essa mudança.

A 2.ª perspectiva, mostra, pelo contrário, que os homens alcançaram depois de uma longa história, o melhor dos mundos possíveis: o sistema actual onde os senhores se apoderaram das terras, dos meios de produção, enquanto os homens trabalham sob a aprovação de Deus.

Aqui estão duas maneiras de ver a vida e o mundo. É de Agosto Boal a transcrição.

Resumindo, podemos dizer que o teatro popular, podendo servir-se de concepções estéticas diferentes, tem que ser portador de uma ideologia. Ideologia essa que sirva os trabalhadores, que lhes seja própria.

Mas viremos discutir isto, ponto por ponto, mais tarde.

Aos camaradas dos grupos de teatro das fábricas, empresas, colectividades, etc., compete entrar neste debate.

Aos camaradas trabalhadores que encham as plateias dos grupos de teatro, faço o apelo para entrarem neste diálogo.

Seguem os depoimentos,

Francisco Nichols:

«Teatro capaz de motivar o Povo...»

«Sem nos determos em estafados ou náveis conceitos de Teatro e Popular partimos sempre do princípio que Teatro Popular é Teatro de qualidade, de actualidade, de clareza.

E o Teatro capaz de interessar e motivar o Povo que hoje vive aqui, com este Governo, com este sistema, esta Crise, falado numa linguagem perceptível, contido numa maneira acessível, clara.

Claro que tudo isto faz parte da Cultura.

Claro que a taxa de analfabetismo...

Claro que... Teatro Popular... Teatro de Revista?... Porque não?... Mas muito mais.»

Luis Varela, em nome do Centro Cultural de Évora

«A noção de «popular», como a noção de «realista», precisa, antes de ser utilizada, de uma boa lavagem. Trata-se de uma expressão velhinha, já usada

por m
do di
de me
O
noção
a prop
sional
grand
perton
nos/re
de trat
ta), se
dicões
subsidi
dente
ria)/se
a rent
teatra
tura, n
Para
afirma
É m
possi
ular
boa, n
res, m
E p
vã ao
que s
aonde
tro, a
as me
popul
lhador
os jov
A d
tral
Provin
perma
ro cad
panhia
hoje o
te par
zação
As co
na Pro
Evora)
progra
trada
minada
ra, cor
tritos
rém. P
da por
Ao b
tamento
res do
cação
teatro
Provine
coberto
Ao Est
di-las
do Te
um tra
enrique
das po
Esta
para o
Cont
número
teatro
actual
trém
tões.

MAI

Cinema

ESPECTÁCULO DE MASSAS E CONTRÓLOGO

UM discutido historiador e sociólogo da arte Arnold Hauser, referindo-se à importância crescente do cinema observa muito justamente que «pouco a pouco o cinema se converte na arte de massas, para que o predestina as suas pressuposições técnicas e económicas pelos métodos da sua produção, reprodução e difusão adequada desde o princípio, a ser um artigo de massas, e a indústria recreativa faz uso em toda a extensão da sua força de atracção. O cinema pode utilizar a imagem e a palavra, o som e a cor, um espaço e um tempo limitados, material humano e cenários inumeráveis, a fim de criar no público, sem esforço, os efeitos de uma ilusão absoluta».

Dissensos já, em artigo anterior, que o cinema pelas suas características de produção é uma poderosa indústria e os seus investimentos

têm que dar lucro como qualquer outra mercadoria. Isto dentro da óptica e da estrutura do modo de produção capitalista. E essa mercadoria é o filme. Existe, portanto, um mercado económico do filme sujeito às necessidades de procura do gosto de largas esferas do público. Deste modo o interesse da produção é satisfazer, em grande escala, o público, com certo tipo de filmes cujos temas podem ser de aceitação geral.

Acontece, que esta produção de filme se reveste de um carácter social complexo, porque, sendo o filme também um veículo de propaganda ideológica dos interessados na sua produção estes, determinam, junto das massas, condições económicas e culturais que as obrigam, justamente, não só a aceitar como a exigir o tipo de filmes com a orientação ideológica que lhes querem impor. Não esteve, então a produção da

maioria dos filmes norte-americanos dependente dos investimentos do capital financeiro, que tem interesse determinados a defender junto do público, não só americano, como também europeu, ou asiático, impondo-lhe um modelo ideológico de acordo com os interesses económicos do imperialismo?

Verificamos, como já foi dito, que as entidades detentoras dos meios de produção são as mesmas que dirigem e controlam os meios de cultura, isto é, a superestrutura. Nunca em qualquer época um meio de expressão, como o filme, pode estender-se a um sector tão vasto e variado da sociedade. Nem tão pouco existiu meio de expressão com as possibilidades de mentalização ideológica colocada como as que o filme possui (agora a televisão, onde o filme se prolonga). Por isso, quando foram descobertas essas possibilidades, o seu emprego foi imediata-

mente canalizado, com todos os meios financeiros, culturais e psicológicos, ao alcance da classe burguesa dominante, para formar um público de mentalidade passiva, disposto a aceitar os esquemas (e a reger-se por eles) falsos e convencionais da tendência geral da produção cinematográfica.

Em todas as épocas históricas assistimos à formação de um público com características sociais bem determinadas, para o qual é dirigido um certo tipo de manifestação artística apropriada. Quanto mais espectacular e mais compreensível for essa manifestação artística maior oportunidade tem de se dirigir a um sector mais vasto da sociedade. O cinema, como já se disse, tem essa possibilidade. Definiremos, em próximo artigo, o elemento social que formou o público cinematográfico.

DAVID LOPES

Artes Plásticas

O PODER E A CULTURA

«QUEM tem o saber tem o poder». Esta justa asserção representa o motivo fundamental que leva as classes dominantes, na sociedade capitalista, a procurar travar o acesso do povo à Cultura.

Repare-se que as manifestações de carácter cultural organizadas pelos governos burgueses são geralmente dirigidas a elites e tendem, quase sempre, a glorificar figuras ilustres já falecidas, que de algum modo contribuíram na sua época para a dignificação das letras e das artes, ao invés de promoverem ou incentivarem a actividade dos artistas vivos do presente. É sabido que, no seu tempo, o valor do trabalho

dos produtores intelectuais raramente é reconhecido pelas entidades oficiais. E esta indiferença não acontece por acaso; ela reside principalmente no facto de que trabalho reflectir, quase sempre de um modo crítico, os variados aspectos da sociedade em que os seus autores estão inseridos, com destaque para as contradições e desigualdades mais gritantes, razão pela qual facilmente se tornam incómodos aos detentores do poder político.

Do que atrás foi dito pode extrair-se a seguinte reflexão: a burguesia dirigente, instalada no poder, sabe que o acesso dos trabalhadores à cultura e ao conhecimento ameaça o seu

domínio de classe, apressando as transformações estruturais que conduzirão inevitavelmente os trabalhadores ao poder; e enquanto afastadas das fontes do conhecimento, as classes laboriosas ignoram que uma arma importante para a sua vitória (a democratização da cultura) lhes está a ser sonhada, mesmo que, como acontece no caso português, esse direito esteja consignado na Constituição da República.

A falta de apoio e estímulo oficiais aos criadores de cultura, é um dos processos usados mais frequentemente para manter inalteráveis as situações que referimos. Vejamos o caso específico dos artistas plásti-

cos (que tem aliás muito de semelhante ao de outras profissões ligadas à cultura). Para o Estado capitalista a Cultura é um luxo ao serviço de um pequeno número de privilegiados, os artistas/produtores não dispõem de um mercado aquisitivo da sua produção que lhes garanta,



por muitos e para fins muito diferentes (cito Brecht, de memória).

O esclarecimento da noção de «popular», hoje, a propósito do teatro profissional não se faz sem um grande debate sobre o repertório (clássicos/modernos/revista), sobre o estilo de trabalho (realista/idealista), sobre os meios e condições de produção (sector subsidiado/teatro independente/sector empresarial/sector público), sobre a rentabilidade do trabalho teatral — em termos de cultura, naturalmente.

Para já, uma primeira afirmação.

É muito difícil — ou impossível — fazer teatro popular por exemplo em Lisboa, numa sala de 100 lugares, mesmo de graça.

É popular o teatro que vá ao encontro do Povo, que se mostre em sítios onde antes se não via teatro, a preços possíveis para as mais vastas camadas da população, para os trabalhadores dos campos, para os jovens.

A descentralização teatral — a fixação na Província — faz o teatro popular por permanência de um número cada vez maior de companhias profissionais — é hoje o caminho mais urgente para a real democratização do acesso à cultura. As companhias instaladas na Província (por exemplo, Évora) podem cumprir um programa muito intenso de atracção, numa zona determinada (o Distrito de Évora, com incursões nos Distritos de Setúbal, Santarém, Portalegre e Beja, ainda por exemplo).

Ao Estado compete, juntamente com os trabalhadores do Teatro, a multiplicação de companhias de teatro em cidades da Província, com vista a uma cobertura racional do País. Ao Estado compete subsidiar. Aos trabalhadores do Teatro compete fazer um trabalho continuado de enriquecimento cultural das populações.

Esta uma das condições para o Teatro Popular.

Continuamos no próximo número. Entretanto, vá ao teatro! Algumas das peças actualmente em cena ilustram estas nossas questões.

MANUEL MARCELINO

Desporto

no mínimo, a sobrevivência. Assim, são forçados a recorrer a actividades estranhas à sua verdadeira profissão o que, além de empobrecer culturalmente o país, provoca a ausência de intervenção das artes plásticas e dos seus autores junto das massas populares, impedindo-as do contacto com um factor de desenvolvimento cultural reciprocamente importante. Para os artistas plásticos que conseguem superar esta divisão criada artificialmente pela grande burguesia, as próprias características da sua produção (que é como sabemos uma produção manual) estabelecem por si mesmas uma identificação estreita entre aqueles e o proletariado, visto que ambos utilizam ferramentas e materiais iguais ou similares nas suas actividades e que, no caso dos

artistas plásticos, são tão diversificados que incluem tintas, argilas, colas, papéis, vidro, madeira, pedra, metais, ácidos e tantos outros.

Quando as organizações dos trabalhadores do nosso país encarem com firmeza o problema da necessidade urgente da transmissão do conhecimento cultural aos seus associados (apoiando-se na multiplicidade dos sectores do saber adquirindo o que os trabalhadores intelectuais progressistas podem veicular), e passarem à acção prática, verificam-se à uma permuta de experiências rica e encorajante e a consolidação de uma Unidade alargada e efectiva, motivo principal das transformações sociais porque todos, trabalhadores manuais e intelectuais, lutamos.

LUIS SUAREZ



—«Mas essa já ou tem...» — é a legenda deste desenho do artista plástico brasileiro Sérgio Jaguaribe, onde a ironia da situação desmascara a subordinação do poder civil ao poder militar, cujo agente mantém o povo do Brasil sob o jugo de uma cruel ditadura

Portugal atravessou, após o 25 de Abril um período de «explosão» na prática desportiva, deixando raízes que, hoje, permitem observar alguns frutos, mau-grado as inúmeras tentativas de os conter, ou mesmo aniquilar, por parte de quem deveria ser o seu «motor de arranque».

DESPORTO NA RDA UM DIREITO DO POVO

U M dos casos mais interessantes passa-se na República Democrática Alemã, país cuja área relativamente pequena no continente da Europa, mas grande no mundo socialista, acusando um dos maiores índices de desenvolvimento físico a nível mundial.

Sob o garante da sua constituição socialista — referindo o artigo 18º que «a cultura física, o desporto e o turismo, como elementos de cultura socialista, servem ao amplo desenvolvimento físico e intelectual dos cidadãos»; e o artigo 44º especificando que «o Estado e a sociedade estimulam a sua participação na vida cultural, na prática de desportos e da cultura física» — milhões de trabalhadores, de qualquer idade ou sexo, põem em prática o direito de fazer, da cultura física e do desporto, um elemento do desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, implicando este o desenvolvimento do corpo.

Tais condições beneficiam, pois a saúde, permitindo aumentar a alegria de viver e as capacidades individuais.

Entre as diversas instituições responsáveis pelo fomento desportivo, a Federação Gimnodesportiva Alemã (D.T.S.B.), tem a seu cargo os projectos nacionais, visando assegurar-lhes condições materiais nos planos de desenvolvimento económico.

A D.T.S.B., como organização socialista do desporto na R.D.A., tem a sua estrutura assente nos clubes desportivos das empresas, das cooperativas agrícolas e artesanais, nas universidades e escolas, nos clubes de bairro ou de aldeia e, até, nas unidades do Exército Nacional Popular e da Polícia Popular Alemã.

A R.D.A. atribui uma importância muito especial à compe-



tição, para além das actividades físicas obrigatórias, ou à ocupação dos tempos livres. Daí que os clubes desportivos, em todos os distritos e nas federações, tenham ao seu serviço treinadores permanentes para garantirem, aos jovens mais dotados, condições para se prepararem para as competições.

Tais cidadãos surgem de uma grande massificação, em que todos, igualmente, tiveram acesso ao essencial da prática desportiva. Assim se entende perfeitamente correcto que se desenvolveu as potencialidades excepcionais que, em número mais reduzido, se passam revelar. Nem todos podem ser médicos ou engenheiros, nem campeões, mas a todos, de igual modo, foram dadas tais possibilidades. Isto só é possível quando num sistema político não ressaltam contradições sociais de tal relevo que incapacitem a resolução dos problemas fundamentais da população, à semelhança do que se passou em Portugal no tempo do fascismo.

Pensando em tais acontecimentos, somos tentados a observar outros processos em curso nos países socialistas (sem preocupações de copiar modelos) que têm desenvolvido uma política cultural e desportiva, verdadeiramente virada às respectivas massas populares.

As esparquiadas e a captação de valores

Mas como é possível encontrar um tão vasto número de jovens com aptidões acima do normal?

Desde os primeiros anos de vida, os alemães têm a sua disposição, não só numerosos e excelentes equipamentos desportivos espalhados por todo o país, mas também uma planificação minuciosa e adequada, cujo centro de preocupação é o jovem com menos de 16 anos, seja ainda criança, estudante ou trabalhador.

E por eles e para eles, a mais importante competição da juventude: as Esparquiadas. Os seus objectivos essenciais são o incentivo generalizado pela prática desportiva e, assim, a adesão à D.T.S.B. e aos clubes que, a partir de então, fazem o acompanhamento dos valores que sobressaem.

E uma organização para a

qual se
de virão
respon
ta hien
sua es
no, no
dades
ciosa
Todas
las, ou
sas, p
do ca
mos q

As p
zam-se
anos, h
apenas
9cas
As f
das no
zig, so
melior
no trab
niam r
rante m
dores,
portat
tido nas

Ele va

Porto
tão ele
A D.
dos os
balle
lhes ao
lações
prática
da. Que
do, as
tuções
distria
realizaç
elas des
ferenci
Aleme
dos a
ciam, n
de 50
portes,
bertos
em cas
O si
uma g
acção
dição
prática
pelo jo
seu p
rem m
lhadores
O or
Sindica
B. J.),
por leu
program
acordo
estribos
dos de
seja ent
do solu
A sua
esquece

Os si
uma g
acção
dição
prática
pelo jo
seu p
rem m
lhadores
O or
Sindica
B. J.),
por leu
program
acordo
estribos
dos de
seja ent
do solu
A sua
esquece

E uma organização para a

qual se conjugam os esforços de várias instituições e orgãos responsáveis, desde a mais alta hierarquia governamental, aos estabelecimentos de ensino, nos distritos, concelhos, cidades e aldeias, onde se iniciam as competições.

Todos os alunos das escolas, ou aprendizes das empresas, podem participar, tentando atingir os resultados mínimos que os tomarão seleccionados.

As provas nacionais realizam-se de dois em dois anos, tendo em conta disputadas, apenas, as modalidades olímpicas.

As Esportaquadas realizadas no ano passado, em Leipzig, sob o lema «Aspirar a maior rendimento na escola, no trabalho e no desporto», reuniram mais de cem mil espectadores, cerca de trinta mil desportistas, tendo decimil competido nas disciplinas olímpicas.

Elevada participação

Porque se atingem índices tão elevados de participação?

A D.T.S.B. está aberta a todos os cidadãos, com uma simbólica quantiação, colocando-lhes ao dispor terrenos, instalações e equipamento, para a prática da modalidade preferida. Quer as empresas de Estado, as cooperativas, as instituições do comércio ou da indústria, dão todo o apoio às realizações esportivas, sejam elas desportivas, reuniões, conferências ou estágios.

Além disso, os grupos ligados a tais actividades beneficiam, não só de um desconto de 50 a 75 por cento nos transportes, como ainda estão cobertos pela segurança social, em caso de acidente desportivo.

Os sindicatos têm, também, uma grande participação no desenvolvimento da cultura física, sendo do mesmo desporto, criadores desportivos nas fábricas e empresas, permitindo a todos os trabalhadores uma prática em ocupação dos tempos livres. Tem grande proleto, por exemplo, os exercícios populares a que concorrem muitos milhares de trabalhadores.

O órgão central União dos Sindicatos Alemães (F. D. G. B.), é também, responsável por levar aos trabalhadores um programa de actividades, de acordo com os escalões sociais, mesmo nos grupos idosos, de modo a que o desporto seja entendido como uma prática essencial, quando não vital, para a sua realização.

A sua essência, naturalmente, o

período de férias, em que os trabalhadores, onde quer que se encontrem, têm as condições necessárias para a conservação desses hábitos, seja a prática de qualquer modalidade, seja o passeio a pé ou a excursão.

Em Portugal, que fazer?

É a altura, pois, de perguntar «o que fazer?», porque as estruturas desportivas da R. D. A. não os nos afirmam tão distantes do tal «país real» em que vivamos vivendo... É essencial.

Que cada estabelecimento de ensino, de qualquer nível escolar, possua um mínimo de condições para a prática desportiva.

A construção de instalações devidamente equipadas para apoio a diversas modalidades, sejam elas praticáveis em recintos cobertos, ou não.

A introdução nos programas escolares, de disciplinas de Educação Física e Desporto, a qualquer nível de ensino, para as quais os alunos deverão ser capazes de trabalho de orientadores competentes.

A formação de professores e monitores capazes de pôr em prática projectos de sensibilização e trabalho de massas, na perspectiva de que o desporto é importante na transformação das mentalidades e, assim, da sociedade.

A reactivação ou criação de novos núcleos desportivos por todo o País, nos quais, orientadores e praticantes, sejam conscientemente sensibilizados pelo seu envolvimento local.

A dinamização de centros de cultura e desporto em cada fábrica ou empresa, obrigatoriamente em contacto pela entidade patronal e, como tal, com o apoio necessário ao seu funcionamento.

A criação de uma estrutura de apoio, pelo Movimento Sindical Unitário, a fim de promover as iniciativas, cada vez maiores, decaídas pelo INATEL.

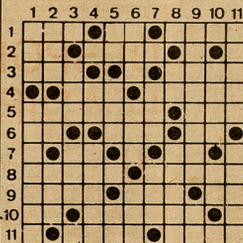
O melhor aproveitamento das verbas oficiais destinadas ao fomento do desporto.

O cumprimento integral da Constituição Portuguesa. Assim, na unidade dos trabalhadores, mesmo na ocupação dos tempos livres através da cultura e do desporto, temos uma perspectiva mais clara de uma sociedade que queremos e caminho do socialismo.

ÁLVARO ESTEVES

PASSA TEMPO

PROBLEMA N.º 27



HORizontais:

- 1 Negativa; A ele; Dificuldade.
- 2 Pápio; Cinto de amóia; Alvorada.
- 3 Pápio de amóia; Alvorada.
- 4 Planta aromática; Gostas muito de.
- 5 Acesso a marinho; Curro de água natural.
- 6 Pronome pessoal; Camélio de dor; 2 em romano.
- 7 Nota musical; Compadro.
- 8 Pápio por que se compra uma coisa; Pau fixado verticalmente no solo.
- 9 Sua vez de assar; Colórido; Duas vogais iguais.
- 10 Olegia; Torna miório.
- 11 Escândalo; Amarras.

VERTICAIS:

- 1 Também não; Assalado.
- 2 Patápio; Cinto de dor; Embague.
- 3 Consonantismo; A palavra de rei.
- 4 Observe; Pápio pessoal.
- 5 Antepápio; Nome feminino; As consonantes da moda e impropriedade nas tonadas; Irmo do pai; Rio de Portugal.
- 7 A letra; Coloca.
- 8 Amónio (n.º); Gande beberão (pop).
- 9 Retribuição por tabalhos efectuados (ipi); Antigo testamento.
- 10 Gato em romano; Baza.
- 10 pôr do Sol; Verdadeiro.

RESOLVEU O PROBLEMA? PROCURE AGORA A FRASE REVOLUCIONÁRIA NELE CONTIDA.

PROBLEMA N.º 28

HORizontais:

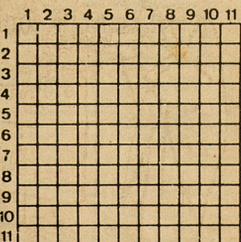
- 1 Panjuros; Umes.
- 2 Cusar; In; Fita elástica para corrigir a miá a parte.
- 3 Acha de Crato; Fruto silvestre; Dentro da ví.
- 4 Latim (abrev.); Engia; Cave (Abrev.).
- 5 Torbada.
- 6 Nome masculino; Chefe estivo; Titulo inglês.
- 7 Quebra; Roto.
- 8 O espaço de Paris; Cajado; Cabelos brancos.
- 9 Osmetino.
- 10 Sulco de argente; A colá; Cabelal.
- 11 Trabalhas a pedra com o púdo; Nome de certas flores.

VERTICAIS:

- 1 Eles deviam ser mantidos com todos os homens honestos para a defesa da democracia; Abreviatura em música.
- 2 Baa; O mesmo que laipa (libal); Troca.
- 3 Em a; Soce grande no lastra.
- 4 Agon.
- 5 Derroio; Vala alta njeja na.
- 6 Fita geométrica de um objecto; Arvore com cuja casca se aromática o vinho.
- 7 Ritas; Colá.
- 8 Remolho de água.
- 9 Adverbio; Não o vime ou mde na lica na defesa da democracia; contra o fascismo.
- 10 Achava; Comparação de um objecto; A palido.
- 11 Trabalhas a pedra com o púdo; Nome de certas flores.

RESOLVEU O PROBLEMA? PROCURE AGORA A FRASE REVOLUCIONÁRIA NELE CONTIDA.

RESOLVEU O PROBLEMA? PROCURE AGORA A FRASE REVOLUCIONÁRIA NELE CONTIDA.



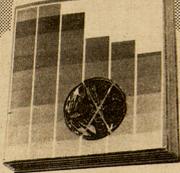
HORizontais:

- 1 Um; O mesmo que laipa (libal); Troca.
- 2 Baa; O mesmo que laipa (libal); Troca.
- 3 Em a; Soce grande no lastra.
- 4 Agon.
- 5 Derroio; Vala alta njeja na.
- 6 Fita geométrica de um objecto; Arvore com cuja casca se aromática o vinho.
- 7 Ritas; Colá.
- 8 Remolho de água.
- 9 Adverbio; Não o vime ou mde na lica na defesa da democracia; contra o fascismo.
- 10 Achava; Comparação de um objecto; A palido.
- 11 Trabalhas a pedra com o púdo; Nome de certas flores.

RESOLVEU O PROBLEMA? PROCURE AGORA A FRASE REVOLUCIONÁRIA NELE CONTIDA.

CLARO COMO AGUA

Zanini
**Inflação
e crise
monetária**



**PHILIPPE
ZARIFIAN**

INFLAÇÃO E CRISE MONETÁRIA

- Porquê um sistema monetário capitalista internacional?
- Principais características do desenvolvimento externo do imperialismo.
- Inflação e crise monetária.
- O desenrolar da crise.
- O aprofundamento da luta.
- A crise monetária e a luta dos trabalhadores.
- Crise monetária e a luta dos países em vias de desenvolvimento.

366 páginas 180\$00

Recorte e envie para CDL departamen-
to de vendas directa
Av. Santos Dumont
57-A, Esq.
Lisboa

**editorial
CAMINHO**

Para o respectivo pagamento
Envio Esc. 300 em cheque/
Vale do correio N. sobre banco/

Estação dos CTT

Nome
Morada
Localidade

notícias e comentários

A jovem geração defende a Revolução

A política anti-trabalhadores e de protecção ao grande capital levada a cabo pelo Governo, traduzida em aumento de custo de vida, diminuição de poder de compra e aumento de desemprego, teve uma vigorosa e vibrante contestação numa multidão de jovens manifestantes que percorreram as ruas de Lisboa desde a Praça do Chile até à Praça de Londres, por convocação dos departamentos de juventude das Uniãos dos Sindicatos de Lisboa e Setúbal, apoiadas por centenas de outras organizações.

Foi no passado dia 31 de Maio que, aos gritos de «a jovem geração defende a revolução», «trabalho sim, desemprego não», «unidade na acção, pelo emprego pelo pão» e «CTP, unidade sindical», uma vibrante multidão de jovens confirmou as palavras mais tarde proferidas por um membro da Comissão Organizadora:

«A firmeza e a determinação que manifestamos são a garantia de que continuamos unidos, reforçamos a nossa capacidade de luta, defendemos as nossas conquistas, consolidaremos a democracia e daremos cumprimento à Constituição da República que consagra muitos direitos da juventude».

O mesmo jovem orador d'ria, em frente ao Ministério do Trabalho, «Estamos hoje aqui, com o nosso espírito responsável e patriótico, para dizer 'não' à política desastrosa que provocou a existência de meio milhão de desempregados, entre os quais 300 mil são jovens. Estamos hoje aqui, para dizer que queremos a manutenção dos nossos postos de trabalho, o emprego quando o saímos das escolas, emprego adequado aquilo que aprendemos nos cursos que frequentámos. Respondam-lhe milhares de vozes juvenis, num coro denso de firmeza e de determinação: «A jovem geração defende a revolução», e em outras palavras de ordem contrapondo-se às afirmações mais vigorosas do jovem sindicalista («Não queremos andar para trás não queremos ir ao Tomilau»).

Foi aprovada uma moção que reunia as principais reivin-



dições dos jovens trabalhadores e estudantes: A trabalho igual, salário igual, extinção do trabalho infantil e eventual aplicação das resoluções do 2º Encontro dos trabalhadores-estudantes, manutenção e criação de novos postos de trabalho, etc.

Primeiro-Ministro não deu resposta aos grandes problemas dos trabalhadores

A intervenção feita pelo Primeiro-Ministro, perante as câmaras de televisão, em 10 de Maio passado, não veio, infelizmente, dar resposta aos grandes problemas que enfrentam os trabalhadores e outras camadas desfavorecidas do Povo Português. Na verdade, a afirmação feita pelo Primeiro-Ministro de que o tipo de «política de austeridade», encaetada pelo Governo, vai continuar, «com resultados energias», levanta legítimas preocupações sobre o já baixo nível de vida dos trabalhadores. Perante esta situação, sobre as conquistas da Revolução e sobre a defesa da independência Nacional. E isto, não

obstante, expressamente ter reconhecido elevado sentimento de responsabilidade e realismo de que os trabalhadores têm dado provas perante a actual situação e de ter publicamente enaltecido os esforços e sacrifícios que os trabalhadores se não têm poupado com vista à resolução da grave crise que o país atravessa no momento, referindo o esforço patriótico dos trabalhadores da Reforma Agrária do que resultou terem sido feitas as maiores sementeiras de sempre.

Ao optimismo do discurso do Primeiro-Ministro contrapõe-se, infelizmente, a realidade actual, bem sombria e reveladora do agravamento da situação económica e financeira do país, reveladora do fracasso da política que o Governo se teima em prosseguir. Segundo dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas, referentes já a 1978, o Índice da Balança Comercial atingiu, no primeiro trimestre deste ano, 28,3 milhões de contos.

São também os factos que desmentem a afirmação do Primeiro-Ministro de que não encareceriam os preços dos bens essenciais. Com efeito, o aumento do imposto de transacções, tomado publico no dia imediatamente seguinte às declarações do dr. Mário Soares, determinará um novo e generalizado aumento dos preços, já que a sua incidência será suportada pelos consumidores. O aumento da taxa do Imposto Profissional, decidida no próprio dia da comunicação do Primeiro-Ministro, vai determinar uma diminuição no já tão baixo rendimento disponível dos trabalhadores. Também a desvalorização brusca do escudo e o aumento do ritmo da chamada desvalorização deslizando, determinará o encarecimento contínuo dos produtos importados.

Por outro lado, a recente subida das taxas de juro cobradas pela Banca (entre Fevereiro de 1977 e Maio de 1978 aumentaram entre 74 e 108 por cento) terá como consequência o agravamento da situação financeira de milhares de pequenas e médias empresas, atingindo grande parte delas para a falência e muitos mais milhares de trabalhadores para a falência e desemprego. Perante esta situação, que a situação real do nosso país, os trabalhadores manifestaram, inequivocamente, no 1º

de Maio e prote- a permi- termin- para n- os do- tos, que- tere-se-

o crité- muitas- aprovam- das qu- nalmen-

implica- A CO- mente- a uni- na dimi- dos tra- do des- dência- ao estr- a acção- nários- fascista- verdade- badeira- a de- lhadore-

A CO- Trabalh- fiel inte- da vo- portu- que a g- através- da des- seus an- e desde- para a- organiz- responsável- do de- Constit- com os- seus dos-

Apio Sindical

Realiz- na sede- to dos- quem a- Apoio- da lista-

Da se- resultado- mento- Contine- llas en- quentes- gentes- à Mad- llas ao- são m- afectar- Movime- rígioe-

de Maio, a maior indignação e protesto contra a política que a permitiu e prosseguiu, e a determinação em lutar pela defesa dos seus interesses e direitos, que correspondem aos interesses nacionais.

Continuam por satisfazer muitas das reivindicações aprovadas no Plenário Nacional de 4 de Fevereiro, algumas das quais constituem direitos dos trabalhadores constitucionais, nomeadamente a demissão do trabalhador contratado que não imprime encargos financeiros.

A CGTP-IP adverte solenemente que não dará cobertura a uma política que se traduz na diminuição do nível de vida dos trabalhadores, no aumento do desemprego, e da dependência de Portugal em relação ao estrangeiro, que incentiva a acção das forças reaccionárias. A crescente ofensiva fascista que visa destruir as liberdades e a Democracia e atacar a Constituição, terá a devida resposta dos trabalhadores e do Povo Português.

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Inter-sindical Nacional, legítima e fiel intérprete dos interesses e da vontade dos trabalhadores portugueses, dos conscientes de que a grave crise que Portugal atravessa só poderá ser resolvida desde que se atenda aos seus anseios mais profundos e desde que se respeite e garanta a sua participação activa, organizada, consciente e responsável e se assegure o efectivo e rigoroso cumprimento da Constituição, sabendo encontrar com os trabalhadores as formas de luta necessárias para alcançar os direitos e interesses dos trabalhadores.

Apio ao Movimento Sindical das Ilhas

Realizou-se, recentemente, na sede da CGTP-IP, um encontro dos Sindicatos que constituem o Conselho de Apio ao Movimento Sindical das Ilhas.

Da actuação da CAMSI, tem resultado um maior estreitamento entre os sindicatos do Continente e os sindicatos das Ilhas em consequência das frequentes deslocações de dirigentes sindicais aos Açores e à Madeira e dirigentes das Ilhas ao Continente e da discussão mútua dos problemas que afectam os trabalhadores e do Movimento Sindical naquelas regiões.

Entre outros foi salientada a importância do apoio que vem sendo dado a sindicatos de trabalhadores das Ilhas, de que se destaca a próxima formação de Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas em S. Miguel e na Terceira, e o fomento e dinamização do Movimento Cooperativo.

Quanto a este aspecto é de salientar a solidariedade dos trabalhadores metalúrgicos do Continente para com os pequenos agricultores e pescadores dos Açores, e que se traduziu na entrega de mais de 1.300 contos em material agrícola e de pesca a sete cooperativas.

Apio aos trabalhadores em luta

O Secretariado Nacional da CGTP-IP, saúda e dá o seu apio a todos os trabalhadores que se encontram em luta pela defesa dos seus interesses e pela conquista de melhores condições de vida e de trabalho

exortando-os a que se mantenham unidos e determinados. Dá o seu especial apio aos mais de 200 mil trabalhadores da Construção Civil que paralisaram a actividade a fim de reivindicarem a urgente conclusão do seu CCT cujas negociações se arrastam há já quase um ano e exorta-os a prosseguir a sua luta até à satisfação das suas justas reivindicações.

Contra o regresso impune de Américo Tomás

A CGTP-IP tomou conhecimento, com profunda preocupação, da decisão de assegurar o regresso impune ao nosso País do último chefe de Estado fascista.

Os trabalhadores portugueses, principais vítimas da feroz repressão e exploração do regime fascista, que têm necessariamente demonstrado a sua total identificação com os ideais do 25 de Abril condenando e repudiando — como o fizeram no grandeiro 1.º de Maio de 1978 — todos os que põem em risco a Democracia e atentam contra o projecto constitucional não podem nem querer e nem aceitar a sua indignação. «Atitude profundamente cho-

cante para os sentimentos democráticos e antifascistas dos trabalhadores e do Povo Português» chama-lhe a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários.

E uma afronta a todo o Povo português — afirma o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuários do Sul, e acrescenta: «Este regresso só poderá contribuir para que a escalada fascista em curso no nosso País se torne mais orgânica».



Idênticas expressões usam, manifestando a sua indignação, o Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, o Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa (e é preciso defender a Democracia e não é com actos desta natureza, por mais «humanidades» que queiram pôr em cima, que o conseguiremos), e Delegados Sindicais da ENP Zona de Lisboa, reunidos em Assembleia, o Sindicato dos Marinheiros Mercantes de Portugal, a Comissão Inter-sindical da Mocca/Santomar, a Comissão Inter-sindical/Comissão de Trabalhadores da Metalurgia Costa Nery, S.A.R.L., de Torres Novas («... um dos responsáveis máximos do fascismo que prendeu, torturou e assassinou impune durante 48 anos o Povo Português»); a Comissão de Trabalhadores e a Comissão Inter-sindical da F. Ramada, de Ovar, em moção aprovada por unanimidade («... que o 25 de Abril e o Povo Português serão insultados com a presença do último presidente da ditadura fascista»); a Comissão de Trabalhadores do Estrepto Industrial de Aveiro; a Comissão de Trabalhadores Metalúrgicos do Distrito da Setúbal («Em nome de trinta mil trabalhadores protestamos desengonjamento

conta bancária fascista Américo Tomás...); dos trabalhadores da E. Pinto Basto e C.ª, Lda, reunidos em A.G.T. («... consideramos uma verdadeira afronta contra os ideais democráticos e libertadores de Abril, e um enorme insulto ao povo trabalhador deste País»); dos professores da Escola Preparatória de Vidigueira, e de hora a hora, continuamos a receber moções, comunicados e telegramas, vindo de todo o País e de todos os sectores de actividade.

Os trabalhadores portugueses prosseguirão com firmeza a luta pelos seus interesses imediatos, contra o aumento do custo de vida, contra o desemprego, por uma política de independência nacional, certos de que esse seu combate está intimamente ligado à defesa das liberdades e à consolidação do regime democrático definido e consagrado na Constituição, e com a confiança de que a sua unidade e combatividade farão por todas as tentativas fascistas que se oponham a esses objectivos.

Contra o arbitrio na designação das associações para o Conselho Municipal

Relativamente à decisão tomada pela Assembleia Municipal com os votos contra o Povo Unido e o abstendo do ppd e GDUPs, relativamente à Constituição do Conselho Municipal de Lisboa, em que foram privilegiadas as organizações representativas do patronato ou de extratos sociais mais favorecidos, e afastadas as organizações populares, continuamos a receber um volume considerável de protestos, em forma de moções aprovadas, cópias de cartas e telegramas enviados à Assembleia Municipal aos Grupos Parlamentares, ou simples comentários e desabaços de justa indignação dos nossos leitores.

Na impossibilidade de os citarmos a todos, referimos hoje, na continuidade do que fizemos na nossa anterior edição, o Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Professores Similares, Sindicato dos Trabalhadores das Telecomuni-

cações, Sindicato dos Electricistas do Sul, e muitos outros a que oportunamente nos referiremos.

Apio às cooperativas de Alcácer do Sal

Os nossos camaradas da União Cooperativa de Produção de Alcácer do Sal, SCARL, «Horizonte Novo», estão muito necessitados de mais um transporte para deslocação dos seus mecânicos que prestam apoio às 18 cooperativas desta União.

Perguntamos estes camaradas se, através de algum sindicato, não será possível detectar para um veículo um carro gableto, mesmo em 2.º mão e em mau estado.

Temos três mecânicos, vamos contratar mais um, e apenas temos um Iipe Land-Rover em 2.º mão — dizem-nos os camaradas da referida União, acrescentando: «Claro que é muito mais necessário do que qualquer transporte para se deslocarem as cooperativas a dar assistência».

Aqui fica o apelo à solidariedade do Movimento Sindical.

Os problemas das ligas agrícolas a norte do Douro

No seguimento de contactos com a Comissão Parlamentar de Agricultura da Assembleia da República, e com o Secretário de Estado do Fomento Agrário, a Aliança das Ligas Agrícolas do Norte convocou os órgãos de Informação, no passado dia 30 de Maio, para dar conta da actual situação dos pequenos e médios agricultores a Norte do Douro, organizados no âmbito de cerca de 30 ligas que constituem a Aliança.

O Plenário da Aliança tinha reunido no passado dia 14 de Maio, debatendo-se sobre as últimas medidas do Governo que lhe dizem respeito e foram publicadas no suplemento ao Diário da República de 7 de Abril. Algumas dessas medidas

notícias e comentários

notícias e comentários

foram consideradas positivas e correspondendo às reclamações da Aliança e dos agricultores do Norte, embora insuficientes.

Relativamente às medidas anunciadas para a Previdência foi seu estado que a vontade dos agricultores tinha sido satisfazer quanto à baixa da idade de reforma para os 65 anos, e a igualdade de pensões para o homem e a mulher. Mas o aumento das pensões é totalmente insuficiente.

Quanto aos contactos com a Comissão Parlamentar da Agricultura, um dos deputados informara estarem a trabalhar no sentido de resolver o grave problema de distribuição de leite em Trás-os-Montes. A hora em que decorria a Conferência de Imprensa parte da delegação da Aliança estava ainda reunida com o Secretário de Estado do Fomento Agrário.

A CGTP- IN no IX Congresso Sindical Mundial

Uma Delegação da CGTP-IN participou em Praga de 16 a 23 de Abril de 1978 no IX Congresso Sindical Mundial organizado pela Federação Sindical Mundial sob o lema pela unidade e a solidariedade de todos os trabalhadores na luta pela paz, pela independência dos povos, o bem-estar, a liberdade, o progresso económico e social.

Neste importante encontro sindical cujos trabalhos significativamente abarcam a todas as organizações independentemente da sua filiação internacional, participaram — 303 Organizações Sindicais — 186 delegações não eram filiadas na F.S.M. De entre as organizações sindicais não filiadas na F.S.M. contava-se uma delegação da CGTP-IN e diversas organizações nacionais filiadas na CISL e na CMT.

A representação do Movimento Sindical Unitário Português na sua intervenção não pode deixar de valorizar o carácter de abertura e participação do que se revestia o Congresso e todos os seus trabalhos preparatórios. Ilibertos

igualmente a todas as organizações) assim como o facto de muitos dos seus aspectos programáticos contidos no documento de orientação e acção e na Declaração Universal dos Direitos Sindicais estarem já contemplados no Programa de Acção aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos, realizado em Janeiro de 1977.

A CGTP-IN entendeu ser ainda o IX Congresso Sindical Mundial o melhor local para publicamente manifestar à F.S.M. o seu apreço pelo estado das relações entre as duas organizações, relações que, como foi então afirmado, se revestem de um carácter exemplar que geraria a CGTP-IN-fuse norma em todo o Movimento Sindical Internacional.

Atendendo ao facto de se tratar, fruto da libertação do nosso país, da primeira Delegação Confederal Portuguesa que desde sempre assiste a um Congresso d. F.S.M., não pode a representação da CGTP-IN deixar de manifestar ainda à F.S.M. o profundo reconhecimento dos trabalhadores portugueses pela solidariedade e ajuda desinteressada e sem quaisquer condições, que ela sempre nos proporcionou, tanto antes como depois do 25 de Abril de 1974.

Repúdio pelo assassinato de Aldo Moro

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses Intersindical Nacional enviou à Federação Sindical Italiana (CGIL/CISL/UILI), o seguinte telegrama:

«CGTP-IN nome Trabalhadores Portugueses manifesta vossa intermédio inteira solidariedade Trabalhadores Italianos ocasião vil assassinato Aldo Moro. Ilibertos atravessa dura prova em que forças reaccionárias e fascistas tal como em Portugal desde o 25 de Abril tentam por em causa instituições democráticas vossas País.

Assassinato Aldo Moro constitui uma amostra significativa processo utilizado forças reaccionárias e imperialistas a que necessário pôr cobro para defender a democracia.

O Secretariado Nacional da CGTP-Intersindical Nacional.

Encontro do Conselho Central dos Sindicatos checoslovacos com a CGTP-IN

Entre 4 e 11 de Maio de 1978, uma delegação do Conselho Central dos Sindicatos Checoslovacos, chefiada pelo vice-presidente Ladislav Abraham, visitou Portugal a convite da CGTP-Intersindical Nacional. Integrava igualmente a delegação checoslovaca o camarada Zdenek Gregor, chefe do Departamento de Relações Internacionais do Conselho Central dos Sindicatos Checoslovacos.

Durante a sua estadia em Portugal, a delegação Sindical



Checoslovaca teve encontros com o Secretariado da CGTP-IN, em Lisboa, e com o Secretariado da União dos Sindicatos do Porto Intersindical Nacional, no Porto.

A delegação da Checoslovaca visitou igualmente a empresa metalúrgica «SOREFA-ME», a empresa Iltal «SITE-NOR» no Porto, e a unidade colectiva de produção «ALVORADA NA ALDEIA», no Alentejo, onde teve encontros e discussões com os membros das respectivas Comissões Sindicais e de Trabalhadores.

Os representantes do Conselho Central dos Sindicatos Checoslovacos e da CGTP-Intersindical Nacional informaram-se, reciprocamente, sobre a situação actual nos dois países e sobre o papel e a posição das suas Centrais Sindicais. Apreciaram, numa forma positiva, o nível das relações mútuas

e da cooperação entre as organizações dos dois países bem como as novas condições, visando o aprofundamento das relações fraternais baseadas nos princípios da solidariedade sindical internacional.

As duas delegações apreciaram positivamente a actividade e os resultados obtidos pelos países da comunidade socialista. As duas delegações apreciaram positivamente a actividade e os resultados obtidos pelos países da comunidade socialista. As duas delegações apreciaram positivamente a actividade e os resultados obtidos pelos países da comunidade socialista. As duas delegações apreciaram positivamente a actividade e os resultados obtidos pelos países da comunidade socialista.

Ambedas partes saíram, numa forma positiva, os resultados obtidos pelo IX Congresso Sindical Mundial que se realizou em Praga em Abril de 1978, bem como as solidas bases que o Congresso criou para a unidade de acção dos trabalhadores do mundo inteiro na luta contra o imperialismo, o fascismo, as multinacionais, contra o colonialismo e o nacionalismo, contra todas as manifestações de discriminação racial, contra todos os inimigos da unidade internacional do movimento operário e sindical, na luta pela libertação dos trabalhadores da exploração pela melhoria continua das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

A delegação dos Sindicatos Checoslovacos exprimiu o pleno apoio do movimento sindical revolucionário checoslovaco ao empenhamento revolucionário da CGTP-Intersindical Nacional pela consolidação e desenvolvimento da firme unidade do movimento sindical português que é indispensável a transformação revolucionária democrática no nosso país.

Ambedas delegações exprimiram o seu total apoio aos trabalhadores dos países de Africa, nomeadamente

de todos os países de expressão portuguesa — Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, bem como o Zimbábue, Namíbia e Africa do Sul e simultaneamente ao Chile e aos outros países que continuam a lutar pela sua libertação. Ambas as delegações exprimiram ainda a sua total solidariedade à legítima luta do povo Árabe da Palestina pelas suas justas reivindicações.

No final da visita foi assinado um comunicado conjunto de que extrairmos este notícia.

A delegação do Conselho Central dos Sindicatos checoslovacos convidou a CGTP-IN a enviar uma delegação oficial ao seu país no decurso do próximo ano. Este convite foi aceite com agrado.

Visita da delegação da CGTP-IN a RDA

Uma Delegação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, visitou a República Democrática Alemã a convite do Comité Confederal Nacional da Confederação dos Sindicatos Livres Alemães, no período compreendido entre 11 e 18 de Maio.

A nossa delegação era composta pelos camaradas Manuel Carvalho da Silva, da Comissão Executiva do Secretariado Nacional, Rogério Dias, dos Santos Torres, do Secretariado Nacional, Maria Emilia Reis Castro, membro suplente do Secretariado Nacional e José Manuel Carinhos, chefe-adjunto do Departamento de Relações Internacionais.

Durante a sua estadia na RDA, a nossa delegação foi recebida pelo presidente do Comité Federal Nacional da FDGB e por uma delegação do mesmo comité. As duas delegações intervieram discussões de múltiplas naturezas em espírito e confiança mútua, com a preocupação de se informarem mutuamente sobre as lutas empreendidas a bem dos trabalhadores pelas duas organizações sindicais nos respectivos países.

A delegação da CGTP-IN visitou várias empresas industriais e agrícolas, assim como instituições da F.D.G.B. na re-

glio versões e conversões do seu envolvimento. No Congresso Nacional, a CGTP-IN seguiu a sua

sindical

trabalho

emple

progr

racism

no, pend

adota

Unid

luta

ment

inter

para

taç

respe

e ind

darie

trabal

estab

justa

gias,

arris

ram

o pa

to de

inclu

de us

cond

Nova

movi

uma

e de

prof

gão de Rostock. Manteve conversações com trabalhadores nos próprios locais de trabalho e com direcções sindicais a diversos níveis. A delegação pôde conhecer a actualidade desenvolvida pela F.D.G.B. para realizar as decisões do seu IX Congresso.

No final da visita, os responsáveis das duas delegações assinaram um comunicado conjunto do qual destacamos os seguintes pontos:

Ambas as organizações sindicais manifestaram a sua firme solidariedade a todos os trabalhadores e povos que lutam contra o imperialismo e a exploração, pela paz e pelo progresso social, contra o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo, o stalinismo e o fascismo, pela liberdade e pela independência nacional.

As duas organizações felicitarão e apoiarão as decisões adoptadas pelo IX Congresso Sindical Mundial, na medida em que reflectam a vontade unitária dos trabalhadores, na luta pela paz, pelo desarmamento, pelo desenvolvimento, pela defesa e alargamento dos interesses dos trabalhadores e pela cooperação entre movimentos sindicais de orientações e filiações internacionais diferentes, com base no respeito mútuo, na soberania e independência de cada movimento sindical.

Manifestaram a sua solidariedade para com a luta dos trabalhadores árabes e dos povos do Próximo Oriente, pelo estabelecimento de uma paz justa e duradoura naquela região, e as duas organizações seguirão a retrada das tropas invasoras israelitas de todos os territórios ocupados, e apoiarão o direito inalienável do povo palestino ao restabelecimento dos seus legítimos direitos, inclusive ao direito da criação de um Estado independente.

As duas organizações condenaram a opressão e exploração e a política de Nambíria e do Zimbábue e exprimam a liberdade para todos os patriotas encarcerados na África Austral.

Pronunciaram-se favoravelmente quanto à convocação de uma nova Conferência Sindical Europeia, a realizar na Primavera de 1979, bem como de uma reunião sindical regional e de reuniões sindicais interprofissionais sobre questões de interesse para os sindicatos

e para todos os trabalhadores.

As duas organizações manifestaram a solidariedade aos seus irmãos de classe vietnamitas, na superação das consequências da guerra e na edificação do sistema socialista num Vietname unificado.

Declararam a sua solidariedade com a luta do povo chileno e da sua Central Sindical — a C.U.T. — pela libertação de todos os patriotas encarcerados e pelo restabelecimento das liberdades democráticas.

No Chile, Declararam, igualmente, a sua solidariedade com a luta dos restantes povos da América Latina e de seus movimentos sindicais de classe, ainda sujeitos a regimes de exploração e de opressão.

As duas partes caracterizaram a campanha de ataques e calúnias contra os países socialistas como posições ideológicas de reacção dirigida contra a unidade dos trabalhadores e dos sindicatos.

As duas delegações assinaram um acordo de cooperação, sobre a amizade, a colaboração e o apoio mútuo entre as duas organizações sindicais.

Visita a Portugal dum delegação da Federação dos Sindicatos sírios

Decorre de 1 a 6 de Junho uma visita a Portugal de uma delegação confederal da Federação dos Sindicatos Sírios, a convite da CGTP-IM.

No programa da visita estão previstas duas reuniões com o Secretariado Nacional da CGTP-IM, nos dias 5 de Junho. Realizar-se-á, também, uma visita à Petrogal — Refinaria de Cabo Ruvo — no dia

2 e uma visita a uma UCP da região de Évora no dia 3 de Junho.



Encontro da CGTP-IM com a Confederação Mundial do Trabalho (C.M.T.)



A Comissão Executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IM recebeu no dia 16 de Maio, na sua sede, Jan Kulakowski, Secretário Geral da Confederação Mundial do Trabalho (C.M.T.).

Durante o encontro fraterno foram abordados temas de interesse para ambas as organizações e trocadas impressões sobre a próxima conferência da Organização Internacional do Trabalho.

Jan Kulakowski confirmou o convite para uma reunião dos dois executivos na sede da C.M.T., convite que foi aceite.

Sobre a inconstitucionalidade da regulamentação da Lei da Greve para a Região Autónoma da Madeira

Foi aprovada pelo Conselho da Revolução, em 29.3.78, uma resolução que se pronuncia pela inconstitucionalidade do decreto regional da Região Autónoma da Madeira sobre regulamentação da Lei da Greve, em 10.1.78. É manifesta a importância desta decisão do Conselho da Revolução, que impede que um diploma restritivo de um dos direitos fundamen-

tais das classes trabalhadoras venha a ser inconstitucionalmente aplicado.

No entanto, desde já a CGTP-IM alerta os trabalhadores para o risco de, apesar do Conselho da Revolução se ter pronunciado pela inconstitucionalidade do decreto regional regulamentador da Lei da Greve, em nova apreciação a Assembleia Regional poder concluir a CGTP-IM que a portabilidade absoluta dos seus membros em efectividade de funções, — caso em que nos termos do nº 3 do Art.º 235 da Constituição do Porto, a República para a Região Autónoma, para a necessidade de continuação da denúncia do diploma em causa e de luta contra a eventual confirmação. Desde já também insiste em que o Movimento Sindical Unitário utilizará todos os mecanismos constitucionais apropriados à declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, de um diploma tão gravemente contrário aos direitos e aos interesses das classes trabalhadoras que continuam a exercer os seus direitos nos termos da Constituição.

A dar-se esta eventualidade, porém, a CGTP-IM, enquanto chama a atenção dos trabalhadores portugueses, em especial dos que trabalham naquela Região Autónoma, para a necessidade de continuação da denúncia do diploma em causa e de luta contra a eventual confirmação. Desde já também insiste em que o Movimento Sindical Unitário utilizará todos os mecanismos constitucionais apropriados à declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, de um diploma tão gravemente contrário aos direitos e aos interesses das classes trabalhadoras que continuam a exercer os seus direitos nos termos da Constituição.

Trabalhadores dos espectáculos contra a criação dum sindicato paralelo

Noticiamos alguns jornais a realização, no próximo mês de Junho, de assembleias em Lisboa e no Porto, para a constituição de um sindicato paralelo no sector dos espectáculos.

Em conferência de imprensa realizada no passado dia 31 de Maio, o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos condenaram este acto de divisão de trabalhadores do mesmo ofício, e salientaram que os principais promotores desta manobra divisionista são alguns dos mais activos apóstatas da lista derrotada nas últimas eleições, e que teriam, ainda este ano, possibilidades de

democraticamente, se submeterem ao voto da classe nas eleições de novos representantes para o STE. O que prova que não estão interessados em respeitar a vontade da maioria.

O apoio das empresas privadas é publicamente declarado, dado que um dos números de telefones, referido na convocatória aparecida nos jornais, é o dos escritórios do Teatro Sã da Bandeira do Porto. Os padrões promovem a divisão dos trabalhadores e estes aceitam, tendo alguns, mais fracos e tomosos, confessado que foram pressionados pelas empresas para se demitirem do seu legítimo sindicato, sob a ameaça do desemprego.

E de assinalar a sintomática coincidência da tentativa de formação de um sindicato paralelo justamente no momento em que se vai iniciar a discussão do Contrato Colectivo de Trabalho.

A quem servem os divisionistas? Os interesses dos trabalhadores certamente que não, mas os das empresas pouco sérias, os dos patrões.

Delegação dos trabalhadores portugueses na OIT

Uma delegação de trabalhadores portugueses está em Genebra, desde o dia 4 de Julho, a fim de participar nos trabalhos da 64.ª Sessão da Organização Internacional do Trabalho.

A delegação portuguesa é chefiada por Alvaro Rana, da Comissão Executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IM, e compreende igualmente, Joaquim Calhau, também da referida Comissão Executiva; José Santana Costa, do Secretariado Nacional; Rosa Maria Sousa Marques, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul; Salvador Martins, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local; Herculano Gonçalves, dirigente da Federação Nacional dos Trabalhadores Portuários; Augusto Silva, chefe do Departamento Intermunicipal da CGTP-IM; Ana Vale, jurista da CGTP-IM; e José Manuel Covas, economista da Federação dos Sindicatos Rodoviários.

notícias e comentários

Greve de fome contra o regime de Pinochet

Um grupo de 80 mulheres iniciou uma greve de fome em Santiago do Chile, na sede da UNICEF e noutros locais da capital chilena.

Este corajoso grupo de mulheres exigiu das autoridades fascistas de Pinochet informações sobre o paradeiro de milhares de presos políticos entre os quais se contam inúmeros sindicalistas, que a junta militar fascista considera «desaparecidos».

O Secretariado Nacional da CGTP-IN saiu emocionadamente este grupo de mulheres que em nome de milhares de mães, irmãs, esposas e filhas, exigem informações certas sobre o paradeiro dos seus familiares, e exorta todo o Movimento Sindical e a opinião pública em geral para que envie telegramas para a sede da UNICEF, Santiago do Chile, manifestando o seu apoio à luta dessas corajosas mulheres e do povo chileno contra a ditadura fascista.

Entretanto, a greve da fome mantida em Santiago pelos familiares de 2500 «desaparecidos», conquistou rápidas adesões, não só no Chile como em mais de 20 países.

No Chile são já mais de 200 os grevistas da fome. Em Londres um grupo de exilados chilenos iniciou numa igreja um movimento de contestação e de pressão. Na Bélgica, grupos de exilados fazem a greve da fome em Bruxelas, Lovain, Liège e Antúrpria. Também em várias cidades de Espanha, R. F. A., Canadá, E. U. A., Austrália, Dinamarca, Noruega, Suécia, França, Holanda, Austrália, Irlanda, Venezuela, Colômbia, Panamá, Itália e Costa Rica, exilados chilenos usam a sua própria saúde contra a implacável e repugnante ditadura fascista de Pinochet.

Intercâmbio sindical Portugal/URSS

Retribuindo a visita de dirigentes dos Sindicatos dos Electricistas, realizada em 1976, es-

teve recentemente em Portugal uma delegação da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas da URSS.

Do programa da visita destacamos, além da ida a alguns locais de interesse turístico, a visita às instalações de Fábrica de Material Eléctrico - PAEP de Corroios e às instalações da EDP em Setúbal, o encontro inter-sindical e a reunião final com a Direcção do Sindicato dos Electricistas do Sul.

A Direcção do Sindicato dos Electricistas do Sul considerou esta visita de trabalhadores soviéticos a Portugal, mais um passo importante na consolidação dos laços de solidariedade e de amizade dos trabalhadores portugueses com os trabalhadores de todos os países do Mundo.

No aspecto particular das actividades sindicais e dado os sectores afins Energia Eléctrica e Fabricação de Materiais Eléctricos representados, esta visita terá servido também para uma rica troca de experiências dos trabalhadores de ambos os países sobre as mais variadas actividades sindicais nestes sectores de actividade.

Trabalhadores fazem propostas para a saída da crise na Indústria Naval

A crise do mundo capitalista motivou o encerramento de muitos estaleiros e o consequente desemprego de milhares de trabalhadores. Como é óbvio, os estaleiros do nosso País, vivendo na dependência do mercado capitalista, sentem o reflexo desta crise.

A crise tornou graves proporções em diversos estaleiros portugueses, que vivem já em crise latente fruto da ausência de infra-estruturas, de equipamento adequado e de investimentos, como é o caso da Terny, SRN, CPP, CTM e outros. A Setenave, projectada para a construção de superpetroleiros, encontra-se sem trabalho em fase de arranque: tinha 9 trabalhadores em 1971; 1257 em 1973, e tem actualmente 6309 trabalhadores.

O facto é que em 1974 o volume de vendas dos estalei-

ros portugueses ultrapassou os dez milhões de contos e em 1975 viu-se reduzido para cerca de sete milhões. Testemunha de que este sector tem um volume de emprego de cerca de 26.000 postos de trabalho, que é um sector de grande importância para o desenvolvimento da economia nacional, sendo uma fonte de receitas e divisas, visto que o seu mercado é fundamentalmente estrangeiro, tendo contribuído com cerca de 8 por cento para o total das exportações e os trabalhadores da Indústria Naval conscientes dos problemas que afectam o sector e a crise em que ele se encontra, fizeram vários encontros para discutir a situação e apontar medidas que, se bem postas e praticadas, levariam à saída da crise.

Pensamos os trabalhadores que será necessário diversificar o mercado (que neste momento está restrito ao mundo capitalista em crise), naturalmente indo ao encontro do mercado dos novos países africanos (Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe), dos países em vias de desenvolvimento e dos países socialistas. Há que desenvolver os acordos de cooperação já firmados com alguns dos países socialistas, pois poder-se-ia juntar aos quatro navios rio-mar em construção nos estaleiros de Viana do Castelo ao Arsenal, pela Polónia, outras consultas efectuadas, para a construção de nove navios para a Polónia uma doca-flutuante para a URSS, uma outra para Cuba e a criação de um Centro de Projectos que a Polónia propunha morto no nosso país em condições bastante vantajosas e que a ser concretizado nos daria uma real autonomia dentro do sector naval.

Os trabalhadores também chegaram à conclusão que é necessário um organismo de coordenação do sector da Indústria Naval, que garanta a distribuição equilibrada das cargas e que permita a resolução integral de todos os problemas das empresas; esse organismo de coordenação deve-a ser criado tendo em conta a participação activa dos trabalhadores.

Pensamos, ainda, os trabalhadores, que um organismo de coordenação do sector — como era o Centro de Coorde-

nação da Indústria Naval, existindo pelo J. Governo Constitucional poderia desenvolver importantes actividades. Os trabalhadores entendem que devem participar activamente na reorganização da produção, agindo a nível interno das empresas — fazendo o plano do trabalho e a coordenação entre os vários sectores empresariais; reduzindo os desperdícios e melhorando a manutenção dos materiais; incrementando a formação profissional; eliminando progressivamente o recurso sistémico a trabalho extraordinário — e a nível do sector — criardum centro de projectos a nível nacional, criando um departamento sectorial de «Marketing» para prospecção e angariação de encomendas no mercado externo.

Finalmente, os trabalhadores, através da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval, afirmam que é necessário, o mais urgentemente possível, fazer o saneamento económico-financieiro das empresas, sob pena de a situação se manter e saírem prejudicados os trabalhadores e a Economia Nacional.

Trabalhadores de Mira de Aire lutam pela recuperação das empresas

Existe em Mira de Aire uma empresa do sector têxtil, Sociedade Industrial de Mira de Aire, Lda., que desde 1974 luta com sérias dificuldades de ordem financeira, a que não são alheias a deficiente gestão da própria empresa e a pessima conduta do Governo nomeadamente no que se refere à estatização das empresas em crise, sem facilidades de viabilização.

Com um parque de máquinas excelente, já foi por várias vezes visitada por técnicos do TEOR e do IAPMEI, tendo-lhe sido já feitos vários estudos que apontam unanimemente para uma rápida recuperação.

Esta empresa tem estado a elaborar um Contrato de Viabilização, mas, devido à dispersão dos elementos contabilísticos exigidos, ainda não logrou

entregá-lo contando-se ser concretizada a entrega desses elementos brevemente. Os serviços diligências já se fizeram, tendo em vista a concessão de um empréstimo intercalar que permitiria a compra de 200 trabalhadores garantir a subsistência dos seus agregados familiares, dado que actualmente se encontram com nove (9) meses de salários em atraso, numa altura em que mesmo a máquina burocrática do Governo, outra coisa não tem feito senão boicotar a recuperação possível desta empresa, como aliás sempre o tem feito com outras congéneres, cada vez se agudizando mais o crise do sector. Até quando continuará o Governo a fechar os olhos à fome dos trabalhadores e ao seu direito constitucional a

trabalho? Os trabalhadores da SINAL apelam para a rápida definição da actual situação, para a recuperação imediata da sua empresa, dado que não foram eles quem causou a crise, embora sejam eles com a carne a sentem.

O alcoolismo e a acção sindical nas empresas

Decorreu recentemente, de 20 a 27 de Maio, uma «Semana de Estudo» sobre o alcoolismo, por iniciativa da Sociedade Anti-Alcoólica Portuguesa.

Da literatura que sobre o assunto nos foi enviada merecem especial atenção o artigo «O alcoolismo e a acção sindical nas empresas» inserido num pequeno jornal intitulado «Conta comos».

Nesse artigo apela-se para a iniciativa dos militantes sindicais que «de colaboração com o médico do trabalho, a assistência social, a comissão de segurança e os outros bedbedores, leve à formação» na sua empresa, de uma comissão de luta anti-alcoólica.

«O alcoolismo — lê-se ainda nesse artigo — deve constituir uma preocupação dos meios sindicais na batalha que travam para melhorar o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias».

notícias e comentários

CONSELHO GERAL DA CGTP-IN

APROVAÇÃO DA POSIÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL SOBRE O ANTEPROJECTO DO S.N.S.



Reuniu, no passado dia 16 de Maio, o Conselho Geral da CGTP-IN que apreciou e deu parecer sobre a posição da Confederação quanto ao anteprojecto, sujeito à discussão pública, do Serviço Nacional de Saúde. Após atenta apreciação do documento elaborado pelo Secretariado Nacional que consubstancia as posições expressas pelas Associações Sindicais, o Conselho Geral aprovou o documento, deu o seu apoio às linhas gerais do anteprojecto apresentado pelo M.A.S., e reivindicou a participação activa do Movimento Sindical na regulamentação prevista no anteprojecto e na sua aplicação, por forma a garantir que o Serviço Nacional de saúde respeite as posições fundamentais e os princípios consignados na Constituição.

Recordamos, a seguir, as conclusões do documento apresentado pelo Secretariado da CGTP-IN:

«As críticas e as propostas de alteração que se apresentam à consideração do Ministério dos Assuntos Sociais, resultam de amplos debates, a nível de toda a estrutura do Movimento Sindical Unitário, através de muitas dezenas de plénários em que participaram, ao lado dos trabalhadores, muitos técnicos de saúde, nomeadamente médicos. Deste trabalho, largamente participado e criador, resultou, por um lado, a convicção de que existem condições para a implantação de um verdadeiro S.N.S., cujo anteprojecto em discussão, não obstante as indefinições, contradições e omissões que se apontam, constitui, mesmo assim, uma base a partir da qual se poderá, com a indispensável vontade política dos responsáveis do M.A.S. e com o apoio organizado dos utentes, forjar a lei que concretize o S.N.S. consignado no Art.º 64 da Constituição.

«Da análise crítica do anteprojecto, destacam-se os seguintes aspectos:

1. As bases não reflectem a filosofia política do preâmbulo que, em termos gerais, consideramos aceitável.
2. Excessiva dependência das bases, de regulamentação futura.
3. Não está minimamente garantida a participação dos utentes na elaboração dessa regulamentação.
4. Igualmente não é suficientemente contemplada a participação organizada dos utentes, a todos os níveis do S.N.S., desde o planeamento e gestão até à programação e avaliação das acções.
5. Quase nula relevância do Centro Comunitário de Saúde como unidade de base do S.N.S.
6. Tendência médico-centrista em detrimento da equipa de saúde local pluridisciplinar.
7. Excessiva importância da medicina privada e insuficiente definição do modo como esta actividade pode complementar o S.N.S., sob o seu estrito controlo.
8. Limitação do princípio da universalidade e da gratuidade, pela tentativa de adopção de taxas moderadoras e sistema de reembolso.
9. Admissão do regime de prestação de serviços em tempo parcial, em prejuízo do regime de dedicação exclusiva.
10. Insuficiente definição do modo de financiamento do S.N.S.
11. Não consignação da participação dos utentes (sindicatos) na implantação do S.N.S. nas zonas piloto.
12. Tendência centralizadora do poder de decisão.

O Conselho Geral aprovou, ainda, uma moção em que saudou os trabalhadores que participaram nas grandes jornadas do 1.º de Maio, pondo em relevo a importância de que se revestiram no actual contexto político-sindical, pela contribuição que está dando e continuarão a dar para o integral cumprimento do projecto constitucional.